



2022



Porto. Domus Social

# Relatório e Contas 2022



ÍNDICE

ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS.....	4
<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA .....</b>	<b>20</b>
A – DIREÇÃO DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL .....	20
B – DIREÇÕES DE PROJETOS E OBRAS E MANUTENÇÃO .....	40
C – ESTUDOS E PLANEAMENTO .....	53
D – GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO .....	56
E – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	61
F – GABINETE DO INQUILINO MUNICIPAL .....	64
G – SECRETARIA-GERAL .....	69
H – CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO .....	72
<b>3. EXECUÇÃO DOS IGP, OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO .....</b>	<b>75</b>
<b>1 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL .....</b>	<b>75</b>
<b>2 – CONTRATOS CELEBRADOS COM A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO .....</b>	<b>76</b>
<b>3 – CONTRATO PROGRAMA “PORTO SOLIDÁRIO” .....</b>	<b>77</b>
<b>4 – PREVISÃO DE GASTOS DE FUNCIONAMENTO .....</b>	<b>78</b>
<b>5 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO CONTRATO PROGRAMA .....</b>	<b>80</b>
<b>4. PERSPETIVAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS .....</b>	<b>84</b>
<b>5. O PLANO DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>91</b>
<b>6. O PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>93</b>
<b>7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>102</b>
<b>8. PERSPETIVAS FUTURAS .....</b>	<b>104</b>
<b>9. RECONHECIMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>110</b>
<b>10. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA .....</b>	<b>112</b>
<b>1 – INDICADORES DE GESTÃO .....</b>	<b>112</b>
Quadro A – Principais números do período.....	112
<b>2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>113</b>
Quadro B – Balanço .....	113
Quadro C – Demonstração individual dos resultados por naturezas .....	114
Quadro D – Demonstração individual das alterações no património líquido .....	115
Quadro E – Demonstração individual de fluxos de caixa .....	116
Quadro F – Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos .....	116
<b>1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....</b>	<b>118</b>
1.1. – Identificação da Entidade .....	118
1.2. – Referencial contabilístico.....	119
<b>2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....</b>	<b>120</b>
2.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	120
2.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes.....	120
2.3. – Principais estimativas e julgamentos.....	123
2.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro.....	123
2.6. – Principais fontes de incerteza .....	124
<b>3 – Ativos intangíveis .....</b>	<b>124</b>
<b>5 – Ativos fixos tangíveis .....</b>	<b>125</b>
<b>6 – Locações .....</b>	<b>126</b>
6.1. – Locações financeiras.....	126
6.2. – Locações operacionais.....	126
<b>9 – Imparidades de ativos.....</b>	<b>127</b>
<b>10 – Inventários .....</b>	<b>127</b>
<b>13 – Rendimento de transações com contraprestação .....</b>	<b>128</b>
13.1. – Prestações de serviços e venda de mercadorias.....	128
<b>14 – Rendimento de transações sem contraprestação .....</b>	<b>128</b>
14.1. – Rendas.....	128
14.2. – Subsídios.....	129
14.3. – Juros e rendimentos similares obtidos .....	130

15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	130
17 – Acontecimentos após a data do balanço .....	131
18 – Instrumentos financeiros .....	131
18.2.1. – Clientes e fornecedores c/corrente.....	131
18.2.2.– Estado e outros entes públicos.....	132
18.2.3. – Outras contas a receber e a pagar .....	132
18.2.4. – Caixa e depósitos e outros ativos financeiros .....	134
18.14. – Instrumentos de Capital próprio .....	135
19 – Benefícios dos empregados .....	135
20 – Divulgações de partes relacionadas .....	135
20.1. – Divulgação de controlo.....	135
20.2. – Transações entre partes relacionadas.....	136
20.3. – Saldos entre partes relacionadas .....	136
23 – Outros .....	136
23.1. – Diferimentos.....	136
23.2. – Fornecimentos e serviços externos (FSE) .....	137
23.3. – Garantias prestadas por terceiros .....	138
23.4. – Estado e Outros Entes Públicos.....	138
23.4.1. - Impostos correntes .....	138
23.4.2. - Impostos diferidos .....	139
23.4.3. – Pagamento especial por conta .....	139
23.5. – Responsabilidades e direitos não expressos no balanço .....	139
<b>4 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....</b>	<b>142</b>
Quadro G – Demonstração do desempenho orçamental .....	142
Quadro H – Demonstração de execução orçamental de receita .....	143
Quadro I – Demonstração de execução orçamental da despesa.....	144
Quadro J – Demonstração da execução do plano plurianual de investimento .....	145
1 – Alterações orçamentais da receita .....	146
2 – Alterações orçamentais da despesa. ....	146
3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos .....	147
Não aplicável .....	147
4 – Operações de tesouraria .....	147
5 – Contratação administrativa.....	148
5.1 – Situação dos contratos .....	148
5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento .....	188
6– Transferências e subsídios.....	189
6.1 – Transferências e subsídios concedidos .....	189
6.2 – Transferências e subsídios recebidos.....	190

*M*  
*[Handwritten signature]*

## ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS

Domus Social – CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

CA – Conselho de Administração da CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

### Direções e Coordenações:

#### Direções e Coordenações:

DAGSI – Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação

DF – Direção Financeira

DGPH – Direção de Gestão do Parque Habitacional

DJ – Direção Jurídica

DM – Direção de Manutenção

DPO – Direção de Projetos e Obras

GA – Gestão Administrativa

GC – Gabinete de Comunicação

GC – Gestão de Condomínios

GCPA – Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento

GE – Gestão de Empreendimentos

GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento

GIM – Gabinete do Inquilino Municipal

GO – Gestão de Ocupações

GPF – Gestão Processual e Fiscalização

GP – Gestão de Projeto

GRH – Gabinete de Recursos Humanos

GSI – Gabinete da Sustentabilidade e Inovação

CMP – Câmara Municipal do Porto

MP – Município do Porto

### Direções, Departamentos e Unidades de Missão:

BSB – Batalhão de Sapadores Bombeiros

DMC – Direção Municipal da Cultura

DME – Direção Municipal de Educação

DMFP – Direção Municipal de Finanças e Património

DMMT – Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

DMP – Direção Municipal da Presidência

DMU – Direção Municipal de Urbanismo

DMCS – Departamento Municipal de Coesão Social

DMEVGI – Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas

DMF – Departamento Municipal de Fiscalização

DMPGA – Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental

DMFOP – Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares

DMFSSE – Divisão Municipal de Fiscalização, de Segurança e Salubridade de Edificações

GGFEIF – Gabinete de Gestão de Fundos Europeus e Instrumentos de Financiamento

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil



**Empresas Municipais:**

AdP, EM – Águas do Porto, EM

Ágora - Cultura e Desporto, EM

Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

PortoVivo, SRU

CRUARB-CH – Commissariado para a Renovação da Área Ribeira-Barredo - Centro Histórico

FDZHP – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

**Entidades Externas:**

ARSN - Administração Regional de Saúde do Norte, IP

APCER - Associação Portuguesa de Certificação

CDSSP – Centro Distrital da Segurança Social do Porto

CLS – Contrato Local de Segurança

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

IC – Instituto da Construção

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MAI – Ministério da Administração Interna

PSP - Polícia de Segurança Pública

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

TC – Tribunal de Contas

UP – Universidade do Porto

AIIA – Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa

AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

BI – Brigadas de Intervenção

BI – Business Intelligence

CPE – Comissão de Planeamento de Espaços

eSigha

eSigma – Sistema Integrado de Gestão da Manutenção

ELH – Estratégia Local de Habitação

GISA – Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo

GEnt – Gestores de Entrada

IGP – Instrumentos de Gestão Previsional

LAT – Linha de Apoio Técnico

LAF – Lista de Atribuição de Fogos

LBH - Lei de Bases de Habitação

LDFD – Lista Diária de Fogos Disponíveis

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

PDM – Plano Diretor Municipal

PMP – Planos de Manutenção Preventiva

*M*  
*FEB*

RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

RGPH – Regulamento de Gestão do Parque Habitacional

SADI – Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndios

SADIR – Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SGP – Sistema de Gestão de Processos

SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

M-  
A

# 1. Mensagem do Conselho de Administração



## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração (CA) da CMPH – Domus Social, EM - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, (doravante Domus Social) no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar ao Município do Porto (MP), detentor da totalidade do capital social da empresa, o seu relatório sobre as atividades e resultados da empresa, bem como as contas, acompanhadas do Relatório e Parecer do Fiscal Único e respetiva Certificação Legal das Contas, relativamente ao ano de 2022.

O ano de 2022 evidenciou o forte compromisso da Gestão de Topo na otimização da missão confiada e no empenho em contribuir para a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do Parque Habitacional Público Municipal, a manutenção e conservação de património equipamento e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social. Verificou-se um incremento dos processos avocados à Domus Social, associado a uma natural e crescente exigência e rigor de atuação, de cumprimento de prazos cada vez mais curtos e de eficácia de resultados. Acresce a necessidade de resposta à inegável dinâmica de desenvolvimento da cidade, bem como do processo de reforço de competências nos municípios, que a Domus Social tem a obrigação de acompanhar. No início do segundo semestre, para fazer face a essa necessidade, implementou-se uma nova estrutura organizacional que permitiu otimizar hierarquicamente os recursos existentes nas tarefas associadas em cada área.

No início de 2022, a estabilidade na Europa foi abalada pelo contexto da guerra na Ucrânia, o que se traduziu no aumento da inflação, agravamento do custo de vida, aumento de risco de pobreza ou exclusão social dos mais vulneráveis.

Paralelamente, a crise global das cadeias de abastecimento impacta na estrutura de custos e escassez de matérias-primas e mão de obra, fundamentais à atividade da empresa, exigindo do Conselho de Administração uma gestão de análise de riscos permanente, ajustando a capacidade organizacional às necessidades, de modo a responder à pressão que se verifica sobre os serviços da empresa de forma mais ágil e flexível.

Sabemos que os desafios são constantes, mas é justamente essa a nossa inspiração para continuamente desenvolvermos as melhores soluções para responder às necessidades de quem nos procura.

## Objeto social

---

Estatutariamente, a Domus Social cumpre, por delegação do Município do Porto (MP), a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do Parque Habitacional Público Municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social.

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos:

### I. Gestão do parque habitacional municipal

A gestão especializada do Parque Habitacional Público Municipal, destinado à habitação sujeita ao regime de arrendamento apoiado, compreende um conjunto de serviços, desde o atendimento aos munícipes, passando pela gestão dos processos das pessoas que residem nos fogos, ações de fiscalização, bem como a verificação da ocupação das habitações nos termos da legislação em vigor e o regulamento existente. Assim, sem prejuízo de prévia aprovação de atos cuja competência permanece no órgão competente do Município do Porto, a Domus Social assegura no âmbito destas funções:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de atribuição e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Executar todo o processo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.

### II. Manutenção e conservação de todos os edifícios cuja gestão seja do Município do Porto

A atividade de manutenção e conservação tem por objeto todos os edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas integradas nos domínios público e privado, cuja gestão seja do Município do Porto, através das orientações definidas pelo acionista único e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário.

A Domus Social assegura, ainda, a manutenção corrente e preventiva do conjunto do património edificado, designadamente equipamentos e infraestruturas municipais integrados no Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e em outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas/institucionais.



### III. Desenvolvimento de projetos na área social

A ação de âmbito social pretende, muito particularmente, obter resultados de impacto positivo na população residente em habitação de interesse social. A prossecução destes desideratos inclui:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.
- c) Apresentar e gerir projetos impactantes ao nível da melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, direcionados a grupos da população que necessitam de maior proteção social.

Cabe, pois, a esta empresa municipal contribuir para o desenvolvimento do Porto, executando as políticas públicas de habitação definidas pela CMP, promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a coesão social.

#### Âmbito de Intervenção

---

O Parque Habitacional Público Municipal gerido pela Domus Social é constituído por cerca de 13.000 fogos em 50 bairros e onde residem aproximadamente 30.000 pessoas.

A atividade da Domus Social desenvolve-se no Município do Porto, incidindo:

1. **Parque Habitacional Público Municipal**, constituído por 573 edifícios com 12.394 fogos, pertencentes aos habitualmente designados “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios dispersos pela cidade com 560 fogos relativos às denominadas Casas do Património, do ex - Comissariado para a Renovação da Área Ribeira - Barredo - Centro Histórico (ex - CRUARB - CH) e da ex - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
2. **Parque de Equipamentos Público Municipal**, constituído por 161 edifícios repartidos da seguinte forma:
  - a) Parque Escolar Público Municipal (Creches, Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico), constituído por 48 edifícios;

- b) Outros Edifícios Públicos Municipais constituído por 113 edifícios, essencialmente representados por equipamentos de índole cultural e administrativa / institucional.

### Atividade Operacional e Resultados

A atividade desenvolvida de gestão e manutenção do edificado municipal sob a gestão da Domus Social é integralmente financiada por receitas próprias, provenientes da ocupação das habitações. É ainda subscrito com o MP, detentor da totalidade do capital social da empresa, um Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas (abreviadamente designado por Contrato de Mandato), que enquadra toda a atividade de manutenção corrente e reativa no conjunto dos restantes edifícios municipais, nomeadamente no Parque Escolar Público Municipal e nos designados Outros Edifícios Públicos Municipais. Ainda no âmbito deste contrato são asseguradas todas as ações de “grande reabilitação” dos bairros de habitação social municipal, bem como a reabilitação das casas devolutas. O financiamento das ações enquadradas neste contrato é integralmente suportado pelo MP.

Constitui projeto estruturante da atividade da empresa a implementação dos Planos de Manutenção Preventiva (PMP), elaborados para os bairros de habitação social municipal. Em 2022, neste âmbito, a empresa teve já atividade muito significativa, como veremos, mais à frente, neste relatório. Refira-se, ainda, que os processos de manutenção preventiva se encontram implementados, de uma forma quase generalizada, também no Parque Escolar Público Municipal e nos Outros Edifícios Públicos Municipais.

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2022-2024 (IGP2022-2024) previam-se os seguintes objetivos gerais:

- i. Gestão integrada do Parque Habitacional Público Municipal, garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ii. Intervenção no espaço público do Parque Habitacional Público Municipal;
- iii. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva;
- iv. Orientação da atividade para a otimização dos recursos, de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- v. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- vi. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- vii. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;

- viii. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- ix. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização.

Decorrente do contexto da guerra na Ucrânia e das circunstâncias de inflação que as sociedades enfrentam, merecem particular destaque os fenómenos de disrupção dos mercados da construção civil que levaram a um forte incremento dos valores das matérias-primas e a um desajuste entre a procura e a oferta de mão-de-obra especializada para a concretização dos projetos em carteira da Domus Social.

Assim, e perante o grave contexto e particulares circunstâncias que caracterizaram 2022, a Domus Social adotou uma série de planos de contingência, nas mais diversas áreas, que serviram para reposicionar a gestão da empresa em face da imprevisibilidade e incerteza verificados.

Desta maneira, e independentemente do cenário anteriormente descrito, os objetivos previstos foram genericamente atingidos, como se demonstrará ao longo do presente relatório, particularmente na informação produzida ao nível de cada unidade funcional. Registe-se, no entanto e desde já, a taxa de execução global atingida no Contrato de Mandato de 74% e, particularmente, na rubrica relativa à Habitação Social, de 80%.

Nas rubricas do Contrato de Mandato relativas a Educação – Promover e Fomentar a Educação e Governância da Câmara – Funcionamento de Serviços, as taxas de execução fixaram-se, respetivamente, em 73% e 80%.

Toda a restante atividade, suportada financeiramente por receitas próprias, garantiu níveis de produção adequados, tendo a estrutura produtiva interna respondido em tempo útil às diversas e inúmeras solicitações de manutenção preventiva e reativa e, ainda, de reabilitação de 362 fogos que ao longo do ano foram ficando devolutos, tendo esta ação sido compatível com a obtenção de um resultado do exercício positivo, com o consequente reforço da estrutura dos capitais próprios e solidez financeira da empresa.

Em 2022, os custos de funcionamento, líquidos de outros rendimentos e ganhos, foram inferiores em 4,8 p.p. (pontos percentuais) se comparados com o que estava previsto nos IGP 2022-2024. Comparativamente com o ano anterior, os custos de funcionamento tiveram um acréscimo de 7,8%.

O resultado líquido do período foi de 67 253,96€. A empresa apresenta uma autonomia financeira de 13,2% e o prazo médio de pagamento a fornecedores a 31 de dezembro foi de 10 dias.

## Desenvolvimento Estratégico

---

### URBiNAT e CommuniCity

No decorrer do ano de 2022, a Domus Social deu continuidade à sua proativa procura de fontes de financiamento (nacionais e comunitárias). Neste âmbito, destacam-se os projetos abrangidos pelo Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020), nos quais a Domus Social tem um papel ativo: **URBiNAT** - *Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS* (a decorrer desde junho de 2018) e **CommuniCity** - *Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities* (iniciado em setembro de 2022). Estes dois projetos, com financiamento assegurado a 100%, e desenvolvidos em estreita colaboração com diversas entidades nacionais e internacionais, permitem não só a implementação de projetos inovadores na cidade como a frutífera partilha de conhecimento e práticas entre locais.

### Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas - AMP

Como reforço da procura de financiamento da Domus Social, foram submetidas cinco candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, Aviso N.º 02/C03-i06.03/2022, 2.ª Fase - Investimento RE-C03-i06.03 - “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”. Totalizando o montante de 1 416 637,92 €, foram apresentados três projetos de conteúdo imaterial, um infraestrutural e um misto, em estreita articulação de várias áreas da empresa. São propostas ações de regeneração de áreas socialmente desfavorecidas e de envolvimento das comunidades, tendo em vista a promoção de soluções de combate à pobreza e exclusão social.

### Nova Geração de Políticas de Habitação

Mereceu particular atenção da empresa a iniciativa do governo com a chamada Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) e dos instrumentos legais conexos.

Dos instrumentos disponíveis para financiar as operações de provisão de habitação, destaque-se o programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. O Acordo de Colaboração celebrado, ao abrigo

daquele programa, em 16 de novembro de 2020 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP) prevê que se efetue, até ao final de 2025, o realojamento de 1.740 famílias. Até 31 de dezembro de 2022, a Domus Social identificou 560 potenciais famílias elegíveis, tendo sido realojadas 204 durante o ano.

## Espaço Público

A intervenção no espaço público dos bairros do Parque Habitacional Público Municipal continua a merecer uma particular atenção e prevê-se que constitua nos próximos anos uma das principais intervenções físicas neste território, nomeadamente em Agra do Amial, Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão, Maceda e Monte da Bela.

## Carta Municipal de Habitação

Encontra-se em elaboração, em estreita colaboração com a CMP e a empresa municipal Porto Vivo SRU, a Carta Municipal de Habitação, um instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, contendo, entre outros: o diagnóstico das carências habitacionais no município, a identificação dos recursos habitacionais e potencialidades locais, o planeamento e ordenamento prospetivo da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas, e a definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar. Teve início a 18 agosto de 2022 e irá prolongar-se por 2023.

## Sistema de Gestão

---

O Sistema de Gestão, como instrumento privilegiado de apoio ao processo de tomada de decisão da Gestão de Topo, priorizou, em resposta à “policrise” - social, ambiental e económica -, a aceleração de um conjunto de medidas, que terão efeito a curto, médio e longo prazo.

Na sequência dessa priorização, o ano fica marcado pela adesão da empresa ao Pacto do Porto para o Clima, uma iniciativa do Município do Porto, que tem como objetivo atingir a neutralidade carbónica da cidade em 2030, através do envolvimento ativo dos diferentes atores da sociedade. O compromisso da Domus Social é o de contribuir com o incremento de atividades e ações que permitam o cumprimento dos objetivos delineados pelo Pacto do Porto para o Clima e pela Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima”, nomeadamente ao nível da eficiência energética e na produção de energia renovável nos edifícios sobre a sua gestão, acrescentando valor ao resultado obtido no Índice de Sustentabilidade Municipal para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



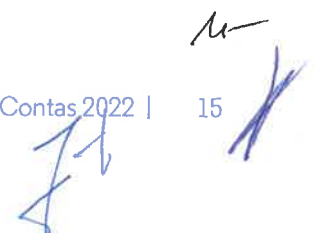
Neste enquadramento, merece particular destaque o projeto “Sustentabilidade na DomusSocial, EM”, a ser desenvolvido durante o ano de 2023, destinado à qualificação e capacitação da Gestão de Topo e da Gestão Intermédia e demais trabalhadores(as), relativo à incorporação transversal da Sustentabilidade, nas suas várias dimensões, em todas as áreas de atividade da empresa.

Perspetiva-se que, com estas aprendizagens, se implemente uma abordagem inovadora na prestação do serviço público, adequada às expectativas e atuais necessidades dos cidadãos. Ambicionamos ser uma empresa aberta aos ecossistemas colaborativos, dinâmica ao ritmo das várias transições e flexível para adaptar-se à imprevisibilidade e à constante mudança de contexto. Incrementar a eficácia em todas as fases dos processos, reforçando a aposta na simplificação e desburocratização de procedimentos internos, agilizando os processos de avaliação das candidaturas, de análise de pedidos e melhorar os tempos de resposta são premissas fundamentais para que a nossa missão de serviço público se cumpra na sua plenitude.

Por sua vez, no âmbito da prática de uma economia circular, está a ser feito um esforço, ao nível de aquisição de conhecimento técnico, para uma maior incorporação de materiais reciclados nas empreitadas. E fomentar, junto dos nossos fornecedores, a circularidade na construção, desde a conceção até à desconstrução em nova construção ou reabilitação é um dos grandes desafios da Domus Social para os próximos anos. Outra vertente da circularidade na construção e gestão de resíduos, em que estamos a adquirir mais competências, prende-se com a descarbonização e uso eficiente de recursos, visando a neutralidade carbónica em 2030 e o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente o ambiente», compromissos assumidos pelo Município do Porto e com os quais, tal como assinalado anteriormente, estamos totalmente comprometidos.

A transformação digital desempenha um papel central no futuro dos ecossistemas comunitário, empresarial e tecnológico. Neste âmbito, o maior desafio passa por, através da tecnologia, tornar os nossos serviços mais humanos e próximos das pessoas (internas e externas à empresa), procurando melhorar o relacionamento e a comunicação entre elas, combinando as visões tecnológica e humana. Os processos da empresa em que este propósito já foi materializado em 2022 revelaram-se extremamente positivos e são um incentivo a prosseguirmos neste sentido. Ambicionamos incorporar nas nossas ações, de forma sistemática e estruturada, a promoção socialmente justa das várias transições.

Consequente da visão e valores da empresa, alicerçada na consolidação das medidas organizativas, de gestão de processos, de conduta e transparência, efetivou-se, em maio de 2022, a renovação da certificação do Sistema de Gestão, pela entidade certificadora SGS, no âmbito Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015),



de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2015), de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP 4397:2019) e de Gestão da Responsabilidade Social (NP 4469:2019).

Atualmente, a maioria dos procedimentos que compõem a estrutura organizacional do Sistema de Gestão encontram-se transpostos em fluxos informáticos, *workflows*, onde são espelhadas todas as etapas dos processos e os respetivos responsáveis, permitindo uma monitorização *online*. Este sistema aumenta a eficácia do trabalho e promove a melhoria contínua, atuando na identificação, modelação e implementação de oportunidades de melhoria, e é potencializado pelas ações sistemáticas e planeadas de auditoria interna e externa do sistema, que são, ainda, indispensáveis para garantir os adequados níveis de transparência e auditabilidade nas relações com as partes interessadas.

A dimensão dos ativos e a diversidade das questões relacionadas com a gestão da habitação social municipal exige uma particular atenção aos sistemas de informação que governam o funcionamento quotidiano da empresa. Sendo transversais à organização, recolhem e tratam dados nas suas diferentes áreas, que vão desde o relacionamento com a população residente, até aos processos logísticos relacionados com a aquisição e gestão de bens e serviços, passando pela informação associada à manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua responsabilidade. A informação, permanentemente atualizada, é condição indispensável para robustecer o processo de tomada de decisão. A empresa possui um sistema de informação que contém uma vasta base de dados e ferramentas de recolha e tratamento da informação.

Na gestão do Parque Habitacional Público Municipal, a empresa garantiu a correta ocupação dos fogos, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada, e sempre enquadrando as suas decisões nas regras estabelecidas pelo Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH) e na legislação em vigor para as matérias em causa.

O impacto da incerteza associada à guerra na Ucrânia, os sérios constrangimentos de recuperação económica e os valores da inflação, causaram um aumento da precariedade económica, circunstância que conduz a um agravamento das condições de vida das famílias. Durante o ano de 2022, acompanhamos a elaboração pelos serviços do Município do Porto da declaração de prescrição das dívidas ao Município do Porto constituídas até dezembro de 2013, que veio a ser aprovada em Assembleia Municipal, no dia 22 de dezembro de 2022, e que terá impacto na situação devedora de alguns dos atuais agregados.

Apesar de conhecida a redução do poder de compra das famílias, a taxa de incumprimento no pagamento de renda situou-se nos 3,3%. Este resultado deve-se maioritariamente ao conjunto de diligências efetuadas pela

Direção de Gestão do Parque Habitacional junto dos agregados que apresentam incumprimento no pagamento de rendas.

De referir ainda o resultado da medida excecional implementada em 2021 de regularização de dívidas de renda, da qual cerca de 1.200 inquilinos devedores beneficiaram, atingindo-se uma taxa de 68% de adesão. Com esta medida, cerca de 500 devedores liquidaram a totalidade da dívida, sendo que se recuperou o montante de 121.366,98€ e está em recuperação o valor de 77.417,06 €.

O Município do Porto e a Domus Social, através dos seus vários programas de apoio e da atribuição de habitações do seu parque habitacional, procura encontrar meios de acompanhamento e monitorização das situações de maior fragilidade, avaliando os problemas de natureza social, procurando encontrar as soluções inovadoras, designadamente por meio de serviços partilhados e integrados.

A Domus Social, em parceria com o Instituto de Serviço Social do Porto (ISSSP), realizam uma intervenção técnica e social direta junto dos inquilinos municipais mais idosos e em situação de isolamento. Nos 50 aglomerados habitacionais geridos pela Domus Social residem cerca de 30 mil moradores, dos quais aproximadamente 6,57% são idosos isolados.

Acompanhar os inquilinos municipais idosos e combater o seu isolamento social, através das potencialidades e das redes solidárias locais, tem sido o princípio norteador do Projeto “Porto.Importa-se”. É um projeto de apoio a idosos isolados residentes em habitação pública social no Município do Porto que desenvolve estratégias direcionadas aos inquilinos isolados com mais 70 anos e a casais com mais de 75 anos.

A consolidação de um novo paradigma de política de habitação implica não apenas a identificação das principais carências e dos principais bloqueios, mas também, de forma prospetiva, a identificação dos instrumentos e objetivos para a sua progressiva superação.

O Fundo de Emergência Social – Porto Solidário, criado pelo Município do Porto em 2014, no eixo de “Apoio à Habitação”, destina-se a apoiar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem a aguardar disponibilidade de habitação social ou sem capacidade para assegurarem o pagamento da prestação bancária ou da renda da morada de família.

Desde a criação deste programa, o Município do Porto já apoiou mais de 4.514 famílias, num total de € 13.398.000,00.

As situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias que evidenciam carência habitacional carecem de estudo aprofundado e de identificação de soluções adequadas aos casos concretos.


Assim, entendeu-se como oportuna a oportunidade de implementar o Observatório de Habitação Social Municipal, que permitirá monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto, avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

O Observatório de Habitação continua a ser dinamizado, permitindo um melhor contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas municipais na área da habitação. As atividades em curso e programadas para os próximos anos, permitirão testar modelos de análises retrospectivas e prospetivas e criar uma plataforma com rotinas de análise.

No que respeita à gestão de riscos, a empresa está apenas sujeita ao risco operacional. Para o mitigar, o CA celebra anualmente o Contrato de Programa e de Mandato com o MP por forma a assegurar níveis de atividade económica que proporcionem, juntamente com o rédito das rendas do Parque Habitacional Público Municipal, o equilíbrio das operações a nível económico e financeiro. Adicionalmente, o CA suporta as suas decisões, quer na sua estrutura interna – Direção Jurídica (DJ), quer em consultores jurídicos externos, principalmente no que respeita à contratação pública, ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e às obrigações impostas pela Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que institui medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Porto, 31 de março de 2023

O Conselho de Administração,



(Albino Pedro Pereira Baganha)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

## 2. Atividades mais relevantes desenvolvidas pela empresa



## 2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA

### A - DIREÇÃO DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional tem como missão assegurar a gestão rigorosa e transparente das matérias relacionadas com a ocupação dos fogos de habitação pública municipal e, também, de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade.

No parque habitacional residem atualmente cerca de 13.000 agregados familiares, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

Através do presente relatório de atividades, pretende-se elencar as principais atividades da DGPH ao longo de 2022, procurando apresentar dados comparativos e demonstrativos da evolução dessa mesma atividade.

Destacam-se as práticas já implementadas e que se repercutirão no futuro ao nível da atuação sustentável da empresa, designadamente na minimização dos impactes ambientais de utilização do papel. As candidaturas formalizadas ao Porto Solidário e o processo de Atualização de Dados de inquilinos municipais desenvolvem-se unicamente em suporte digital, dispensando assim a impressão em papel.

A Domus Social tem vindo a priorizar a redução quantitativa das carências habitacionais mais significativas através do mecanismo do arrendamento apoiado, para o que tem presentemente votado a generalidade do seu parque habitacional. Com efeito, as frações habitacionais geridas pela Domus Social encontram-se afetas à satisfação das urgentes necessidades habitacionais da população do concelho mais carenciada.

Com efeito, na conjuntura habitacional atual, e no particular contexto do Município do Porto, onde se regista uma pressão com incremento exponencial das rendas em consequência da escassez da oferta (com a correspondente sobrecarga excessiva no orçamento familiar), a intervenção pública constitui uma condição necessária para a realização de uma política de habitação mais ampla e justa, e, portanto, mais plena, garantindo verdadeira expressão do direito à habitação a todas as franjas da população que se confrontam com evidentes dificuldades neste domínio.

Durante o ano de 2022 deu-se particular atenção às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, de se promover as adequações às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Implementaram-se igualmente outras ações tendentes a promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

O atual cenário de instabilidade económica e social, em consequência da guerra, dos sérios constrangimentos de recuperação económica, dos valores da inflação, causou o aumento do desemprego e da precariedade económica, circunstâncias que conduzem a um agravamento das condições de vida das famílias.

Apesar de conhecida a redução do poder de compra das famílias, a taxa de incumprimento no pagamento de renda situa-se nos 3,3%, valor inferior a anos de pré-pandemia e igualmente inferiores à média nacional. Os resultados obtidos devem-se deve-se maioritariamente às práticas consolidadas pela Direção de Gestão do Parque Habitacional junto dos agregados que apresentam incumprimento no pagamento de rendas.

Ainda durante o ano de 2022, e na sequência de medida excecional de regularização de dívida implementada pelo MP em 2021, verificámos que cerca de 500 devedores liquidaram a totalidade da dívida, tendo-se recuperado o montante de 121.366,98€ e estando em recuperação o valor de 77.417,06 €.

Está em curso desde 2008, o projeto *ConDomus*, Gestão e Organização de Entradas em edifícios municipais, através do qual se pretende que os inquilinos adquiram novas competências de gestão e administração do espaço residencial.

O *ConDomus* encontra-se implementado em 44 aglomerados habitacionais da cidade do Porto, num total de 960 entradas com gestores eleitos. Com mais de 85% de entradas organizadas, o *ConDomus*, que trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais ao nível, essencialmente, da preservação dos espaços comuns, estendeu-se aos novos empreendimentos.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o refortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

No que concerne ao reforço da responsabilidade social da empresa, a Domus Social tem sob sua gestão o programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras, atribuindo-lhes um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária.

O Porto Solidário, mensalmente, presta auxílio a aproximadamente 1.150 famílias, através do apoio ao pagamento da renda ou da prestação bancária de habitação permanente.

Desde a criação deste programa e até ao final do segundo semestre de 2022, o Município do Porto já apoiou mais de 4.464 famílias num total de € 13.398.000,00.

Dando continuidade às políticas ativas, destacamos o projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

Durante este ano, manteve-se uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo, desta forma, a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

## OBSERVATÓRIO DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PORTO

O Observatório de Habitação Social do Município do Porto (OHSMP) foi aprovado pelo Conselho de Administração da Domus Social em outubro de 2020.

Durante o ano de 2022, foi dada continuidade à parceria formalizada em setembro 2021 com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), através do SINCLab – Social Inclusion Laboratory.

Assim, e de forma articulada entre a equipa da Domus Social, foram concretizadas as seguintes fases iniciais previstas na parceria:

Definição e estabilização do Modelo Global do Observatório, momento inicial que incluiu a definição do “Conceito”, articulação entre unidades da Domus Social e integração de funcionalidades já existentes, definição de processos de desenvolvimento e de sustentação futura, etc.

Construção de um Modelo de Plataforma Digital. Esta fase incluiu a Estrutura, Conteúdos, Funcionalidades, Modalidades de Acesso em *Front e Back Office*.

Construção de uma Base de Dados Integrada de todas as respostas da Domus Social. Nesta fase, mais complexa e tecnicamente exigente, foi realizado:

- Procedimento de integração dos Indicadores das Bases de Dados Atuais
- Testagens da nova base de dados integrada
- Consolidação da base de dados do Observatório
- Definição das rotinas, sua periodicidade e carregamento progressivo e regular de dados

Para além do trabalho exposto, encontram-se a ser desenvolvidas e aprofundadas as seguintes fases, de forma interrelacionada e com exigência de interações regulares e afinação permanente:

Desenvolvimento de modelo de análise de dados do observatório, que será tangibilizada em apresentação pública no início de 2023.

Desenvolvimento de modelo de rotinas de análise do observatório, que inclui:

- Análises de diagnóstico ao “estado atual” das respostas da Domus Social
- Testagem de modelo de análises retrospectivas e prospetivas – sustentação de projeções
- Criação de base com rotinas de análise – “codificação predefinida” para suporte à criação de plataforma com automatismos de análise e produção de reportes

Para o ano de 2023 pretende-se evoluir para o início de construção da Plataforma Digital, que virá permitir uma sistematização dos dados com acesso público e contribuirá decisivamente para a comunicação da informação recolhida e trabalhada.

## PORTO IMPORTA-SE

O Porto Importa-se é um projeto de intervenção técnica e social, criado pela Domus Social em 2017, destinado aos idosos que residem em habitação pública municipal, que se encontram em situação ou risco de isolamento, de acordo com critérios previamente definidos.

Este projeto pretende responder a um universo de mais de 2.000 pessoas, num processo continuado, formador de uma rede alargada de parceiros e serviços de proximidade. Este projeto vai ao encontro de cidadãos sozinhos com mais 70 anos e casais com mais de 75 anos.

Os casos intervencionados refletem condições de maior vulnerabilidade, como o risco acrescido de isolamento social, maior percentagem de indivíduos a residirem sós, maior expressão do sentimento de solidão, menores níveis de independência na realização de tarefas diárias, maior probabilidade de comprometimento cognitivo e sintomatologia depressiva.

A intervenção direcionada para estas situações mobilizou a realização de várias reuniões com agentes locais, identificando-se como principais áreas de intervenção acionadas: saúde; respostas sociais; recursos económicos; monitorização pelas estruturas locais; acompanhamento jurídico.

Contamos, igualmente, com o apoio do Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto e da Santa Casa da Misericórdia do Porto para a instalação de cerca de 150 equipamentos de assistência tecnológica e humana, contribuindo para a diminuição do isolamento sénior.

#### Alguns números:

- Numa 1ª edição, que decorreu entre 2018 e 2019, foram abrangidos 1687 idosos isolados com mais de 70 anos e 426 casais de idosos com mais de 75 anos, sem outros familiares no agregado, ou seja, um total de 2539 idosos. 1212 pessoas responderam ao inquérito.
- A 2ª edição do projeto, que decorreu entre 2020 e 2021, em pleno período de confinamento, abrangeu 400 idosos isolados e 133 casais de idosos com mais de 75 anos, num total de 666 idosos.

Em 11 de maio de 2022, foram apresentados publicamente os resultados da 1ª e 2ª fases deste projeto. Nesta apresentação, que decorreu no auditório do ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto, divulgou-se também o início da 3ª edição do projeto.

- A 3ª edição do projeto (2022-2024) tem como foco o *follow-up* das situações de pessoas idosas já sinalizadas em fases anteriores do projeto, abrangendo também novas situações. Uma das prioridades estratégicas da 3ª edição passou por também se reinvestir na continuidade da construção de parcerias sólidas, assentes nos recursos sociais e locais existentes, com destaque para as Juntas de Freguesia.

Em termos de números globais, de uma amostra de 3070 idosos e desde a 1ª edição, foi possível contactar e visitar cerca de 2200 idosos até ao momento.

Visitas realizadas			
1ª edição	2ª edição	3ª edição	Total
1499	375	300	2174

Dos 2174 contactos estabelecidos diretamente com os idosos, ou seja, excetuando os que não foram possíveis de contactar nem presencialmente nem por telefone, 563 não quiseram participar no projeto.

Significa que temos diagnosticados 1611 idosos até à presente data.

Nº de inquéritos aplicados			
1ª edição	2ª edição	3ª edição	Total
1212	235	164	1611



Acresce que, do trabalho de terreno, e desde 2017, foram identificados 411 casos considerados de intervenção prioritária por diagnóstico de isolamento social severo: 208 casos na 1.ª fase, 115 casos na 2.ª fase e 88 casos na 3ª fase (que ainda estão a ser avaliados).

Os diagnósticos são sinalizados, debatidos e intervencionados junto das estruturas de apoio social, nomeadamente através da realização de reuniões com as Juntas de Freguesia.

## ATUALIZAÇÃO DE DADOS DOS AGREGADOS RESIDENTES EM HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Em maio de 2022, iniciou-se mais um processo de atualização de dados. Através deste procedimento de apoio à gestão, é reforçada a garantia de correta ocupação das habitações, é conhecida, de forma mais meticulosa, a população residente e é efetuado o apuramento atualizado do valor da renda apoiada devida pela ocupação dos fogos.

Os aglomerados que em 2022 foram considerados para efeitos de atualização, reportam-se a agregados que não efetuavam a atualização de dados há, pelo menos, 3 anos. O contexto pandémico impediu-nos de concretizar o propósito da atualização de dados através do modelo que vinha sendo implementado.

Acontece que há aglomerados que foram, entretanto, requalificados e, portanto, foram atualizados nessa altura. Por estes fundamentos, chegamos a 14 aglomerados.

**Em 2022, os fogos e correspondentes agregados que integraram a atualização de dados foram:**

Fogos	Nº de agregados
Agra do Amial	154
Bom Pastor	260
Bom Sucesso	80
Carvalhido	248
Cerco do Porto	808
Condominhas	41
Duque de Saldanha	107
Eng. Machado Vaz	256
Falcão	374
Fernão de Magalhães	293
Outeiro	390
Pasteleira	566
Pio XII	116
S. Vicente de Paulo	15

Total **3708**

Notificados 3708 agregados para a submissão de documentos, unicamente por via digital, entre 11 maio e 17 junho, foram rececionados 3019 processos, correspondendo a uma adesão de 80%. Foi ainda concedido um prazo extraordinário de 10 dias, para que os agregados que não tivessem submetido os documentos na plataforma para o efeito, o pudessem fazer diretamente no Gabinete do Inquilino Municipal. Houve uma adesão de mais de metade destes incumpridores, pelo que o número de agregados que foram considerados faltosos neste processo foi de apenas 8%.

Este processo encontra-se concluído, resultando na aplicação da renda máxima, por não apresentação de toda a documentação imprescindível à análise do processo, apesar de cumpridos todos os processos de notificação, a apenas 168 agregados.

Acresce que mais de metade dos agregados que concluíram este procedimento apresentaram documentos de rendimentos que, comprovadamente, não resultaram na variação da renda já fixada, o que significa que o orçamento de várias famílias tem sido constante. Porém, também se verifica que o tipo de família predominante na resposta a este processo de atualização de dados é a de pessoa isolada (correspondendo a cerca de 30% dos agregados), maioritariamente constituída por idosos. Significa, por isso, que os rendimentos são, sobretudo, provenientes das reformas, razão pela qual não existirá grande oscilação de rendimentos e, por isso, não existe impacto no valor da renda a fixar.

Podemos, por isso, concluir que a taxa de adesão a este procedimento de atualização de dados, já bastante consolidado, foi muito elevada, permitindo que possamos atualizar a composição e rendimentos dos agregados familiares residentes no nosso parque habitacional e aplicar a renda de acordo com os mesmos, contribuindo, assim, para uma maior justiça social e permitindo conhecer e caracterizar de uma forma mais casuística a população residente.

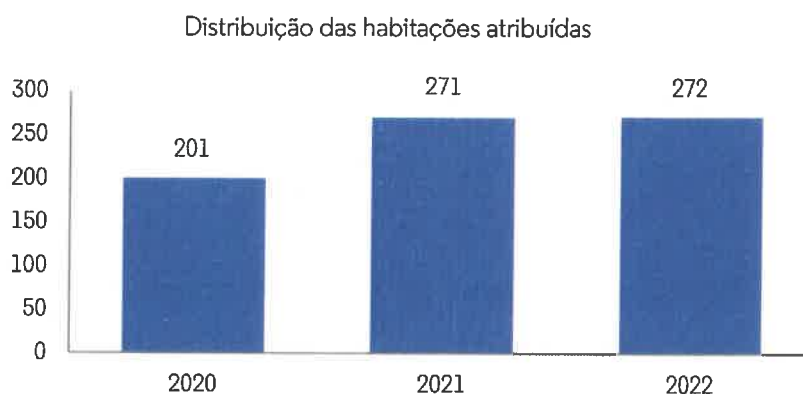
## CONCESSÃO DE HABITAÇÕES

No âmbito da gestão do parque habitacional, a concessão de habitações a agregados familiares que, comprovadamente, se encontram em situação de grave carência económica, constitui uma das prioridades da DGPH.

Com efeito, reflete-se na situação de muitas famílias a conjuntura social e económica que compromete a manutenção dos agregados familiares no mercado privado de arrendamento.

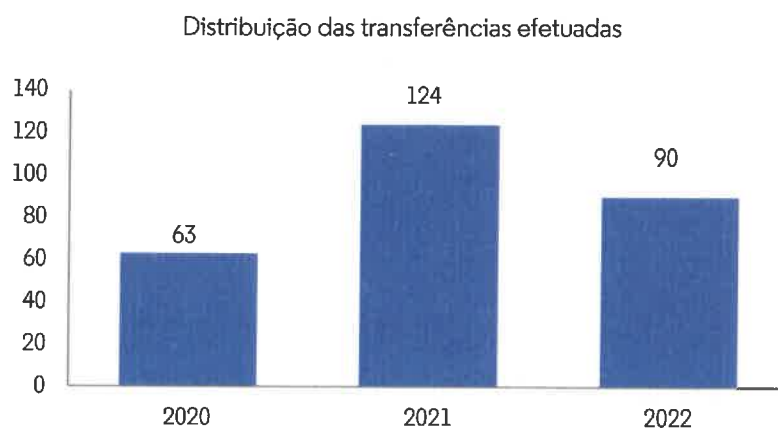
As dinâmicas implementadas ao nível das medidas de política habitacional no município visam promover a coesão social e minimizar as situações de pobreza e exclusão social.

Conforme se pode verificar pela análise do gráfico seguinte, no decurso do ano de 2022 foram atribuídas 272 habitações a famílias carenciadas que formalizaram candidatura a habitação pública municipal.



## TRANSFERÊNCIA DE AGREGADOS FAMILIARES

Durante o ano de 2022, instruíram pedido de transferência de habitação municipal 248 famílias. De acordo com a disponibilidade do parque habitacional, e considerando as necessidades e particularidades dos agregados, foi possível transferir 90 famílias, sendo que: 53,5% das transferências efetuadas reportam-se a situações de comprovada necessidade por questões de doença e 28% dizem respeito a transferências realizadas por adequação de tipologia. As restantes situações repartem-se entre transferências para habitação de renda mais económica e outros realojamentos determinados pelo Município.



## S. JOÃO DE DEUS

*M*

*[Handwritten signature]*

No ano de 2022, e dando cumprimento ao Plano de Realojamento em curso em S. João de Deus, foram convocados e atualizados os processos habitacionais dos 18 agregados familiares residentes naquele aglomerado habitacional, realojados provisoriamente, aferindo-se o seu interesse no regresso à zona de origem.

Assim, e após a atualização dos processos habitacionais, verificou-se que 6 agregados familiares solicitaram permanecer definitivamente na habitação já ocupada em S. João de Deus, 11 famílias mantiveram o interesse na transferência e foi efetuada 1 posse administrativa.

No âmbito do plano de Reconversão de S. João de Deus serão necessárias as seguintes tipologias: 5 – T2; 4 – T3; 2 – T4.

Desta feita, e dos 25 fogos municipais requalificados no aglomerado habitacional de S. João de Deus, a Direção de Gestão do Parque Habitacional irá dispor de 14 habitações sobrantes para atribuição a agregados familiares incluídos na lista de atribuição de fogos, de acordo com critérios já definidos pelo Conselho de Administração de 7 de junho de 2022.

A 11 de novembro de 2022, a Direção de Gestão do Parque Habitacional rececionou 10 fogos municipais de tipologia 2 situados em S. João de Deus.

Os 10 fogos municipais requalificados de tipologia 2 foram atribuídos a agregados familiares candidatos incluídos na lista de atribuição de fogos, respeitando os critérios definidos e determinados pelo Conselho de Administração da Domus Social.

Salienta-se a importância da reabilitação dos edifícios e do espaço público dos diferentes aglomerados habitacionais, que permitem dotar as habitações de melhores condições de conforto, melhorando significativamente as condições de vida dos seus moradores e de novos agregados familiares, que instruíram pedido de habitação.

## RUA D. JOÃO IV

No âmbito da promoção da habitação do município do Porto e manutenção do parque habitacional, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Domus Social a 20 de fevereiro de 2020, a execução de obras de “Reabilitação e Edificação na Rua D. João IV, 792 e 800”.

Assim, concluídas as obras de reabilitação, a 9 de setembro de 2022 a Direção de Gestão do Parque Habitacional rececionou 5 fogos municipais, distribuídos pelas seguintes tipologias: 1 – T1; 2 – T2; 2 – T3.

Nesse sentido, e dando cumprimento aos critérios de realojamento determinados pelo Conselho de Administração para ocupação dos fogos municipais do edifício da Rua D. João IV, em setembro de 2022 as cinco habitações foram atribuídas a agregados familiares candidatos, que se encontravam integrados na lista de atribuição de fogos.

A reabilitação de edifícios situados no centro histórico permite não só a revitalização daquela área geográfica da cidade, como o regresso dos agregados familiares ao local de origem.

Salienta-se que o edifício de D. João IV, por se encontrar dotado de elevador, permitiu o realojamento de agregados familiares com necessidades especiais de realojamento.

Desta feita, a reabilitação dos diferentes aglomerados habitacionais permite dotar as habitações de melhores condições térmicas e de conforto, bem como garantir que os edificadados são pensados para incluir todos os agregados familiares.

## REQUALIFICAÇÃO DE HABITAÇÕES DEVOLUTAS

No decurso do ano de 2022, a DGPH remeteu à DPO 321 habitações devolutas para reabilitação.

Em igual período, foram rececionadas 336 habitações reabilitadas que integraram a Lista Diária de Fogos Disponíveis (LDFD). Essas habitações são maioritariamente localizadas no Cerco do Porto, nas Campinas, no Regado, em Fonte da Moura e no Dr. Nuno Pinheiro Torres.

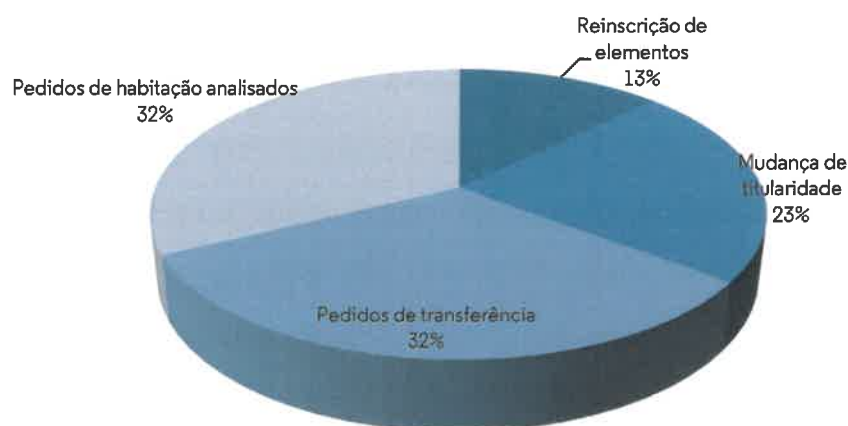
No quadro seguinte, apresentamos a súmula dos movimentos habitacionais efetuados no decurso do ano de 2022, sendo possível comparar ainda com os anos de 2021 e 2020.

Movimento Habitacional	2020	2021	2022
Atribuição Habitação	201	271	272
Transferências	63	130	90
Total	264	401	362

Consideramos que o acréscimo de atribuições atribuídas no ano de 2021 quer a agregados familiares candidatos, quer a inquilinos municipais foi possível pelo investimento no Parque Habitacional, que permitiu a requalificação de novos fogos municipais nos aglomerados habitacionais de Pereiró (32), Lapa (29) e Carvalheiras (7), bem como do número de habitações devolutas recuperadas rececionadas naquele ano.

*M-*  
*[Handwritten signatures]*

Finalmente, refira-se que, ao longo do ano de 2022, foram analisados cerca de 767 pedidos instruídos no GIM, que se repartem entre candidaturas a habitação pública municipal, pedidos de alteração de titularidade, de integração de elemento do agregado e de transferência, conforme gráfico infra.



## REALOJAMENTOS AGREGADOS FAMILIARES 1º DIREITO

O 1º Direito constitui para o Município do Porto um instrumento de financiamento nas várias vertentes de respostas a dar a nível habitacional.

Para as situações de arrendamento apoiado, todos os munícipes podem candidatar-se a habitação social municipal. A candidatura é avaliada de acordo com o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município do Porto em vigor e, se for aprovada, será incluída em LAF - Lista de Atribuição de Fogos. Se reunir condições será enquadrada para efeitos de financiamento do Primeiro Direito.

A candidatura apresentada pelo Município do Porto propôs que as 1740 famílias, correspondentes a 3800 pessoas, que atualmente vivem em condições habitacionais indignas na cidade, sejam realojadas entre 2020 e 2025 nas seguintes soluções habitacionais:

- Arrendamento de habitações para subarrendamento – 75 famílias/fogos;
- Reabilitação de frações ou prédios habitacionais – 1345 famílias/fogos;
- Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais – 200 famílias/fogos;
- Aquisição de frações ou de prédios degradados e subsequente reabilitação dos mesmos – 120 famílias/fogos.



Desta feita, e dando cumprimento à candidatura apresentada e aprovada pelo Município do Porto e pelo IHRU, a Domus Social, no ano de 2022, promoveu o realojamento de 168 agregados familiares ao abrigo do 1º Direito.

## PROJETO CONDOMUS

O projeto ConDomus pretende aumentar a participação dos moradores na gestão dos espaços comuns, garantindo a sua adequada utilização, numa perspetiva coletiva, melhorando com isso a qualidade de vida dos inquilinos municipais e, ao mesmo tempo, potenciando a conservação e manutenção do parque habitacional.

Este modelo de gestão pressupõe a nomeação de gestores de entrada em mandatos bianuais, sendo por isso imperativo que se dê continuidade ao serviço nos aglomerados cujos mandatos se tenham iniciado em 2020 ou em 2021, e terminem no presente ano. Assim, inscrevem-se naquelas condições 26 aglomerados habitacionais, que se distribuem por 515 entradas.

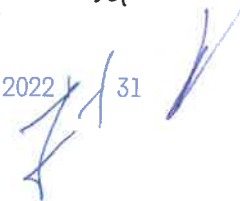
Paralelamente, e porque existem as obras de reabilitação que já terminaram, ou estão a terminar, nos blocos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da Pasteleira, os mesmos foram igualmente considerados para efeitos de implementação deste modelo de gestão, no total de 35 entradas.

Assim, e no ano de 2022, efetuou-se a (re)organização de 550 entradas, tendo-se intervindo nos bairros que a seguir se identificam:

Distribuição das Entradas Organizadas ao abrigo do Projeto *ConDomus*, durante o ano de 2022

Desenvolvimento/Implementação Projeto	Total entradas	Entradas organizadas
Carvalhido	18	18
S. Vicente Paulo	1	1
Mouteira	42	40
S. Roque da Lameira	39	33
Francos	55	47
Outeiro	34	31
Dr. Nuno Pinheiro Torres	50	44
Lapa	1	1
Parceria e Antunes	7	7
Carvalheiras	2	2
Lordelo	21	18
Pereiró	2	2
Bela Vista	2	2
Choupos	3	2

u-



Pasteleira (Bloco 1)	5	4
Rainha D. Leonor	5	5
Fontainhas	4	4
Cerco - Novo	11	11
Campinas	90	81
Musas	1	1
AH do Falcão	10	9
Cerco	54	44
Ramalde	35	34
Travessa de Salgueiros	5	5
Património	17	16
Bonjardim	1	1
Pasteleira (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22)	35	35
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>498</b>

Concluimos que, do total de entradas onde se realizaram as reuniões planeadas (550), 498 ficaram organizadas (90,55%).

Para além das reuniões previstas no planeamento anual do projeto, foram realizadas, no decurso de 2022, reuniões de implementação do ConDomus no Património, obtendo-se os resultados descritos.

Implementação Projeto	Total Entradas	Entradas Organizadas
Património Disperso	5	5

## ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOS GESTORES DE ENTRADA

Com a eleição dos gestores, dá-se início a uma outra fase do trabalho neste domínio, que visa o acompanhamento no exercício das funções para as quais foram eleitos.

O trabalho em apreço materializa-se através das respostas às solicitações que os gestores vão apresentando nos serviços, relacionadas não só com a gestão propriamente dita, como também com a manutenção e conservação do edificado, no que às áreas comuns diz respeito.

Corporiza-se, ainda, através de reuniões extraordinárias, nas situações em que os gestores solicitam o apoio para discussão do modelo de limpeza implementado, ou quando por razões várias se demitem das suas funções, e é necessário eleger um novo representante.

Distribuição dos pedidos apresentados “G. Condomínios – Gestor de Entrada”, durante o ano de 2022

Ano de 2022	Processos em Curso	Processos Terminados	Total
Pedidos Gestores Entrada	1	437	438

## AVERIGUAÇÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS – ZONAS COMUNS

A área da Gestão de Condomínios trata todas as denúncias relacionadas com o uso e fruição das áreas comuns de todos os bairros municipais e prédios que se localizam na zona do Património que se encontram sob a atual gestão da Domus Social, EM, que são registadas através do Portal de Habitação, cuja nomenclatura do procedimento é *G. Condomínios – Denúncias Zonas Comuns*.

Distribuição pedidos criados para “Gestão de Condomínios– Denúncias Zonas Comuns”, durante o ano de 2022

	Processos em Curso	Processos Terminados	Total
Pedidos Denúncias Zonas Comuns	8	779	787

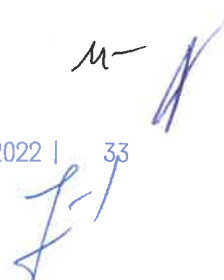
Foram, ainda, criados 319 processos para realização de diligências complementares (notificações, advertências, convocatórias para atendimento presencial, entre outras ações), dos quais 15 ainda estão em curso.

## OUTROS CONDOMÍNIOS

Ainda no que concerne à gestão e administração dos espaços comuns, destaca-se o trabalho que se efetua ao nível do acompanhamento e apoio que é prestado às diferentes administrações de condomínio constituídas em prédios que em tempos foram alienados pelo Município do Porto, mas onde ainda existem frações municipais (habitaçãois e/ou não habitaçãois), designadamente em Bessa Leite, Central de Francos, Santa Luzia, Agra do Amial, Bom Sucesso, Agrupamento Habitacional do Falcão, Vale Formoso, Fernão de Magalhães e Agrupamento Habitacional da Pasteleira.

A equipa de colaboradores participa ativamente nas reuniões agendadas, valida os quantitativos pagos em Quotas de Condomínio e assegura a prestação de informações ao CA relativamente aos pedidos de pagamento de quotas extraordinárias para a execução de obras.

No decurso do ano de 2022, participamos em 46 reuniões.



## CEDÊNCIA DE ESPAÇOS (HABITACIONAIS E NÃO HABITACIONAIS) A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

No domínio em apreço, registaram-se 24 pedidos de cedência por parte de entidades privadas sem fins lucrativos, sendo que 4 ainda se encontram em análise e tratamento.

Em 2022 foram formalizadas 12 cedências para os espaços/habitações e instituições que infra se identificam:

Identificação Entidades	Identificação espaços/habitações cedidos
Espaço t	Aldoar, Bloco 9, Cave 129
ENTEC – Ensino Técnico Profissional	Campinas, Bloco 29, Entrada 14, Casa 21
Associação Seis – Saúde e Intervenção Social	Aldoar, Bloco 9, Entrada 141, Casa 12
	Outeiro, Bloco J, Entrada 240, Casa 23
Delegação do Porto da Cruz Vermelha Portuguesa	Bom Pastor, Bloco 10, Entrada 50, Casa 21
	Bom Pastor, Bloco 9, Entrada 163, Casa 22
DMJC – CMP – Julgados de Paz	Viso, Torre 3, Cave – Garagem
Ágora – Cultura e Desporto, E.M.	Dr. Nuno Pinheiro Torres, Bloco 8, nºs 367 e 369
	Ramalde, Bloco 7, 204D, 204 E e 216A
Academia José Moreira da Silva – Cooperativa de Estudos de Economia Social	Pio XII, Bloco E, Entrada 176, Casa 99
Instituto Profissional do Terço - IPT	Fernão de Magalhães, Bloco 4, Entrada 134, Casa 24
Junta de Freguesia de Ramalde	Ramalde, Bloco 7, 216 B/C, 216D e 216E

## CADASTRO DE ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS – EQUIPAMENTOS E LOJAS

Durante o ano de 2022, foram registados no eSIGHA os dados referentes aos espaços não habitacionais que se encontram cedidos ou arrendados, num total de 183 espaços.

Este trabalho teve como objetivo centralizar, naquela aplicação, a informação referente às entidades a quem estão cedidos/arrendados os espaços sob gestão da Domus Social.

## RENDAS E TAXA DE INCUMPRIMENTO

Durante o ano de 2022, foram registados 366 pedidos de reavaliação de renda, em virtude da alteração dos rendimentos dos agregados familiares ou da necessidade de regularização da situação habitacional em resultado do procedimento de incumprimento do processo de atualização de dados.

A alteração da situação profissional de algum elemento do agregado constitui motivo para a apresentação destes pedidos, os quais são avaliados e produzem efeitos no prazo máximo de 10 dias úteis contados a partir da data do pedido.

Conscientes dos constrangimentos sociais e económicos verificados no contexto familiar, consequência da Pandemia COVID-19 e agravados no ano de 2022 pelo aumento do custo de vida, por força do aumento da inflação, a Domus Social adotou medidas que visaram um contacto mais próximo e proativo com as famílias, de forma a evitar o acumular de débitos excessivos e o colapso financeiro dos agregados.

Em virtude de todos os esforços e medidas adotadas, e no que concerne às taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas em 2022, verificamos uma diminuição dos valores e terminamos o ano de 2022 com as seguintes taxas médias de incumprimento: 4,03% em número de incumpridores e 3,40% em valor de incumprimento.

#### Taxas médias de incumprimento de rendas

Ano	Taxas médias de incumprimento	
	Em número de incumpridores	Em valor de incumprimento
2019	4,11%	3,24%
2020	4,71%	3,81%
2021	4,52%	3,58%
2022	4,03%	3,40%

De salientar o número de incumpridores, que atingiu valores abaixo dos verificados pré-pandemia, contudo não conseguimos igual desempenho em relação ao valor em incumprimento.

Para além das diligências elencadas, mantivemos em monitorização os agregados aderentes à Medida Excecional de 2021. Em resultado desta medida, cerca de 1.200 inquilinos devedores beneficiaram de condições bastantes vantajosas, salientando-se a dispensa do pagamento de juros e custas processuais, a regularização de dívida em 60 prestações mensais e o valor mínimo da prestação de 11,40 €, atingindo-se uma taxa de 68% de adesão.

Refira-se ainda que cerca de 500 devedores liquidaram a totalidade da dívida e no final de dezembro de 2022, encontravam-se ainda ativos 129 planos de pagamentos em prestações que, para além de assegurarem o pagamento das prestações previstas, asseguravam o pagamento atempado da renda.

Durante o ano de 2022, acompanhamos ainda a elaboração pelos serviços do Município do Porto da declaração de prescrição das dívidas ao Município do Porto constituídas até dezembro de 2013, que veio a ser aprovada em Assembleia Municipal, no dia 22 de dezembro de 2022, e que terá impacto na situação devedora de atuais agregados.

## AVERIGUAÇÕES – INCUMPRIMENTO DAS REGRAS LEGAIS E REGULAMENTARES

No âmbito da averiguação e tratamento de todas as participações relacionadas com incumprimentos das regras legais e regulamentares sobre as habitações sociais, e relativamente ao ano de 2022, foram concluídos 1.232 pedidos.

Número de pedidos de averiguação em 2022

		2020	2021	2022
<b>Nível 1</b>	(conclusão 20 dias)	170	257	224
<b>Nível 2</b>	(conclusão 30 dias)	645	803	1008
<b>Total</b>		<b>815</b>	<b>1.060</b>	<b>1232</b>

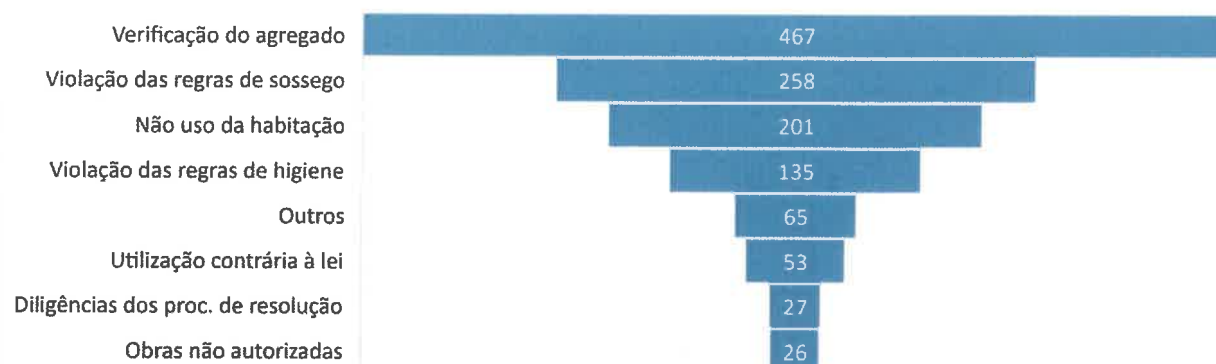
Neste período, registamos um aumento de cerca de 14,9% do número de pedidos registados em relação ao ano de 2021, circunstância que estará relacionada com a retoma das rotinas dos inquilinos, após a pandemia. O tratamento de cada um destes pedidos, exige contactos e averiguações locais, obtendo-se depoimentos e, sempre que necessário, realizando-se diversas diligências complementares (notificações, advertências, convocatórias para atendimento presencial, encaminhamentos para outras entidades, entre outras ações).

Os processos de averiguação são classificados em função do que vem reportado: em nível 1 (habitações desocupadas e diligências resultantes de processos de resolução do contrato) e em nível 2 (demais incumprimentos contratuais: violação das regras de higiene, sossego e boa vizinhança, permanências não autorizadas, realização de obras não autorizadas, etc.). Relativamente a 2022, ilustra-se na tabela seguinte o número de pedidos de averiguação registados para cada nível de serviço e a respetiva tipologia:





### Averiguações terminadas 2022 tipologia de pedidos



## TRATAMENTO DE INCUMPRIMENTOS PASSIVEIS DE FUNDAMENTAR PROCEDIMENTOS COERCIVOS

Decorrente dos processos de averiguação, identificamos diversas situações relacionadas com incumprimentos das regras legais e regulamentares sobre as habitações sociais, quer à luz do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município do Porto, quer à luz do Regime do Arrendamento Apoiado (Lei n.º 81 /2014, de 19 de dezembro, republicada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto), constituem fundamento para a resolução do contrato do arrendamento apoiado. Estas situações são avaliadas considerando ainda a sua natureza e / ou a prática reiterada.

Nessa medida, e de forma a ultrapassar os incumprimentos verificados, adotamos uma abordagem mais pedagógica e próxima aos agregados, procurando identificar soluções e coresponsabilizando para ultrapassar os incumprimentos, evitando assim a instrução de processos coercivos.

Assim, no ano de 2022, acompanhamos cerca de 624 situações de incumprimento, que originaram a realização de 1821 diligências (notificações, advertências, convocatórias, atendimentos presenciais, encaminhamentos para outras entidades, monitorizações, entre outras ações). Fruto deste acompanhamento, foram regularizadas 179 situações e agilizamos a entrega voluntária de 78 habitações. As restantes situações continuam a ser acompanhadas pelos serviços.

No particular domínio da gestão dos procedimentos administrativos coercivos, nomeadamente os processos de exclusão de elementos do agregado, resolução do arrendamento apoiado e tomada de posse administrativa, fomos forçados a reavaliar todos os procedimentos em curso, fruto das imposições legais previstas na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que determinou um regime extraordinário e suspendendo a

*[Handwritten signatures and initials]*

produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio.

Nessa medida, relativamente ao ano de 2022, foram iniciados e / ou reapreciados 65 processos de exclusão de elementos do agregado inscrito e autorizado, dos quais 46 concluídos com competente notificação aos interessados.

No domínio da gestão dos procedimentos administrativos de resolução do arrendamento apoiado, promovemos a instrução de 13 procedimentos, tendo-se efetuado a execução de decisões em 11 processos, decorrentes do não uso da habitação. Em paralelo e consequência das diligências inerentes a este tipo de procedimentos, foi possível ainda a recuperação de 5 fogos, por entrega voluntária, e a posse de 9 habitações por falecimento do arrendatário e único ocupante do fogo.

## AÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS ARMAZENADOS

No âmbito da responsabilidade e promoção social que integra a missão da Domus Social, em particular no âmbito do Regulamento de Armazenamento, Perda e Aquisição por Ocupação de Coisas, foi concretizada, em 2022, a doação de bens armazenados e não reclamados.

Nesse âmbito, foram convidadas 40 Instituições de Solidariedade Social sem fins lucrativos, indicadas pelo Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, tendo participado 18 instituições, e destas, 12 reservaram bens. Após confirmação, as instituições procederam ao levantamento dos bens selecionados. De entre os bens disponíveis, foram doados eletrodomésticos, equipamento médico (cadeiras de rodas, camas articuladas), mobiliário e têxteis, que se destinaram, entre outros, a apoiar famílias carenciadas.

## PORTO SOLIDÁRIO – FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

O Fundo de Emergência Social – Porto Solidário, criado pelo Município do Porto, em 23 de outubro de 2014, constitui um modelo de apoio às pessoas e famílias que atravessam graves dificuldades financeiras, acentuadas por problemas como o desemprego e perda de prestações sociais.

Integrando três eixos de apoio prioritário, este fundo de emergência auxilia a vertente de apoio à habitação, apoio e inclusão dos cidadãos com deficiência e apoio a IPSS e instituições sem fins lucrativos.

O eixo de “Apoio à Habitação” destina-se a apoiar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem a aguardar disponibilidade

de habitação social ou sem capacidade para assegurarem o pagamento da prestação bancária ou da renda da morada de família.

Considerando a especificidade do programa Porto Solidário, em fevereiro de 2021, o Município do Porto aprovou o Contrato-Programa “Porto Solidário 2021-2022-2023”, nos termos do qual a Domus Social fica vinculada à gestão integral deste programa, contando para tal com um montante global de 7,95 milhões de euros, repartido em subsídios no valor de 2,65 milhões de euros por ano.

Dando continuidade às edições anteriores, entre 22 de fevereiro e 8 de março de 2022, decorreu novo período de candidaturas à 10.ª edição do Porto Solidário, tendo sido rececionadas 836 candidaturas, o número mais elevado de todas as edições. Foram aprovadas 635 candidaturas, traduzindo-se num apoio mensal a estas famílias no valor médio de € 200,82.

O valor médio mensal dos rendimentos destes agregados é de cerca de € 600,00 e a renda média mensal com a habitação é de € 353,20, o que significa que mais de metade do orçamento familiar é gasto com a renda da casa. Também se verifica que a quase totalidade dos candidatos a este apoio (97%) reside em casa arrendada.

Comparativamente a edições anteriores, desde a 9ª edição que se constata um aumento do valor médio do apoio em cerca de € 30,00, em virtude do impacto económico no rendimento das famílias causado pela pandemia covid-19, valor esse que se mantém.

O Porto Solidário, mensalmente, presta auxílio a aproximadamente 1.150 famílias, através do apoio ao pagamento da renda ou da prestação bancária de habitação permanente.

Desde a criação deste programa e até ao final do segundo semestre de 2022, o Município do Porto já apoiou mais de 4.464 famílias num total de € 13,398.000,00.



## B - DIREÇÕES DE PROJETOS E OBRAS E MANUTENÇÃO

O objetivo base fixado nos IGP para a DPO e DM passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DPO, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque Habitacional Público Municipal e outro Património Edificado Público Municipal, bem como do espaço público envolvente aos edifícios do Parque Habitacional Público Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque Habitacional Público Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);

e, da DM, nomeadamente:

- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DPO e DM é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por:

1. Parque Habitacional Público Municipal, representado por 573 edifícios com 12 394 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP.

2. Parque de Equipamentos Público Municipal, constituído por 161 edifícios, que contempla 48 edifícios que constituem o Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e 113 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DM é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 141 elevadores e ascensores, 2.200 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 117 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 78 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DM é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 19 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 16 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

## EMERGÊNCIAS E PEQUENAS INTERVENÇÕES

Em resposta aos pedidos efetuados através da LAT (pelos inquilinos do Parque habitacional público municipal) e também do Portal Extranet (pelos interlocutores do Parque Escolar Público Municipal e dos Outros Edifícios Públicos Municipais), as Brigadas de Intervenção (BI) executam as operações necessárias, que podem ser no âmbito de Construção Civil ou de Eletromecânica.

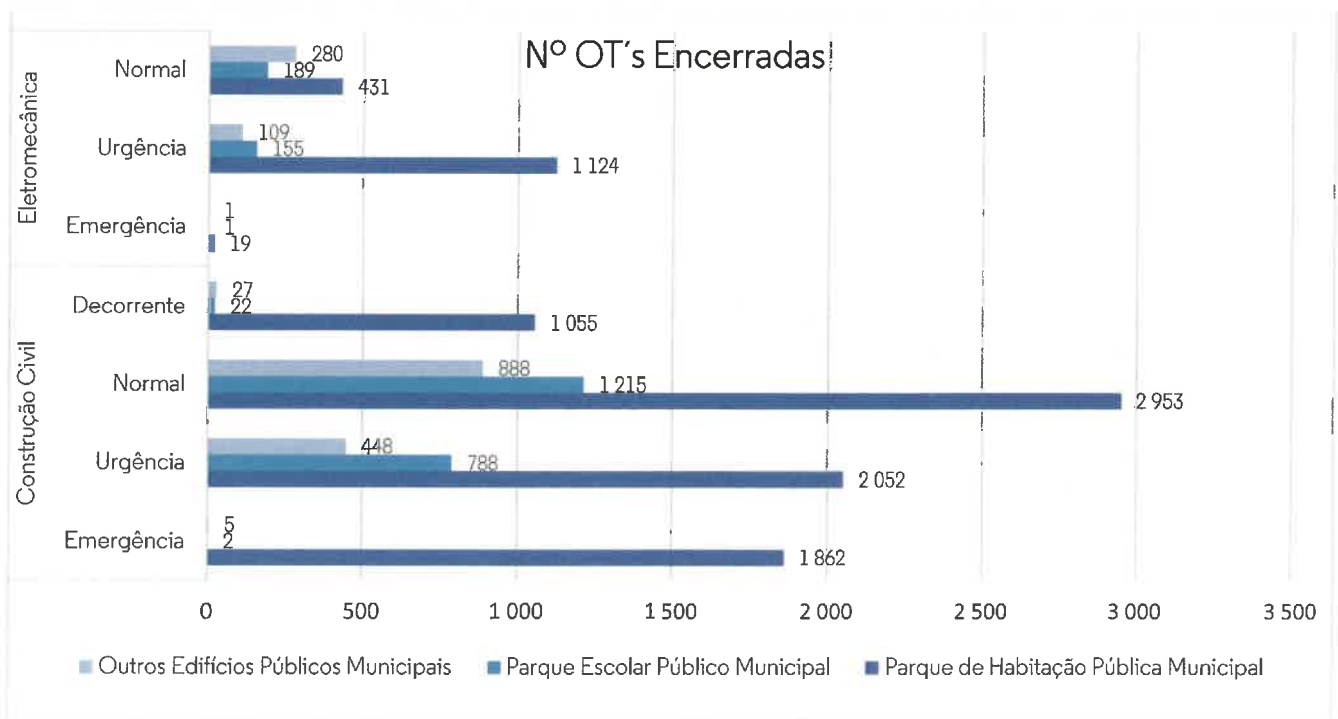
Foram concluídas 13 590 intervenções até ao final de 2022, assim distribuídas:

### a) Por tipo de edifício

Emergências e Pequenas Intervenções – Valores acumulados		
Edifícios	2022	
	n.º OT's	(%)
Parque Habitacional Público Municipal	9 460	70%
Parque Escolar Público Municipal	2 372	17%
Outros Edifícios Públicos Municipais	1 758	13%
<b>Total de intervenções</b>	<b><u>13 590</u></b>	<b><u>100%</u></b>

b) Por níveis de serviço

Emergências e Pequenas Intervenções – 2022 – Valores acumulados									
Área	Nível	Parque Habitacional Público Municipal		Parque Escolar Público Municipal		Outros Edifícios Públicos Municipais		Totais	
		n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)
Construção Civil	Emergência	1 862	25,0%	2	0,1%	5	0,4%	1 869	17,3%
	Urgência	2 052	27,6%	788	38,9%	448	32,7%	3 288	30,3%
	Normal	2 953	39,6%	1 215	59,9%	888	64,9%	5 056	46,6%
	Decorrente	580	7,8%	22	1,1%	27	2,0%	629	5,8%
<b>Total</b>		<b>7 447</b>		<b>2 027</b>		<b>1 368</b>		<b>10 842</b>	
Eletromecânica	Emergência	31	1,5%	1	0,3%	1	0,3%	33	1,2%
	Urgência	1 457	72,4%	155	44,9%	109	27,9%	1 721	62,6%
	Normal	525	26,1%	189	54,8%	280	71,8%	994	36,2%
<b>Total</b>		<b>2 013</b>		<b>345</b>		<b>390</b>		<b>2 748</b>	



Os níveis de serviço das brigadas de intervenção são:



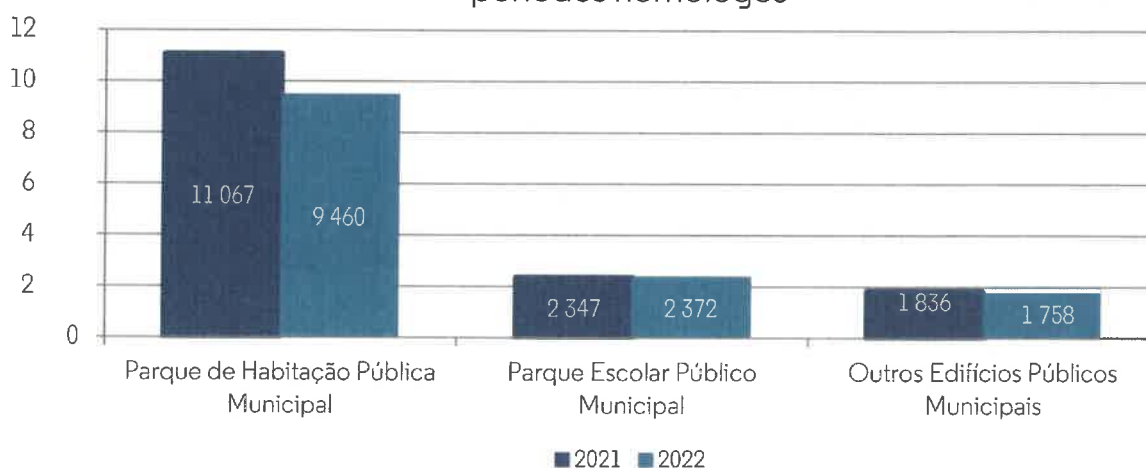


- 24 horas para a resolução de situações de emergência;
- 15 dias úteis para a resolução de situações de urgência;
- 30 dias úteis para a resolução de situações consideradas normais;

Emergências e Pequenas Intervenções – Comparação entre períodos homólogos – Valores acumulados					
Edifícios	2021		2022		Variação (%)
	N.º OT's	(%)	N.º OT's	(%)	
Parque Habitacional Público Municipal	11 067	73%	9 460	70%	-15%
Parque Escolar Público Municipal	2 347	15%	2 372	17%	1%
Outros Edifícios Públicos Municipais	1 836	12%	1 758	13%	-4%
<b>Total de Intervenções</b>	<b>15 250</b>		<b>13 590</b>		<b>-11%</b>

A repartição das intervenções através dos gráficos infra demonstra e sintetiza a variação registada nas solicitações efetuadas durante o período homólogo (2022 versus 2021).

### Emergências e Pequenas Intervenções – Comparação entre períodos homólogos



Para além destas intervenções realizadas pelas BI da Direção de Manutenção, a Domus Social também tem outras componentes de intervenção com alguma relevância na atividade da empresa, nomeadamente aquelas realizadas por motivos relacionados com a segurança e saúde de pessoas e bens.

Assim, e a pedido, quer do SMPC, quer do DMF, é efetuado um apoio técnico àquelas estruturas municipais com vista à regularização de situações que merecem uma intervenção com carácter urgente, por parte da entidade pública. Até ao final de 2022, e no que concerne a estas entidades, foram concluídas 132 intervenções para o SMPC e 13 intervenções para o DMF.

## REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

### 1. REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL PÚBLICO MUNICIPAL

#### a. REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E DO ESPAÇO PÚBLICO

A reabilitação dos edifícios (entendida como grande reabilitação) compreende resumidamente a reabilitação das coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum (caixas de escadas e galerias de distribuição de horizontal), bem como das redes de infraestruturas prediais.

Até ao final de 2022, foram concluídas as seguintes intervenções, no valor global de 19 604 055,89€:

- Cerco do Porto (1 a 3);
- Cerco do Porto (7, 8, 10, 16, 17, 19, 20);
- Falcão (10; 12 a 15);
- Maceda (construção nova);
- Pasteleira (2 a 9, 11, 13 e 15);
- Pasteleira (10,12,14; 17 a 22);
- São João de Deus (2ª Fase);
  
- Rua da Arménia/Miragaia, 73/56 e 75/58.

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas, no valor global de 4 055 521,76€:

- Cerco do Porto (13 e 26);
- Cerco do Porto (24);
- Pasteleira (16; 23 a 27);
  
- Rua da Vitória, 281 e 283;
- Rua do Dr. Barbosa de Castro, 10 a 14.

Encontram-se em fase de contratação as seguintes empreitadas, cujo valor de investimento previsto ascende a 8 310 256,14€:

- Cerco do Porto (5, 6 e 9);
- Cerco do Porto (21, 22 e 30);
- Fernão de Magalhães (5);
- Fonte da Moura (1 a 3, 7 a 16, 27 e 28);
  
- Rua de António Cândido, 214 a 16;
- Rua de Tomás Gonzaga, 16 a 36;
- Rua de Tomás Gonzaga, 43 e 45.

Encontram-se concluídos os projetos de reabilitação seguintes:

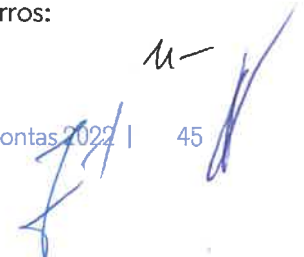
- Bom Sucesso;
- Fernão de Magalhães (1 a 4; 6 a 11 e 18);
  
- Bairro Social da Arrábida;
- Colónia Operária de Viterbo Campos;
- Rua de São Miguel, 45 a 51.

Encontram-se em elaboração os projetos de reabilitação seguintes:

- Bairro da Tapada;
- Eirinhas;
- Rua de Cimo de Vila, 109 a 113;
- Rua de São Brás, 251 a 261 e 263;
- Rua dos Plátanos – Bairro do Património dos Pobres.

Encontra-se concluída a empreitada de intervenção no espaço público do Falcão (1ª Fase, que abrange os edifícios 1 a 9), cujo valor ascendeu a 1 223 416,03€. Relativamente à 2.ª Fase, que abrange os edifícios 10 a 15, encontra-se concluído o Projeto de Execução. Em contratação estão as empreitadas de intervenção no espaço público de Agra do Amial e nos Muros de Contenção da Maceda.

Encontram-se em elaboração os projetos de intervenção no espaço público dos seguintes bairros:



- Aldoar;
- Bom Pastor e Vale Formoso;
- Campinas;
- Carvalhido;
- Cerco do Porto;
- Maceda;
- Monte da Bela.

#### b. MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A manutenção dos edifícios tem como principal objetivo a correção de pequenas deficiências decorrentes do uso, das ações exteriores e do envelhecimento natural dos materiais e elementos construtivos, sendo a combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida.<sup>1</sup>

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas, de valor global igual a 1 356 754,38€:

- Contumil, 1 e 3;
- Pio XII.

#### c. REABILITAÇÃO INTERIOR DE CASAS DEVOLUTAS

Durante o ano de 2022, foram lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas, tendo sido concluídas 333 habitações (90 T1, 117 T2, 106 T3, 19 T4 e 1 T5), sendo que 330 são habitações do parque clássico de habitação social e 3 são casas do parque não clássico, simplificadaamente designadas por casas do Património.

No quadro seguinte, é apresentada a distribuição, por bairro, das 330 casas devolutas reabilitadas do Parque Clássico de Habitação Pública Municipal.

Locais	n.º	Locais	n.º
Agra do Amial	3	Lagarteiro	5
Aldoar	10	Monte da Bela	2

<sup>1</sup> Definição da Norma NP 4483:2009

Locais	n.º
Bom Pastor	12
Campinas	34
Carrical	9
Carvalhido	6
Central de Francos	1
Cerco do Porto	40
Contumil	2
Dr. Nuno Pinheiro Torres	24
Duque de Saldanha	6
Eng.º Machado Vaz	6
Falcão	8
Falcão (Agrupamento)	2
Fernão de Magalhães	5
Fonte da Moura	24
Francos	17
Ilhéu	3

Locais	n.º
Mouteira	8
Outeiro	14
Parceria Antunes	2
Pasteleira	16
Pasteleira (Agrupamento)	7
Pereiró	3
Pio XII	2
Rainha Dona Leonor (Agrupamento)	1
Ramalde	5
Regado	34
Santa Luzia	3
São Roque da Lameira	11
São Vicente de Paulo	1
Vale Formoso	2
Viso	2

No quadro seguinte são apresentadas as habitações devolutas reabilitadas relativas às “casas do património”:

Local	Nº	Habitação
Rua da Fonte Taurina	32	2.ºT
Rua do Souto	5 e 9	3.º
Rua dos Mercadores	24	4.º H.3

O valor de execução global, referente aos 333 fogos, foi de 2 892 622,03€, o que corresponde a um custo de 8 686,55€ por fogo.

Estão em execução 45 fogos, com valor adjudicado de 669 775,82€

#### d. OUTRAS INTERVENÇÕES NO PARQUE HABITACIONAL PÚBLICO MUNICIPAL

Foram concluídas, até ao final de 2022, empreitadas no valor de 217 196,28€, e das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Carrical	Colocação de estores
Santa Luzia	Reabilitação de coberturas
Vale Formoso	Correção de patologias de construção nos edifícios

Encontra-se em execução a seguinte empreitada, de valor igual a 21 810,70€:

Escolas	Descrição da intervenção
Cerco do Porto, edifício 2, loja 6	Remodelação do espaço "Associação Portuguesa de Insuficientes Renais"

Encontram-se em concurso a seguinte empreitada, de valor estimado de 350 000,00€:

Locais	Descrição da intervenção
Pasteleira	Colocação de armários técnicos para infraestruturas e de portas de encerramento das galerias dos edifícios

#### e. OBRAS DE ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA MOBILIDADE CONDICIONADA

Durante o ano de 2022, foram executadas 170 adaptações de instalações sanitárias no valor de 189 285,12€, correspondendo a um custo unitário de 1 113,44€.

A decorrer ou em contratação encontram-se obras referentes a 31 adaptações, com um valor correspondente de cerca de 44 500,00€.

## 2. REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR PÚBLICO MUNICIPAL

Foram concluídas, até ao final de 2022, empreitadas de valor global de 102 343,05€, das quais se destacam:

Escolas	Descrição da intervenção
Costa Cabral	Impermeabilização da cobertura da biblioteca e átrio
Paulo da Gama	Pintura e requalificação de muros, grades e portões
Torrinha	Pinturas gerais interiores

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas, de valor global igual a 56 635,89€:

Escolas	Descrição da intervenção
Covelo	Substituição da impermeabilização da cobertura do refeitório, sala de educação física e cozinha
S. João de Deus	Reabilitação da sala 4 e reparação de fachadas



Encontra-se em concurso a seguinte empreitada, de valor estimado igual a 50 000€:

Escolas	Descrição da intervenção
Bom Pastor	Construção de recreio coberto

### 3. REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS EDIFÍCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Até ao final de 2022, de acordo com o programado pela Comissão de Planeamento de Espaços (CPE), foram executadas empreitadas de valor global de 496 346,71€, e das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Casa de Ponto de Bom Sucesso	Requalificação da casa de ponto
Casa Tait	Reformulação do sistema de aquecimento
Horto Municipal	Construção do ramal de saneamento

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas, de valor global igual a 2 169 913,66€, e das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Abrigo dos pequeninos	Requalificação do abrigo dos pequeninos para as Reservas Municipais
Oficinas Municipais do Carvalhido	Ampliação dos Balneários Gerais
Paços do Concelho	Reabilitação parcial da torre do edifício

Encontram-se em contratação as seguintes empreitadas de valor global estimado de 505 600,00€:

Locais	Descrição da intervenção
Casa do Infante	Requalificação de espaço interior para funcionamento dos serviços educativos
	Reparação e pintura dos tetos e pavimento da Torre Norte
Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio	Reabilitação e beneficiação parcial do conjunto edificado composto pelo edifício de habitação coletiva e pela Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio

#### 4. INTERVENÇÕES AO ABRIGO DA RUBRICA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Até ao final de 2022, foi executada a seguinte empreitada, de valor igual a 67 250,70€:

Locais	Descrição da intervenção
Pasteleira	Implantação de instalações amovíveis para sala de consumo vigiado

Encontra-se em execução a seguinte empreitada, de valor igual a 618 056,42€:

Locais	Descrição da intervenção
Unidade Empresarial de Paranhos	Reabilitação e Adaptação na Unidade Empresarial de Paranhos

#### REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS NÃO MUNICIPAIS

Na sequência de diversas solicitações e protocolos estabelecidos com algumas entidades externas a Domus Social realizou diversas intervenções.

Assim, e conforme já referido anteriormente, até ao final de 2022, foram concluídas 132 intervenções para o SMPC e 13 intervenções para a DMF.

Encontra-se atualmente em execução a empreitada “Reabilitação do Agrupamento Habitacional das Condominhas”, nos edifícios A1/C6, B2/C4, C5/B3, B1, C1, C2, C3, C7 com um valor adjudicado de 1 504 404,62€. Esta contratação vem na sequência da deliberação da proposta NUD/49669/2021/CMP, de 10 de fevereiro de 2021, pelo Executivo Municipal da Câmara Municipal do Porto, em que o Município assumiu o encargo com a execução dos trabalhos de “Reabilitação das fachadas opacas”. Aos condóminos caberá assumir os encargos com a execução dos trabalhos de “Reabilitação das coberturas”.

## MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

Durante o ano de 2022 foram implementados os Planos de Manutenção Preventiva (PMP) para os 48 edifícios do Parque Escolar Público Municipal e para os 113 edifícios classificados como Outros Edifícios Públicos Municipais.

Mantiveram-se as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção, com destaque para os diversos equipamentos e instalações eletromecânicas existentes nos edifícios sob gestão da Domus Social, tais como sistemas de AVAC, Elevadores e Ascensores, Grupos Pressurização e Bombagem, Instalações Elétricas, Bocas de Incêndio, Extintores e Carretéis, SADI, SADIR e *Closed-Circuit Television* (CCTV).

Em termos de manutenção preventiva de equipamentos, a Domus Social assegura os seguintes contratos de manutenção:

### Contratos de manutenção preventiva

Equipamentos e Sistemas		Equipamentos (Quantidade)				Despesa 2022
Tipo	Quantidade	Parque Habitacional Público Municipal	Parque Escolar Público Municipal	Outros Edifícios Públicos Municipais		
AVAC	2 306	0	717	1589	57 549,18€	
Elevadores e Ascensores	141	57	31	53	13 447,28€	
Geradores	9	1	1	7	6 189,40€	
Grupos de Pressurização e Bombagem	78	33	18	27	10 285,20€	
Instalações Elétricas	12	-	-	12	37 359,94€	
Segurança	Bocas de Incêndio, Extintores e Carretéis	2 200	178	836	1 186	121 310,82€
	SADI	117	20	49	48	
	SADIR	97	1	49	47	
	CCTV	17	-	-	17	
	SADEI	8			8	

Até ao final de 2022 verificou-se um aumento de 57% nos custos da manutenção corretiva, efetuada ao abrigo dos contratos em vigor, face ao período homólogo do ano anterior:

Custos com Manutenção Corretiva – Valores acumulados			
Contrato	2021	2022	Variação (%)
AVAC	13 147€	44 610€	239%
Elevadores e Ascensores	53 364€	79 433€	49%
Grupos Pressurização e Bombagem	2 920€	38 098€	1205%
Segurança (SADI, SADIR, SADEI e CCTV)	57 104€	36 402€	-36%
<b>Total</b>	<b><u>126 535€</u></b>	<b><u>198 543€</u></b>	<b><u>57%</u></b>

Em 2021, devido ao contexto pandémico, houve retração na execução de alguns trabalhos corretivos, nomeadamente em sistemas de AVAC e nos Grupos de Pressurização e Bombagem. Verificou-se a possibilidade de retoma desses trabalhos em 2022, o que se traduziu no aumento de custos verificado nesses sistemas.

Relativamente à manutenção corretiva fora dos contratos, até ao final de 2022, os custos associados foram os seguintes:

Custos com Manutenção Corretiva – Valores acumulados	
Fora de contrato	2022
AVAC	8 627€
Elevadores e Ascensores	18 756€
Grupos de Pressurização e Bombagem	0€
Segurança (SADI, SADIR, SADEI e CCTV)	4 137€
<b>Total</b>	<b><u>31 520€</u></b>

## C - ESTUDOS E PLANEAMENTO

Durante o ano de 2022, o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) desenvolveu uma série de atividades em conjunto com diversas equipas internas e externas à Domus Social, EM, dando continuidade tanto à sua função de assessoria ao Conselho de Administração (CA) e às diferentes áreas de coordenações da empresa, quanto às solicitações de colaboração, provenientes de entidades de investigação e desenvolvimento externas. Neste documento, apresentam-se, assim, algumas das ações decorridas que se consideram ser representativas do trabalho desenvolvido no Gabinete.

No âmbito das políticas públicas de habitação, O GEP desenvolveu uma série de atividades ao longo do ano, destacando-se, particularmente, a gestão de candidaturas aos programas de financiamento 1.º Direito e Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Em 2022, a Domus Social identificou 215 novas famílias elegíveis, a candidatar a financiamento em 2023, e submeteu duas candidaturas ao IHRU enquadradas no programa de financiamento PRR (financiadas a 100%).

Foi também responsabilidade do GEP a aquisição de serviços para a elaboração da Carta Municipal de Habitação e o acompanhamento do seu desenvolvimento - instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, contendo, entre outros: o diagnóstico das carências habitacionais no município, a identificação dos recursos habitacionais e potencialidades locais, o planeamento e ordenamento prospetivo da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas, e a definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar. Para o efeito, foi celebrado contrato com a AGENDA URBANA - Estudos e Consultoria, Sociedade Unipessoal, Lda., a 18 agosto de 2022.

Paralelamente, é de referir ainda a submissão de cinco candidaturas ao PRR | Aviso N.º 02/C03-i06.03/2022, 2.ª Fase - Investimento RE-C03-i06.03 - “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”, em articulação com outras áreas da empresa. Com um valor total de 1 416 637,92 €, foram submetidas três candidaturas de carácter imaterial - *Arte Urbana*, *Residências Artísticas* e *Atelier's de Férias* - uma de carácter infraestrutural - *Espaço para Todos* - e uma mista - *Envelhecer XXI* - a implementar entre os municípios do Porto e Gondomar, e que, na sua generalidade, estão alinhadas com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.

Ao abrigo do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020), o GEP prosseguiu com o acompanhamento do projeto *URBiNAT - Healthy corridors as drivers of social housing*



*neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS<sup>2</sup>* e iniciou a sua colaboração numa nova candidatura aprovada, o projeto *CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities*. O projeto *URBiNAT*, iniciado a 1 de junho de 2018 e liderado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), visa a regeneração de áreas desfavorecidas nas cidades do Porto, Nantes e Sófia (a replicar em Bruxelas, Siena, Hoje-Taastrup e Nova Gorica), através da construção de *Corredores Saudáveis* com recurso a processos participativos. Em particular, integrando a equipa do Porto – com a Câmara Municipal do Porto (CMP) e o Centro de Investigação em Recursos Genéticos e Biodiversidade (CIBIO) da Universidade do Porto –, em 2022, o GEP manteve a sua participação ativa na operacionalização local do projeto, nomeadamente do *Work Package 2 – Living Lab (WP2)* e *Work Package 4 – Healthy Corridors, NBS Catalogue (WP4)*. No âmbito do WP2 - dedicado ao laboratório vivo local em Campanhã (entre os bairros habitacionais do Lagarteiro, Cerco do Porto, Falcão e Agrupamento Habitacional do Falcão, tutelados pela Domus Social), o GEP acompanhou o processo de preparação e operacionalização de um conjunto de sessões de trabalho que visam a participação pública e um conjunto de ações no campo da cultura, desporto, educação e ambiente, ou economia social e solidária.

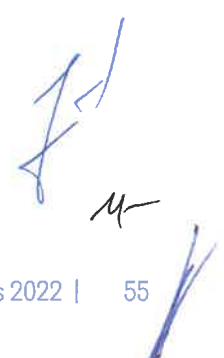
O projeto *CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities* iniciou a 1 setembro de 2022 e terá a duração de três anos, sendo financiado na sua totalidade pela UE (*HORIZON-CL4-2021-HUMAN-01 HORIZON-CL4-2021-HUMAN-01-19 – Testing Innovative Solutions on Local Communities Demand*), com um valor global que ascende a cerca de 5.000.000,00 €. Visa a cocriação de tecnologias inovadoras para a resolução de problemas das comunidades mais vulneráveis, e terá como palco principal três cidades-piloto europeias – Amesterdão, Helsínquia e Porto – onde serão implementados vários projetos-piloto. A equipa local do Porto é composta pela Porto Digital e a Domus Social, responsáveis pela seleção e orientação dos projeto-piloto a desenvolver no município. Apesar do projeto *CommuniCity* ter uma índole tecnológica, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Domus Social tem dado um importante contributo com o seu conhecimento sobre as problemáticas e fragilidades socio-espaciais da população local alvo (no caso do Porto: a população idosa residente nos oito bairros municipais abrangidos pela Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Corujeira). Particularmente, o GEP tem como função garantir que os projetos-piloto se adequam e respeitam a comunidade alvo, salvaguardando assim o seu potencial para promoverem inovação social - objetivo último do *CommuniCity*.

2. Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como "Soluções Baseadas na Natureza".



Durante 2022, este gabinete esteve ainda envolvido na formulação e execução de candidaturas a financiamentos nacionais e comunitários de projetos de investigação, em parceria com distintas entidades externas. Entre outros: o concurso Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e o programa Erasmus + (programa da Comissão Europeia nos domínios da Educação, Formação, Juventude e do Desporto 2021-2027). Salientam-se, neste contexto: o projeto científico *Repensar o Espaço Doméstico. Aproximações à Transformação e Reuso da Habitação Social.*, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), que propõe repensar o espaço doméstico, a partir de um conjunto de bairros de habitação pública no Porto, testando a sua capacidade de atualização e reutilização; e o projeto *Right to the City (D@C)*, liderado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que pretende aprofundar conhecimentos e competências em torno do tema da cidade sustentável, estabelecendo relações entre entidades nacionais e europeias, para o qual o GEP contribuiu ativamente, nomeadamente na organização de um Blended Intensive Program (BIP). Acrescenta-se ainda o convite endereçado à empresa para colaborar com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, na unidade curricular de Saúde, Bem-estar e Arquitetura, que o GEP concretizou.

Destaca-se que, no decorrente ano, a Domus Social recebeu diversos pedidos de apoio e colaboração em trabalhos académicos e científicos, denotando-se o crescente interesse pelas questões da habitação pública assim como pelo extenso arquivo da empresa.



## D – GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

A Gestão de Sustentabilidade e Inovação (GSI) tem como missão difundir e sensibilizar todas as partes interessadas dos valores, princípios e práticas da Domus Social, alinhadas com uma visão integrada da sustentabilidade do Município do Porto que, no ano em análise, se materializou na subscrição do “Pacto do Porto para o Clima” de iniciativa da autarquia, impulsionando a estratégia, já seguida pela empresa, de investimento na eficiência energética dos vários tipos de edifícios sobre a nossa gestão, salientando-se a utilização das coberturas dos bairros municipais para produzir energia renovável.

As nossas práticas visam a melhoria contínua e a otimização dos processos de decisão e controlo, fomentando a criação de valor, social, ambiental, económico e cultural com impacto no bem-estar e qualidade de vida dos nossos arrendatários e munícipes mais vulneráveis.

A atividade da GSI, em 2022, prosseguiu com o seu trabalho regular de apoio à Administração e unidades orgânicas, no que respeita às atividades relacionadas com o Sistema de Gestão, a par do desenvolvimento de projetos, dos quais destacamos a renovação da Certificação do Sistema de Gestão Integrado da Domus Social (Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social) efetuada pela entidade certificadora e a preparação e conceção do projeto “Sustentabilidade na Domus Social” que tem como foco a adaptação da estratégia da empresa, à perspetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhados com a Estratégia de Sustentabilidade e com o “Pacto do Porto para o Clima” do Município.

Salientamos, ainda, a criação da área da Inovação, da qual nos foi acometida a responsabilidade, no âmbito da reestruturação organizacional operada no segundo semestre. A inovação é uma componente que tem impulsionado mudanças significativas na qualidade do serviço público da empresa e é indispensável para se alcançar os ODS, nomeadamente a dupla transição ecológica e digital. É uma aposta que a Domus Social prosseguirá, considerando os resultados obtidos com especial impacto no conhecimento interno e na qualidade e eficiência do trabalho público prestado.

### Sistema de Gestão

Realizou-se em maio de 2022 a auditoria, realizada pela entidade certificadora SGS, ao Sistema de Gestão implementado na Domus Social com o objetivo da emissão do Certificado de Conformidade correspondente à manutenção da certificação no âmbito da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), da Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (NP EN ISO 45001:2019) e Gestão da Responsabilidade Social (NP 4469:2019). Com grande satisfação a Domus Social recebeu o resultado da análise ao relatório da auditoria, a comunicação da renovação da certificação do seu Sistema de

Gestão, como reflexo das boas práticas de gestão da empresa, bem como da confiança e reconhecimento que transmite aos cidadãos, corolário do empenho e sentido de serviço público da sua gestão e dos seus trabalhadores.

## 1. Projeto Domus Sustentável

A implementação do Sistema de Gestão da Domus Social foi um processo gradual e dinâmico, com início em 2009, que conduziu a empresa a um amadurecimento cultural e organizacional, fruto da disseminação de aprendizagens e boas práticas que se materializam no conjunto de preocupações sociais, ambientais, culturais e económicas, que traduzem a aposta clara no desenvolvimento sustentável e na sua capacidade de execução nos diferentes domínios da sustentabilidade.

O facto de a empresa promover a partilha de boas práticas entre as suas partes interessadas e trabalhar nas questões da sustentabilidade, há vários anos, habilita-a a iniciar uma nova etapa de adaptação da sua estratégia, à perspetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhados com a Estratégia de Sustentabilidade e com o “Pacto do Porto para o Clima” do Município.

O processo será efetivado faseadamente, passando pela elaboração e publicação de um Plano para a Sustentabilidade, com medidas programadas que se considerem necessárias à mudança, bem como estabelecer critérios claros e mensuráveis para aferir o progresso relativamente aos objetivos traçados. Todo este processo tem vindo a ser trabalhado e supervisionado pela gestão de topo, sublinhando-se a aposta na formação e conhecimento técnico-científico das lideranças e dos trabalhadores que lhes permitam utilizar os ODS como ferramentas que ajudam a encontrar modelos de gestão que garantam políticas de regeneração e desenvolvimento construtivas, que passam por tentar reduzir a pobreza, bem como gerir de forma mais sustentável os recursos. É, pois, neste contexto que contratamos, decorrente de procedimento concursal, a Católica Porto Business School, para assessorar e implementar o Projeto “Sustentabilidade na Domus Social” que começará no início de 2023.

Na sequência deste caminho que estamos a percorrer, o ano fica marcado pela adesão da Domus Social ao Pacto do Porto para o Clima, uma iniciativa do Município do Porto, que tem como objetivo atingir a neutralidade carbónica da cidade em 2030, através do envolvimento ativo dos diferentes atores da sociedade.

O compromisso da Domus Social é o de contribuir com o incremento de atividades e ações que permitam o cumprimento dos objetivos delineados pelo Pacto do Porto para o Clima e pela Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima”, acrescentando valor para o resultado obtido no Índice de Sustentabilidade Municipal para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## 2. Inquéritos de Satisfação

Auscultar a opinião dos Inquilinos e Múncipes através de inquéritos sobre a qualidade dos serviços que lhes prestámos (atendimento, intervenções nas habitações, escolas e edifícios, grande reabilitação dos edifícios) e, ao mesmo tempo, avaliar os aspetos que podem ser aperfeiçoados, é um contributo indispensável na procura de um serviço público cada vez mais eficiente. Foi também avaliada a opinião do Departamento Municipal de Proteção Civil, através de inquéritos de satisfação às intervenções realizadas pelas Brigadas. Os inquéritos de satisfação, e respetivo tratamento, foram realizados pela empresa Qmetrics, Lda, em nome da Domus Social, tendo em vista a obtenção de dados mais robustos e transparentes, contribuindo o seu estudo e análise para a melhoria contínua do serviço público prestado.

- Gabinete do Inquilino Municipal /Linha de Apoio Técnico/ Brigadas de Intervenção

Foram realizados inquéritos de satisfação ao atendimento do Gabinete do Inquilino Municipal (GIM), presencial e telefónico, ao atendimento da Linha de Apoio Técnico (LAT) e aos serviços prestados pelas Brigadas de Intervenção (BI), segmentadas em Eletromecânica e Construção Civil. Os inquilinos têm a opção de escolha entre 10 níveis de medição de satisfação, onde 1 representa o nível mais baixo e o 10 o mais elevado, sendo que uma resposta entre 1 e 5 é considerada negativa e entre 6 e 10 positiva. Por sua vez, estes níveis foram associados a uma escala de satisfação, nomeadamente, Muito Insatisfeito (1 a 3), Insatisfeito (4 e 5), Satisfeito (6 e 7) e Muito Satisfeito (8 a 10).

Os resultados dos inquéritos analisados a cada um destes serviços, referentes ao ano de 2022, apresentam índices de satisfação que se situam em 93,3% de respostas de “Muito Satisfeito” e “Satisfeito”, no atendimento presencial do GIM, e em 91,5%, no atendimento telefónico do GIM.

No que diz respeito ao serviço providenciado pela LAT, o índice de satisfação situa-se em 85,6% de respostas de “Muito Satisfeito” e “Satisfeito”. Quanto às intervenções efetuadas pelas Brigadas, o índice de satisfação foi de 88,2% de respostas positivas para as Brigadas de Eletromecânica e de 86,7% de respostas positivas para as Brigadas de Construção Civil.

- Intervenções solicitadas via extranet

Os pedidos de intervenção realizados via extranet podem ter duas origens: Parque Escolar Público Municipal e Outros Edifícios Públicos Municipais que se encontram sob gestão da Domus Social. Os interlocutores podem classificar as intervenções em 5 níveis, de 1 a 5, sendo: 1 - Muito Insatisfeito e 5 - Muito Satisfeito. No

ano de 2022, foram feitas 1734 avaliações no Parque Escolar Público Municipal e 695 nos Outros Edifícios Públicos Municipais. No que respeita ao Parque Escolar Público Municipal, 95,6% dos interlocutores avaliaram positivamente as intervenções realizadas nas escolas. Relativamente às intervenções nos Outros Edifícios Públicos Municipais, obteve-se um resultado de 98,3% de avaliações positivas.

- **Reabilitação e Manutenção Preventiva do Parque Habitacional Público Municipal**

Os inquéritos realizados são constituídos por 10 perguntas de resposta fechada e 2 de resposta aberta. Nas perguntas de resposta fechada, os inquilinos têm a opção de escolha entre 10 níveis de medição de satisfação, onde 1 representa o nível mais baixo e o 10 o mais elevado, sendo que uma resposta entre 1 e 5 é considerada negativa e entre 6 e 10 positiva. Por sua vez, estes níveis foram associados a uma escala de satisfação, nomeadamente Muito Insatisfeito (1 a 3), Insatisfeito (4 e 5), Satisfeito (6 e 7) e Muito Satisfeito (8 a 10). Os inquéritos são realizados de forma telefónica aos inquilinos, nos bairros de habitação social municipal onde ocorreram obras.

Os resultados globais das avaliações encontram-se apresentados na tabela seguinte:

Bairro	Apreciação Geral	Avaliação Média Global
Bairro do Cerco, Blocos 1, 2 e 3	“Satisfeito”	7,1
Bairro do Cerco, Blocos 7, 8, 10, 16, 17, 19 e 20	“Satisfeito”	7,9
Bairro do Falcão, Bloco 10, 12 a 15	“Muito Satisfeito”	8,4
Bairro da Pasteleira Blocos 2 a 9, 11,13 e 15	“Muito Satisfeito”	8
Bairro da Pasteleira Blocos 10,12,14 e 17 a 22	“Muito Satisfeito”	8,1

- **Departamento Municipal de Proteção Civil**

Relativamente aos inquéritos de satisfação às intervenções realizadas no âmbito dos pedidos do Departamento Municipal de Proteção Civil, os mesmos têm a opção de escolha entre 10 níveis de medição de satisfação, onde 1 representa o nível mais baixo e o 10 o mais elevado, sendo que uma resposta entre 1 e 5 é considerada negativa e entre 6 e 10 positiva. Por sua vez, estes níveis foram associados a uma escala de satisfação, nomeadamente Muito Insatisfeito (1 a 3), Insatisfeito (4 e 5), Satisfeito (6 e 7) e Muito Satisfeito (8 a 10). Os resultados dos inquéritos analisados, referentes ao ano de 2022, apresentam um índice de satisfação que se situa em 99,5% de respostas de “Muito Satisfeito” e “Satisfeito”.



### 3. Portal das Ocorrências

No ano de 2022, foram registadas no “Portal Gestão Ocorrências” 151 ocorrências. Foram distribuídas, de acordo com a sua origem, da seguinte forma:

- Auditorias Externas: 17 ocorrências registadas (11,26%)
- Auditorias Internas: 15 ocorrências registadas (9,93%)
- Fornecedor Externo: 0 ocorrências registadas (0%)
- Internas: 1 ocorrência registada (0,66%)
- Livro de Reclamações: 46 ocorrências registadas (30,47%)
- Provedora do Município: 22 ocorrências registadas (14,57 %)
- Reclamações Inquilinos via Secretaria-Geral: 30 ocorrências registadas (19,87%)
- Reclamações Inquilinos via GIM: 10 ocorrência registada (6,62%)
- Reclamações Inquilinos via LAT: 0 ocorrências registadas (0%)
- Vereação: 10 ocorrências registadas (6,62%)

### 4. Gestão Documental e Arquivo

Esta área deu continuidade ao objetivo de desmaterialização dos processos administrativos dos arrendatários, dando continuidade ao projeto, lançado em 2021, para a sua integral digitalização. Assim, foram entregues, até 30 de junho, 3478 processos, o número contratualizado para todo o ano de 2022.

Paralelamente, iniciou-se o serviço de consultadoria com a Paradigma XIS, resultante do contrato assinado em 2021, para a integração dos ficheiros digitalizados no sistema de gestão documental – SGP – bem como, para a implementação de uma infraestrutura tecnológica e informacional centrada em dois eixos: o primeiro, a relação com o utilizador, seja ele um trabalhador da empresa ou um cidadão/município, permitindo-lhes o acesso à informação em qualquer local onde se encontrem, com a aquisição do módulo *web* do GISA; e o segundo, a definição de medidas de preservação da informação digital/nado digital, que passam por uma abordagem de análise das soluções tecnológicas atualmente existentes na empresa, bem como dos seus processos de negócio mais críticos.

Ainda, no âmbito do Arquivo digital e dos seus conteúdos, foram selecionados e digitalizados documentos relacionado com a história da habitação social e dos seus habitantes e realizado o documentário “Retratos”, composto por dez entrevistas a moradores que registam histórias de vida associadas à sua vivência nos bairros. Esta atividade inseriu-se no quadro da candidatura do Portugal 2020 - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (AIIA).



## E – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No início do segundo semestre, a empresa implementou uma reorganização das suas unidades orgânicas com a criação de três novas direções, passando o Gabinete de Sistemas de Informação a integrar a Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação.

A área de Sistemas de Informação, esteve envolvida no desenvolvimento e implementação de vários projetos numa perspetiva de adequação do sistema de informação aos desafios que se vão colocando à Domus Social, paralelamente prestamos o apoio à organização quer na gestão diária das inúmeras solicitações, quer no apoio de assessoria de âmbito técnico e organizacional.

Assim, a atividade desenvolvida pelos Sistemas de Informação compreendeu:

### 1. *Software de Cadastro e Gestão da Manutenção*

O *software* de gestão de cadastro representa uma peça estratégica, uma vez que pretende dotar a empresa de uma base de dados global, única, independente das atuais aplicações e que será a base para os desenvolvimentos futuros do sistema de informação da empresa.

No ano de 2022, a Domus Social continuou a consolidação da utilização deste *software*, tendo realizado ações de melhoria em vários módulos, com especial relevância a disponibilização das compilações técnicas das intervenções de grande manutenção. O acesso a esta informação, através do cadastro dos objetos de manutenção, é um grande contributo para o rastreamento da informação técnica das intervenções no edificado público municipal, representando um acréscimo informacional para a tomada de decisão futura.

### 2. *Software de Gestão do Parque Habitacional*

No ano de 2022, continuamos a generalização da utilização do *software* de Gestão do Parque Habitacional, tendo-se iniciado, no segundo semestre, o desenvolvimento de vários serviços aos inquilinos/cidadãos através do canal internet, contribuindo desta forma para a desmaterialização dos processos.

Prevê-se que estes serviços sejam disponibilizados aos inquilinos/cidadãos no início de 2023.

### 3. *Faturação Eletrónica*

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2021 de 27 de novembro, determina a obrigatoriedade da emissão em formato eletrónico, sendo que o envio e receção destes documentos deve

também ser suportado em processos eletrónicos de transmissão de documentos, permitindo assim reduzir os custos e erros associado ao processamento administrativo destes tipos de documentos.

Apesar de a obrigatoriedade legal de envio de faturas em formato eletrónico ter sido adiada para janeiro de 2023, a Domus Social realizou um esforço no sentido de aumentar a receção deste tipo de documentos através da sensibilização dos seus fornecedores.

#### 4. *Business intelligence*

A Domus Social continuou a reestruturação do seu sistema de informação, ao nível das aplicações de suporte à atividade operacional, Gestão de Parque Habitacional e Gestão da Produção, o que resultou no desenvolvimento de novas soluções com um novo modelo de dados.

Este projeto é de especial importância para a empresa, uma vez que permite o acesso a informação determinante para a tomada de decisão.

#### 5. Implementação do programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social

Foi efetuada a operacionalização da décima edição do programa, sendo as candidaturas realizadas através do sítio da empresa.

Em 2022, foi desenvolvida uma área de informação pessoal na qual os beneficiários podem consultar os valores dos subsídios já atribuídos e submeter os recibos de renda necessários para a validação dos pagamentos.

A operacionalização deste desafio resultou de uma estreita colaboração com a Direção de Gestão do Parque Habitacional.

#### 6. Atualização de dados

Em 2022, a Domus Social realizou a atualização de informação relativa aos inquilinos municipais, de forma a assegurar uma correta gestão do seu património habitacional.

Os Sistemas de Informação desenvolveram uma área pessoal que permite aos inquilinos realizarem a atualização dos seus processos através do sítio da empresa. Futuramente, esta área pessoal vai-se assumir como um canal privilegiado de contacto entre os inquilinos e a empresa.

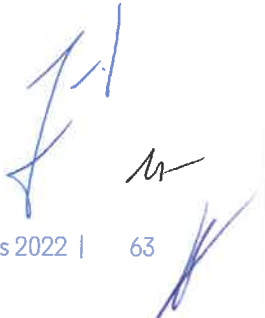
## 7. Reformulação e expansão da infraestrutura de rede de comunicação de dados

A DomusSocial tem vindo a intensificar o seu esforço de forma a criar condições para a desmaterialização dos processos, tendo neste momento em fase de desenvolvimento vários projetos nesta área, que irão contribuir para a disponibilização dos seus serviços através de novos canais que pretendem aproximar a empresa aos seus inquilinos e munícipes.

De forma a disponibilizar estes serviços em condições de segurança e fiabilidade, implementamos um projeto de reestruturação da rede de comunicação de dados ativa, que permitiu a implementação de um novo modelo lógico da rede segmentado; a gestão centralizada de todos os equipamentos ativos de rede e uma plataforma de monitorização e alarmística de modo a permitir antecipar problemas e contribuir para uma correta utilização dos recursos existentes.

## 8. Interligação com outras áreas internas

Foram garantidos os níveis de serviço do apoio operacional interno que durante o ano contabilizaram 1095 pedidos.



## F – GABINETE DO INQUILINO MUNICIPAL

No início do segundo semestre a empresa implementou uma reorganização das suas unidades orgânicas com a criação de três novas direções, passando o Gabinete do Inquilino Municipal a integrar a Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação.

O Gabinete do Inquilino Municipal é responsável pelo atendimento presencial e telefónico, sendo que ao nível do atendimento presencial não se verificaram alterações nos seus procedimentos e processos. A centralização do atendimento telefónico num único *contact center* levou à transferência da Linha de Apoio Técnico da Direção da Manutenção para este Gabinete. Esta reorganização do atendimento telefónico está em linha com o objetivo global da centralização de todos os canais de comunicação com os inquilinos, o que motivou a realização de formação dos diferentes atendedores no sentido de os dotar das competências necessários para a realização de um atendimento não só especializado, mas também de todos os serviços disponibilizados pela empresa.

Durante este ano, foram efetuados 20.220 atendimentos, o que significa uma média diária de 80. Analisando os atendimentos realizados presencialmente, verificamos que a procura de habitação social, os pedidos de transferência e de alteração do agregado familiar, o pagamento e regularização de rendas, para além da receção e o controlo dos documentos relacionados com a gestão do programa “Porto Solidário” são os principais motivos de deslocação a este gabinete.

O atendimento presencial requer uma particular capacidade técnica e comportamental dos seus colaboradores, sendo necessárias frequentes ações de formação direcionadas para a qualidade do serviço, que tem contribuído para um atendimento direto e claro e para a transparência dos processos internos, potenciado a melhoria contínua deste serviço.

O Gabinete do Inquilino Municipal, para além da receção dos atendimentos presenciais e telefónicos, assegurou o tratamento às solicitações remetidas por outras vias, nomeadamente carta e e-mail, garantindo a resposta a quem utiliza meios alternativos de contacto com a empresa. Durante o segundo semestre, esta competência foi sendo gradualmente transferida para a Secretaria-Geral.

Com o objetivo de reduzir os tempos de permanência no Gabinete do Inquilino Municipal, garantindo assim a segurança e a saúde pública, continuou-se a recomendar o agendamento prévio, sem prejuízo de os serviços assegurarem o atendimento a todos aqueles que aqui se desloquem.

### Atendimento Presencial

No ano de 2022, foi registado um aumento significativo do atendimento presencial face a 2021 e 2020, o que coincide com o levantamento das restrições de acesso aos serviços públicos decorrente da pandemia COVID-19, como pode ser comprovado através da análise da Fig.1.



Fig.1

### Atendimento Telefónico

No ano de 2022, confirmou-se a tendência crescente para o aumento do recurso a este meio de atendimento, tendo sido atendidas, em média, 3874 chamadas por mês, comparativamente com 3685 em 2021.

Número único (Linha Gabinete Inquilino Municipal, Linha "Porto Solidário", Linha de Gestores de Entrada e Linha Apoio Técnico)

Análise atendimento telefónico – inquilinos – 2022	Quantidade		
	Anual	Média Mês	Média Dia
Chamadas Atendidas	46484	3873,66	185,19
Tempo médio de espera das chamadas atendidas	0:00:48	-	-
Tempo médio de conversação	0:02:42	-	-
N.º máximo de chamadas em simultâneo	6	-	-

Fig. 2

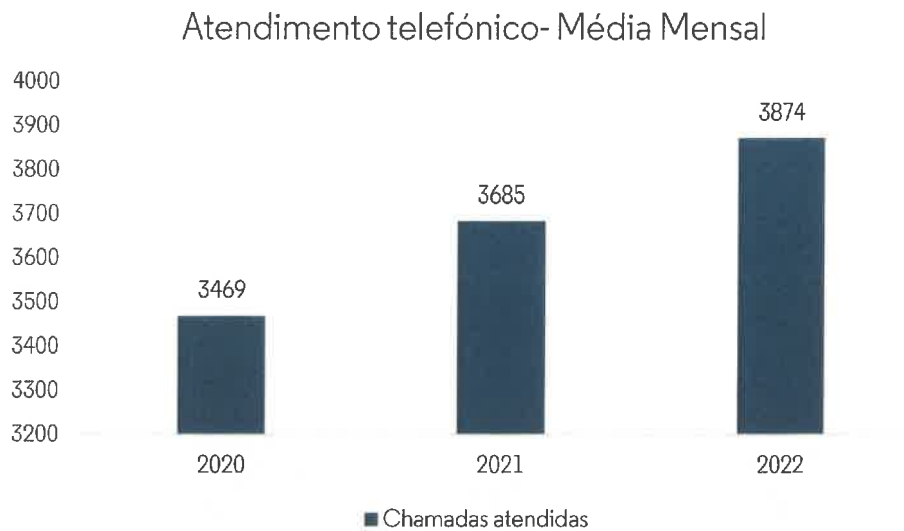


Fig. 3

### Avaliação da Satisfação do Cliente

A auscultação da opinião das partes interessadas representa um instrumento importante para a Domus Social, uma vez que permite aferir o grau de satisfação relativamente aos serviços prestados, constituindo uma importante ferramenta para a melhoria contínua e um contributo indispensável na procura de um serviço público cada vez melhor.

A realização dos inquéritos de avaliação e o tratamento dos dados daí resultantes é operacionalizada por uma entidade independente, que integra toda a informação produzida numa ferramenta de *Business Intelligence*, que permite a visualização dos resultados por toda a organização, constituindo-se com um instrumento de apoio à tomada de decisão.

Durante este ano foram realizados 1.080 inquéritos de satisfação, repartidos pelo atendimento presencial e atendimento telefónico, de acordo com a metodologia implementada.



Conforme se verifica pela análise da Fig. 4, os resultados revelam um grau de satisfação de muito satisfeito, relativamente ao atendimento presencial.

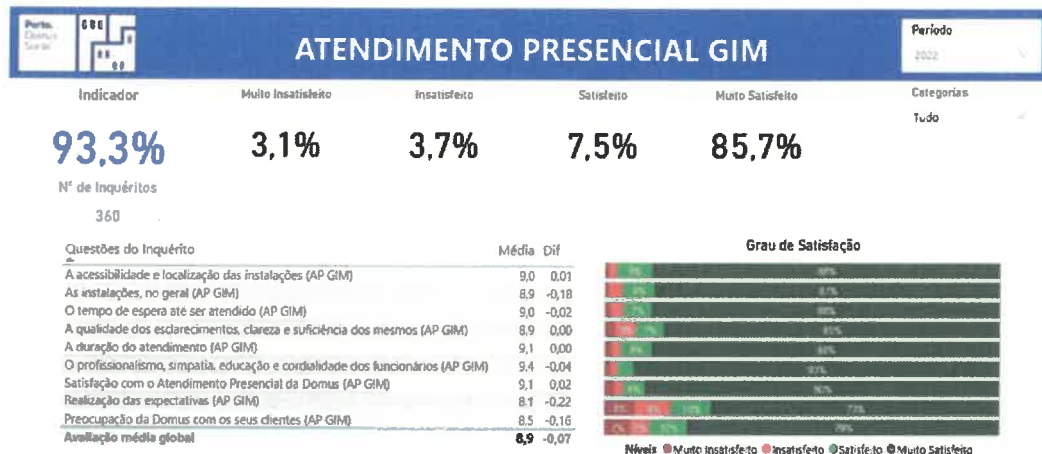


Fig. 4

Conforme se verifica pela análise da Fig. 5, os resultados revelam um grau de satisfação de muito satisfeito, relativamente ao atendimento telefónico do Gabinete do Inquilino Municipal.



Fig. 5



Conforme se verifica pela análise da Fig. 6, os resultados revelam um grau de satisfação de muito satisfeito, relativamente ao atendimento telefónico da Linha de Apoio Técnico.



Fig. 6



## G - SECRETARIA-GERAL

No início do segundo semestre, a empresa implementou uma reorganização das suas unidades orgânicas com a criação de três novas direções, passando o centro documental a integrar a Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação com a designação de Secretaria-Geral, assumindo novas competências e responsabilidades.

A criação da Secretaria-Geral tem como objetivo a centralização do tratamento e distribuição de toda a documentação produzida e recebida na Domus Social, garantindo a uniformidade e unicidade no seu tratamento técnico, no que respeita ao registo, classificação e indexação.

Esta nova área funcional tem ainda a responsabilidade de prestar um apoio administrativo transversal a toda a organização, na produção e expedição de documentação para o exterior.

Ao longo do segundo semestre de 2022, a Secretaria-Geral desenvolveu a sua atividade de forma a consolidar procedimentos e métodos de trabalho para responder às suas novas funções, nomeadamente:

- Assegurar os serviços de receção, registo, encaminhamento e expedição de correio postal e correio eletrónico institucional, uniformizando formas de comunicação com o inquilino;
- Registrar e distribuir os pedidos submetidos através das várias plataformas digitais;
- Apoiar as áreas na preparação e expedição de ofícios e expediente administrativo;
- Promover e uniformizar formas de comunicação com os inquilinos;
- Centralizar o registo da informação nos processos.

Para responder a estas novas competências foram desenvolvidas as seguintes ações:

### 1. Implementação de um serviço centralizado de envio da correspondência.

Para dar resposta à centralização da expedição da documentação para o exterior, as diferentes áreas da empresa podem, agora, encaminhar as suas respostas aos técnicos da Secretaria-Geral, para que estes as registem nos processos respetivos e as enviem aos diferentes interessados.

### 2. Eliminação progressiva da criação dos processos genéricos.

O processo de registo de documentação foi reformulado, de forma a registar os documentos nos processos que traduzem a atividade da empresa, eliminando a criação de processos genéricos.

O serviço passou, assim, a assumir tarefas de análise da informação recebida e não apenas de registo. Para a eliminação total da criação de processos genéricos iniciou-se a implementação de um plano de classificação que pretende elencar, de forma exaustiva, todos os processos informacionais da empresa, criando uma lista controlada de todos esses processos.

### 3. Análise documental

A Secretaria-Geral passou a analisar a documentação recebida de forma a garantir a correta instrução dos processos, garantindo que só são encaminhados para os diferentes gestores aqueles que são passíveis de serem analisados, contribuindo, desta forma, para a eficiência e eficácia da organização.

### 4. Porto Solidário

A Secretaria-Geral passou a integrar o processo de registo de documentação e envio de respostas no âmbito do Programa Porto Solidário.

### 5. Apoio administrativo transversal à organização

Foi criado na Secretaria-Geral um serviço de apoio administrativo a toda a organização, que pretende garantir o registo de toda a informação produzida internamente pelas diferentes áreas da empresa na condução dos seus processos.

No ano de 2023, a Secretaria-Geral continuará a desenvolver a sua atividade corrente, e terá como objetivo principal a implementação da matriz de classificação de processos, garantindo que a estruturação da informação seja o reflexo das atividades da empresa. Só com este instrumento será possível a recuperação da informação de forma rápida e eficiente.

## Arquivo

No início do segundo semestre, a empresa implementou uma reorganização das suas unidades orgânicas com a criação de três novas direções, passando o arquivo a integrar a Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação.

Integrando a estratégia global da Direção, o Arquivo e a Secretaria-Geral têm vindo a desenvolver uma perspetiva holística da informação, em que o documento de arquivo (seja qual for o seu suporte) é percecionado como um registo das atividades da empresa. Esta metodologia continuará a ser desenvolvida

em 2023, de forma que cada vez mais se constitua como um dos pilares à tomada de decisão, salvaguardando, desta forma, todos os interesses corporativos envolvidos.

Para implementar esta visão, temos vindo a normalizar as tarefas associadas ao tratamento técnico documental, desde a entrada dos documentos no sistema informacional, com o seu registo e inserção num sistema de classificação controlado, passando pela sua circulação pelas diferentes áreas da empresa, até ao seu arquivamento, após o fim do seu trâmite administrativo, culminando com a tomada de decisão sobre o seu destino final (conservação permanente ou eliminação). Só assim poderemos criar e desenvolver uma memória organizacional fidedigna.

Para o ano de 2023, pretendemos implementar e consolidar métodos de trabalho e procedimentos de forma a dar corpo a esta estratégia.

A área do Arquivo, no ano de 2022, deu continuidade ao processo de digitalização dos processos administrativos dos arrendatários. No ano de 2022, foram digitalizados 3496 processos, o que somado ao já realizado em 2021, perfaz 6717 processos, o que corresponde a 52% do total.

## H - CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

O Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento (GCPA) desencadeou, durante o ano de 2022, um conjunto de procedimentos para a contratação de empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e locação ou aquisição de bens móveis, dando cumprimento aos pedidos das diversas áreas da empresa.

Integrado no GCPA, o armazém de materiais da Domus Social respondeu aos pedidos efetuados essencialmente pela DM no âmbito da atuação das BI.

### 1. Contratação Pública

#### a) Notas de Encomenda

No âmbito da atuação do GCPA, no ano de 2022, foram emitidas 4.678 notas de encomendas.

As notas de encomendas emitidas visavam a aquisição de materiais diversos – de construção, serralharia, pichelaria, eletricidade, AVAC, higiene e economato – no âmbito dos vários acordos quadro em vigor na Domus Social, formados na sequência de concursos públicos.

Foram também emitidas notas de encomendas para a aquisição de serviços diversos e de bens ao abrigo do regime simplificado.

#### b) Procedimentos de Contratação

Em 2022, o GCPA promoveu 472 procedimentos para a contratação de empreitadas de obras públicas. Estes procedimentos foram repartidos da seguinte forma: 52 contratos celebrados ao abrigo dos acordos quadro em vigor, 17 promovidos por concurso público, 36 por consulta prévia, 16 por ajuste direto e 141 por ajuste direto ao abrigo do regime simplificado. Foram ainda celebrados 210 contratos optativos de empreitada enquadrados nos procedimentos de manutenção corretiva de equipamentos.

Em 2022, foram ainda elaborados 156 procedimentos para a celebração de contratos de reabilitação do interior de casas devolutas, sendo que 5 contratos foram celebrados por consulta prévia, 3 por ajuste direto e 148 ao abrigo do acordo quadro em vigor.

No âmbito da aquisição de serviços foram emitidos 156 contratos optativos para assegurar serviços de fiscalização de empreitadas de obras públicas. Foram ainda promovidos 39 ajustes diretos, 19 procedimentos



por consulta prévia, 13 concursos públicos, 1 concurso limitado por prévia qualificação e celebrou 16 contratos optativos ao abrigo de acordos quadro em vigor.

Para efeitos de formação de acordos quadro foram lançados 6 concursos públicos, 12 procedimentos por consulta prévia e 12 por ajuste direto.

## 2. Aprovisionamento

A atividade do armazém centra-se na gestão dos *stocks* e no atendimento aos pedidos de materiais. Durante o ano de 2022, foram pedidos 21.296 artigos ao armazém, tendo respondido com recurso a *stock* cerca de 96% dos pedidos.

Foram ainda emitidas 5.072 guias de transporte e 333 guias de saída de material para reposição do *stock* das viaturas.

### 3. Execução dos IGP, objetivos e indicadores de desempenho

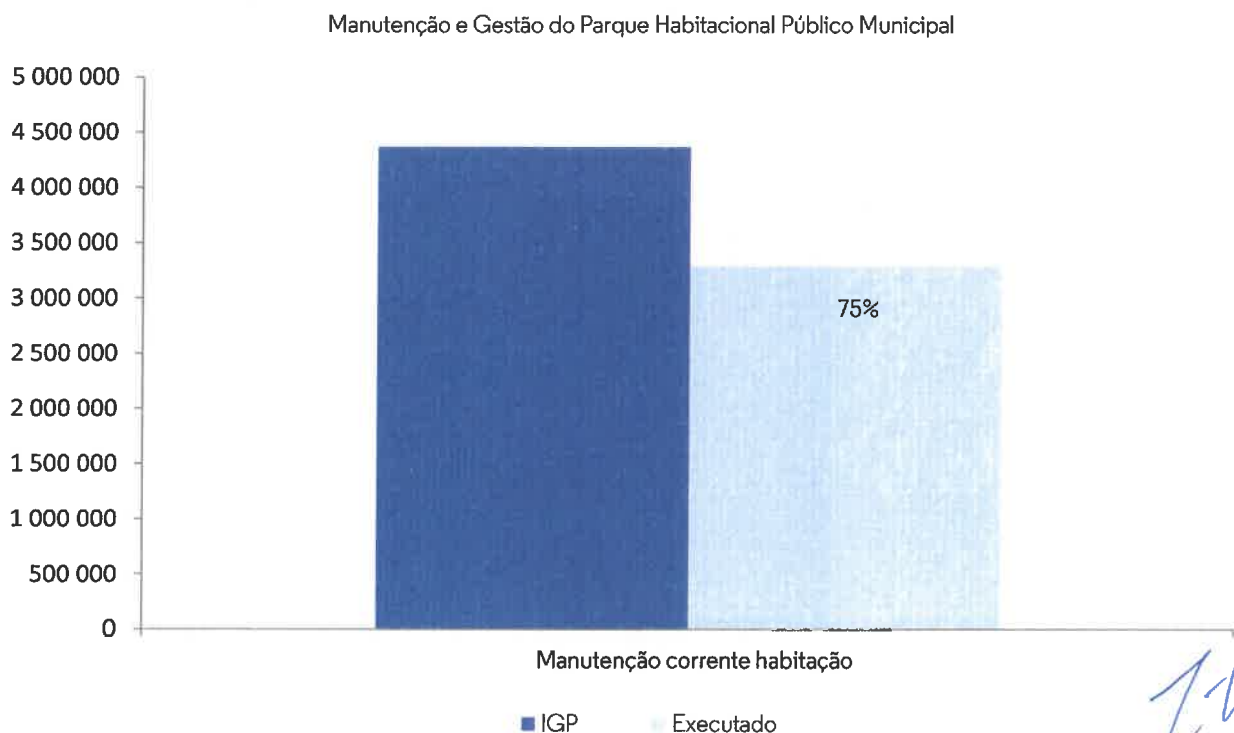
### 3. EXECUÇÃO DOS IGP, OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

#### 1 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Constituem receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do Parque Habitacional Público Municipal, conforme referido no art.º 25.º dos estatutos desta empresa local.

As rendas cobradas são destinadas à promoção das ações de gestão e manutenção preventiva e corrente do edificado do Parque Habitacional Público Municipal e à cobertura financeira dos gastos da estrutura de suporte das operações da empresa. A Domus Social, como estrutura especialmente vocacionada para a gestão do parque habitacional e que nela se tem vindo a especializar, deve assegurar que o valor líquido da cobrança de rendas, que ficam na sua disponibilidade, seja suficiente para desenvolver a atividade de manutenção e suportar os gastos da estrutura de funcionamento da empresa.

No âmbito da manutenção e gestão do parque habitacional no ano de 2022, os IGP previam o montante de 4 370 000€ (incluindo serviços diversos relacionados com a habitação social municipal, emergências e pequenas intervenções, contratos de manutenção e materiais de armazém utilizados nas respetivas intervenções) que tiveram uma execução de 75%.



## 2 – CONTRATOS CELEBRADOS COM A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

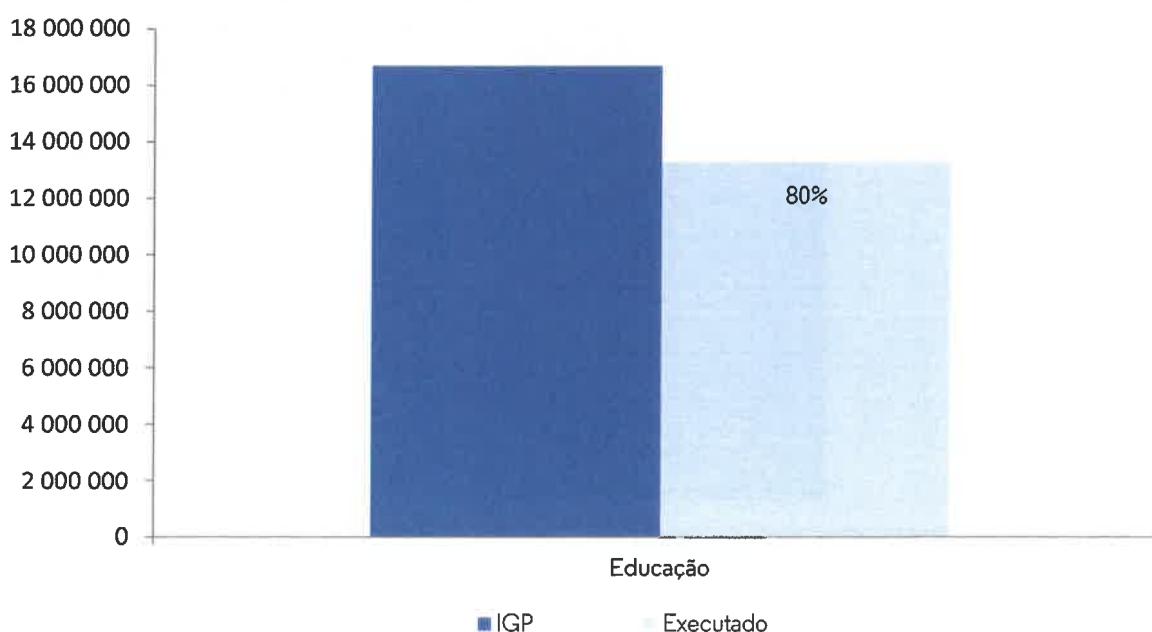
O MP celebrou com a Domus Social, dois Contratos Programa, e um Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas (abreviadamente Contrato de Mandato) para o ano de 2022, que concretizam e especificam os objetivos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela autarquia portuense, e definem os termos jurídicos, financeiros e materiais, que enquadram a atividade desta empresa municipal.

Estes contratos estabelecem as responsabilidades e dão suporte financeiro, quer à grande reabilitação do Parque Habitacional Público Municipal e manutenção e conservação do Parque Escolar Público Municipal e Outros Edifícios Públicos Municipais, quer aos pressupostos de gestão e manutenção do parque habitacional e respetivos indicadores de desempenho.

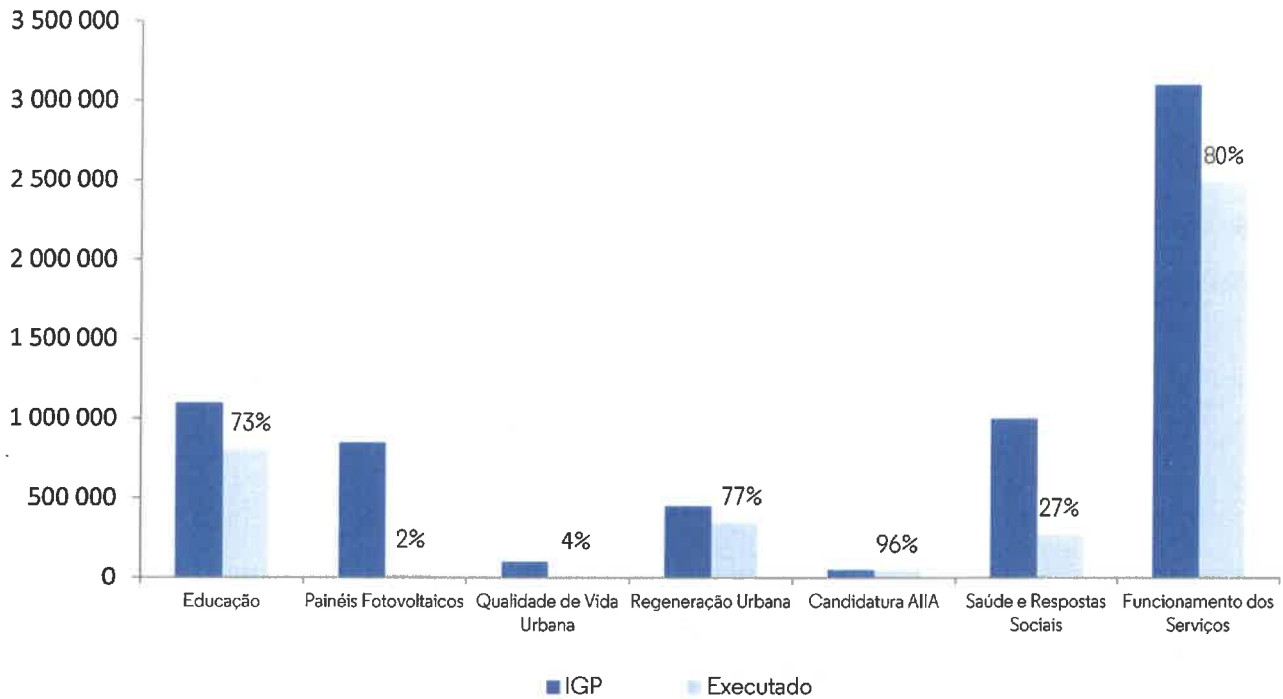
Os gráficos seguintes apresentam a taxa de execução da prestação de serviços, distribuída pelas diversas rubricas do Contrato de Mandato.

Nas rubricas com maior peso e de particular importância no orçamento da Domus Social, a Habitação (onde se inclui a grande reabilitação de bairros de habitação social municipal e a reabilitação do interior de habitações devolutas), a Educação e o Funcionamento dos Serviços, as taxas de execução foram, respetivamente, de 80%, 73% e 80%.

Grande requalificação do Parque Habitacional Público Municipal e habitação devoluta



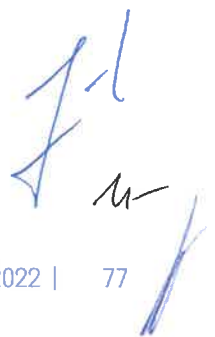
### Outros serviços para a CMP



### 3 – CONTRATO PROGRAMA “PORTO SOLIDÁRIO”

Foi celebrado em fevereiro de 2021, com o Município do Porto, um contrato programa “Porto Solidário-Fundo Municipal de Emergência Social para a Domus Social 2021-2022-2023”, ficando a Domus Social vinculada à sua gestão integral, no montante global de 7 950 000€. Este contrato constitui um programa de âmbito municipal de apoio a pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem em lista de atribuição de fogos em regime de arrendamento apoiado ou que, em função da aplicação das regras disciplinadoras do concurso de inscrição em curso no plano da gestão do parque público municipal, não estão consideradas como prioritárias para a atribuição de uma habitação em regime de renda apoiado.

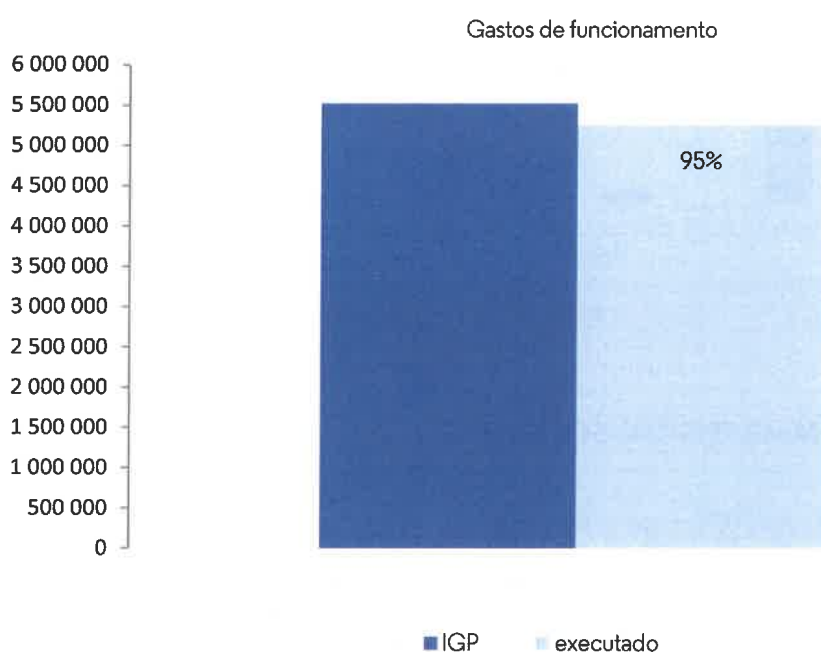
Durante o ano 2022, a Domus Social executou o montante de 2 742 975,83€ numa dotação de 2 903 000,00€, representando uma taxa de execução de 95%.



#### 4 - PREVISÃO DE GASTOS DE FUNCIONAMENTO

Reproduz-se agora, em gráfico, a execução relativa a gastos de funcionamento, de suporte às operações da empresa, nomeadamente gastos com pessoal, depreciações e fornecimentos e serviços externos diretamente relacionados com a estrutura.

A taxa de execução destes gastos foi de 95%, situando-se cerca de 5 pontos percentuais abaixo do que tinha sido previsto nos IGP/2022-24.

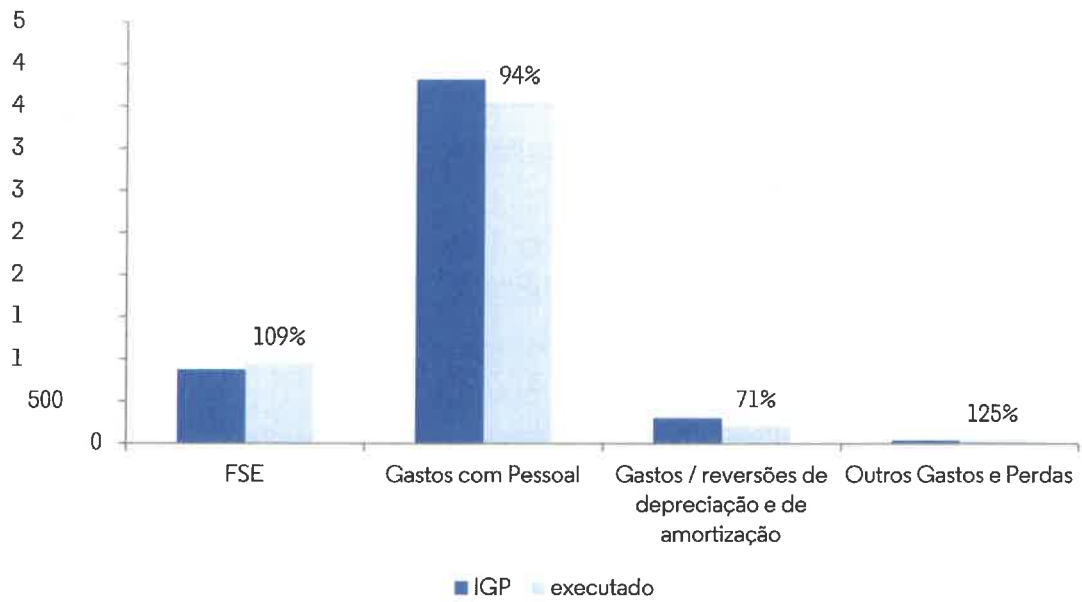


Nos gráficos seguintes é possível verificar a distribuição relativa em cada uma das componentes dos gastos de funcionamento previstos nos IGP.

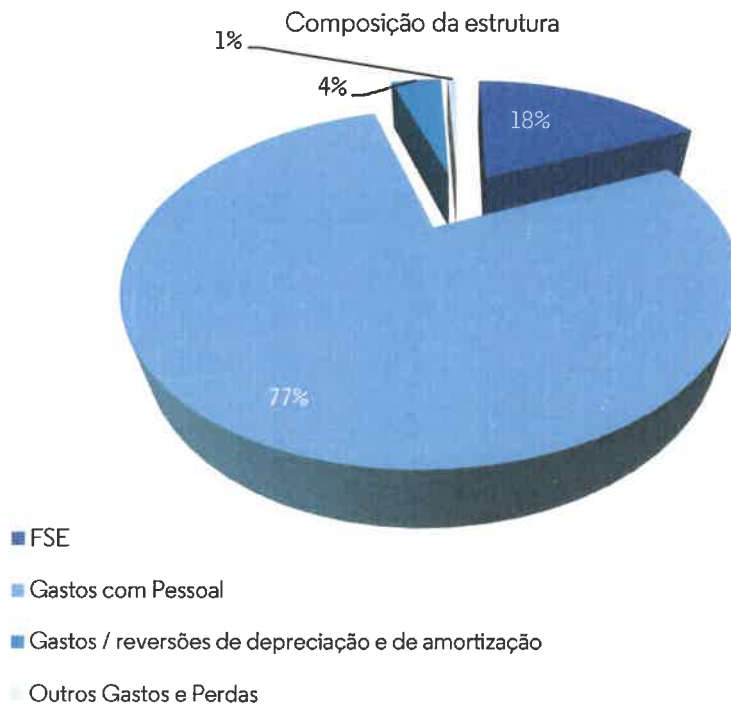
*M-*



Composição da estrutura



Composição da estrutura




## 5 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO CONTRATO PROGRAMA

O desempenho organizacional da Domus Social em 2022 é medido através de indicadores de eficácia e de eficiência que permitem habilitar o MP com informação sobre as características, os atributos e os resultados do serviço de manutenção preventiva e reativa que constitui o processo através do qual a empresa cumpre o seu objeto social.

A realização dos objetivos no âmbito da rubrica de Habitação Social depende exclusivamente da empresa, atendendo ao grau de autonomia com que desenvolve, neste campo, a sua atividade.

O mesmo não se poderá dizer relativamente às restantes rubricas previstas nos IGP. Nestes casos, a empresa atua em função de necessidades a serem determinadas pelo MP. Uma vez que as referidas necessidades de manutenção e conservação, pela sua natureza intrinsecamente inesperada, não podem, na sua generalidade, ser antecipadas e programadas e, portanto, sujeitas a um juízo de previsão que permita a definição de metas quantificáveis, traduzíveis em indicadores de eficácia e eficiência, a análise de desempenho só poderá concretizar-se através da leitura do cumprimento ou não dos níveis de serviço definidos no processo de qualidade da empresa, e que servem para medir e avaliar a sua *performance*.

É com este enquadramento que, através do quadro seguinte, é possível avaliar a evolução dos indicadores definidos para o ano de 2022:



Indicadores agregados de eficácia e eficiência:

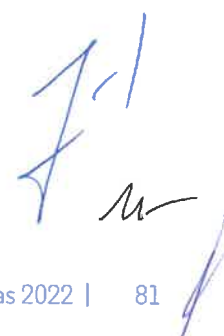
### Manutenção corrente (Pequenas Intervenções)

Grupo de Processos	Processo		Objetivos	Indicadores	Métrica	Metas	2022	
	Nome	Direcção/Coordenação					N.º de OT's	%
DM	<u>Emergências construção civil</u>	DM/Coordenador	Atender as situações de emergência	Cumprimento do nível de serviço <u>24 horas</u>	Este indicador é medido para as OT's encerradas no período em análise, retirando o tempo de espera dos materiais, feriados e fins de semana	cumprimento dos prazos entre 70% e 75% dos pedidos	1.869	94%
	<u>Emergências electricidade</u>						33	100%
	<u>Urgências construção civil</u>		Atender as situações de urgência	Cumprimento do nível de serviço <u>15 dias</u>			3.288	81%
	<u>Urgências electricidade</u>						1.721	80%
	<u>Normais construção civil</u>		Atender as situações normais	Cumprimento do nível de serviço <u>30 dias</u>			5.056	87%
	<u>Normais electricidade</u>						994	84%

### Reabilitação de edifícios

Nível objetivo	Taxa de execução			resultado
	ineficaz	eficaz	muito eficaz	2022
	< 75%	≥ 75% e < 90%	≥ 90%	80%

Nível objetivo	Desvio no preço			resultado
	ineficiente	eficiente	muito eficiente	2022
	> 5%	≤ 5% e > 2%	≤ 2%	-5,4%



## Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social

### Taxa de execução do Programa

Considerando o valor previsto em contrato programa, por referência à verba comprometida.

Nível objetivo	Taxa de execução do programa			resultado 2022
	ineficaz	eficaz	muito eficaz	
	< 75%	≥ 75% e < 90%	≥ 90%	95%

### Garantir o pagamento do apoio entre os dias 5 e 8 de cada mês

Cumprimento do nº 1 do artigo 12º do Regulamento do Programa, que prevê o pagamento entre os dias 5 e 8 de cada mês, por referência aos candidatos que apresentem recibo.

Nível objetivo	Taxa de execução do programa			resultado 2022
	ineficaz	eficaz	muito eficaz	
	< 85%	≥ 85% e < 95%	≥ 95%	100%

### Auditoria a processos em curso suspensos

Auditar mensalmente todos os processos cujo pagamento se encontra suspenso do direito ao apoio, cessando o direito dos beneficiários que não façam prova do pagamento ao senhorio, no prazo previsto no nº 2 do artigo 12º do Regulamento.

Nível objetivo	Taxa de execução do programa			resultado 2022
	ineficaz	eficaz	muito eficaz	
	< 80%	≥ 80% e < 90%	≥ 90%	100%

## 4. Perspetivas económico-financeiras

*[Handwritten marks]*

## 4. PERSPETIVAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS

RELATÓRIO DE COTEJAMENTO COM ESTUDOS DE VIABILIDADE – IGP/2022-2026

Artigo 32.º, n.º 7, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

A Domus Social operou, em 2022, segundo os modelos organizativo e económico-financeiro que resultaram dos estudos de viabilidade económico-financeira e racionalidade económica que fundamentaram a sua constituição em 2000.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na prestação do serviço de manutenção de infraestruturas e equipamentos, do domínio público ou privado, integrados na esfera da Câmara Municipal do Porto ou de outras empresas participadas por aquela, podendo a empresa, acessoriamente, exercer a sua atividade relativamente a imóveis integrados na esfera de terceiros, desde que para o efeito fosse prévia e devidamente autorizada pela autarquia.

Em 2003, a Domus Social, cuja atividade de manutenção do parque habitacional municipal conhecia uma expressão muito significativa, para otimização da gestão daqueles ativos, integrou, igualmente, a gestão da atribuição municipal de satisfação das necessidades públicas de habitação social, conduzindo e gerindo o arrendamento dos imóveis, através da instrução dos processos, atribuição de habitações, fiscalização da correta ocupação e aplicação de medidas sancionatórias e resolutivas, o que permitiu, inclusive, dar uma expressão complementar aos fundamentos que estiveram na base da sua criação e adequadamente traduzidos no estudo de viabilidade.

Assegurou-se, por esta via, uma gestão global e integrada do parque habitacional municipal, com inequívocos ganhos ao nível da especialização técnica da empresa, naturalmente repercutida na eficiência da atividade. Esta opção, aliada à realidade, formalizada em 2012, de ser a empresa titular, como receita própria, das rendas que resultam da utilização do parque habitacional, reforçou a conclusão da sua perfeita autossustentabilidade. Aliás, os IGP/2022-2024, e o presente período em avaliação, refletem esta mesma realidade.

A variabilidade do volume de negócios registados pela empresa, ao longo da última década, em função dos desideratos de investimento municipal foi, de forma permanente e constante, acompanhada pela adaptação da estrutura de custos da empresa, possível através da sua organização flexível, o que vem sufragar não só a pertinência e fundamentação dos estudos que estão na origem e na base da sua criação, assim como as opções subsequentes acima retratadas.



O retrato da atividade económica desenvolvida em 2022, resumida nos quadros seguintes, permite concluir que a Domus Social, se propõe dar plena execução às projeções económico-financeiras que suportaram os IGP/2022-2026, numa prestação que se tem mostrado perfeitamente equilibrada e particularmente eficiente, enquanto operador no mercado de gestão do parque habitacional e manutenção de equipamentos e infraestruturas.

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS DE ESTRUTURA	IGP para 2022	valor executado em 31 de dezembro 2022	% de execução
Gastos operacionais			
Gastos com o pessoal	4 319 414,63	4 058 297,44	94,0%
Fornecimentos e serviços externos	873 941,75	949 970,63	108,7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	300 690,35	212 221,89	70,6%
Perdas por imparidade	98 519,68	103 001,98	104,5%
Outros gastos	33 728,33	42 027,89	124,6%
Gastos por juros e outros encargos	0,00	180,03	n.a.
subtotal	<b>5 626 294,74</b>	<b>5 365 699,86</b>	<b>95,4%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	6 067,54	7 819,82	128,9%
	<b>5 632 362,28</b>	<b>5 373 519,68</b>	<b>95,4%</b>

COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS	IGP para 2022	valor executado em 31 de dezembro 2022	% de execução
Execução da Obra			
Verba definida no Contrato-Mandato do município	22 952 211,02	17 136 953,68	74,7%
Prestação de Serviços/Outras Entidades	72 970,08	69 064,88	94,6%
Prestação de Serviços e Concessões - Arrendamento	9 175 705,60	9 124 045,22	99,4%
Transf. e Subsídios Correntes Obtidos	3 574 817,72	2 780 158,44	77,8%
Outros Rendimentos	6 054,82	17 376,29	287,0%
Juros, dividendos e out. rendimentos similares	9 924,23	12 198,86	122,9%
	<b>35 791 683,47</b>	<b>29 139 797,37</b>	<b>81,4%</b>

a) Foi celebrado em fevereiro de 2021 entre a Domus Social e o Município do Porto o contrato programa "Porto Solidário" ao abrigo do qual o Município dotou a Domus Social num montante de 2 903 000€ para 2022. Durante o ano de reporte a Domus Social transferiu para as famílias apoiadas ao abrigo deste contrato programa o valor de 2 742 975,83€ tendo sido reconhecido o mesmo valor como transferências e subsídios correntes obtidos



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	IGP para 2022	valor executado em 31 de dezembro 2022	% de execução
TRANSF. E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS - PORTO SOLIDÁRIO	2 650 000,00	2 742 975,83	103,5%
GASTOS DIRETOS DA OBRA E PARQUE HABITACIONAL			
FSE e materiais- a refaturar ao município	22 952 211,02	17 141 095,67	74,7%
FSE e materiais- a refaturar a outras entidades	66 336,44	55 442,59	83,6%
FSE e materiais- manutenção do parque habitacional	4 370 000,00	3 294 509,65	75,4%
FSE- devolução de rendas à CMP conforme Estatutos	100 000,00	465 000,00	465,0%
Subtotal gastos de estrutura / indiretos	30 138 547,46	23 699 023,74	78,6%
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS			
Outros trabalhos especializados	103 485,63	199 601,80	192,9%
Publicidade, Comunicação e Imagem	4 407,44	6 778,06	153,8%
Vigilância e segurança	101 957,28	101 992,28	100,0%
Outros Honorários	17 100,00	22 694,00	132,7%
Conservação e reparação	210 173,93	163 179,97	77,6%
Peças, Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 926,67	3 426,26	117,1%
Livros e documentação técnica	1 753,72	661,17	37,7%
Material de escritório	15 930,52	17 776,47	111,6%
Eletricidade	10 000,00	0,00	0,0%
Combustíveis e Lubrificantes	6 244,43	9 444,38	151,2%
Deslocações e estadas	5 000,00	10 500,66	210,0%
Transporte de pessoal	332,97	330,00	99,1%
Rendas e alugueres	294 961,86	290 218,94	98,4%
Comunicação	31 592,64	39 007,69	123,5%
Seguros	29 589,75	21 716,04	73,4%
Contencioso e notariado	1 516,20	15 253,36	1006,0%
Despesas de representação dos serviços	602,00	365,20	60,7%
Limpeza, higiene e conforto	34 983,62	41 281,04	118,0%
Outros serviços	500,00	4 944,97	989,0%
Encargos bancários	883,08	798,34	90,4%
Subtotal gastos de estrutura / indiretos	873 941,74	949 970,63	108,7%
	31 012 489,22	24 648 994,37	79,5%

n.a. - não aplicável

RENDIMENTOS E GASTOS DA ATIVIDADE	IGP para 2022	valor executado em 31 de dezembro de 2022	% de execução
<b>REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS</b>	<b>35 791 683,47</b>	<b>29 286 684,97</b>	<b>81,8%</b>
Vendas e prestações de serviços	23 025 181,10	17 206 018,56	74,7%
Execução de obra:			
- CMP	22 952 211,02	17 102 802,63	74,5%
- Outras entidades Grupo CMP	0,00	34 320,36	n/a
- Outras entidades	72 970,08	68 895,57	94,4%
Rendas emitidas	9 175 705,60	9 124 045,22	99,4%
Reversões	0,00	146 887,60	n/a
Outros rendimentos e ganhos	6 054,82	17 376,29	287,0%
Subsídios à exploração	3 574 817,72	2 780 158,44	77,8%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	9 924,23	12 198,86	122,9%
<b>REPARTIÇÃO DOS GASTOS TOTAIS</b>	<b>35 764 842,19</b>	<b>29 211 611,20</b>	<b>81,7%</b>
Gastos operacionais	35 764 842,19	29 211 431,17	81,7%
Transferências e subsídios concedidos			
- Outras Entidades	0,00	2 742 975,83	n/a
CMVMC			
- CMP	168 812,18	116 220,72	68,8%
- Outras entidades Grupo CMP	0,00	716,22	n/a
- Outras entidades	176 783,79	146 611,38	82,9%
Fornecimentos e serviços externos - obra:			
- CMP	25 433 398,83	17 024 874,95	66,9%
- Outras Entidades Grupo CMP	66 336,44	30 266,22	45,6%
- GMPH	4 293 216,21	3 612 898,27	84,2%
- Outras Entidades	0,00	24 460,15	n/a
Fornecimentos e serviços externos - estrutura			
- Outras Entidades	873 941,75	949 970,63	108,7%
Gastos com o pessoal	4 319 414,63	4 058 297,44	94,0%
Gastos de depreciação e de amortização	300 690,35	212 221,89	70,6%
Perdas por Imparidade	98 519,68	249 889,58	253,6%
Provisões	0,00	0,00	n/a
Outros gastos e perdas	33 728,33	42 027,89	124,6%
Juros e gastos similares suportados	0,00	180,03	n/a
Imposto sobre o rendimento do período	6 067,54	7 819,82	128,9%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>20 773,72</b>	<b>67 253,96</b>	<b>323,7%</b>

Também a circunstância de a Domus Social não preencher qualquer um dos requisitos previstos no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determinantes da dissolução das empresas locais, conforme se explicita seguidamente, cauciona as conclusões que já se apresentaram relativamente ao ano 2022, em diversos pontos deste relatório e nos quadros anteriores.

- a) Nos últimos 3 anos as vendas e prestação de serviços cubram pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

Anos	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos	% vendas e prestação de serviços nos gastos totais incorridos
2020	30 577 738,81	30 595 431,40	99,9%
2021	31 635 731,92	34 662 811,92	91,3%
2022	26 330 063,78	29 064 543,57	90,6%

- b) Nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é inferior a 50% das suas receitas

Anos	Prestação serviços e outros rendimentos	Subsídio	% do subsídio na totalidade da prestação serviços e outros rendimentos
2020	30 595 888,22	23 199,78	0,1%
2021	31 643 321,74	3 040 176,14	9,6%
2022	26 347 440,07	2 780 158,44	10,6%

\* Foi celebrado em fevereiro de 2021 entre a Domus Social e o Município do Porto o contrato programa "Porto Solidário" ao abrigo do qual o Município dotou a Domus Social num montante de 2 903 000€ para 2022. Durante o ano de reporte a Domus Social transferiu para as famílias apoiadas ao abrigo deste contrato programa o valor de 2 742 975,83€ tendo sido reconhecido o mesmo valor como transferências e subsídios correntes obtidos.

- c) Nos últimos 3 anos o [EBITDA= (Resultados operacionais, antes de deduzidas as amortizações e depreciações)] seja igual ou superior a 0 (zero)

Anos	R. Operacional	Amortizações	EBITDA
2020	23 656,60	200 759,80	224 416,40
2021	20 685,96	211 321,01	232 006,97
2022	63 054,94	212 221,89	275 276,83

- d) Nos últimos 3 anos os Resultados Líquidos sejam igual ou superiores a 0 (zero)

Anos	R. Líquidos
2020	33 039,05
2021	34 324,45
2022	67 253,96

Para 2023, a Domus Social, na linha do que vem acontecendo, continuará a manter uma atividade sustentável consubstanciada quer nos pressupostos do seu estudo de viabilidade, quer nas opções conformativas dos mesmos e que foram sendo implementadas, conforme resulta da análise dos agregados económico-financeiros para o período 2023-2027, resumidos no quadro seguinte.

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2023 - 2027	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
<b>RESULTADOS</b>					
Resultado operacional	14 555	16 103	19 801	12 855	12 162
Resultado financeiro	7 250	7 388	7 528	7 672	7 817
Resultado líquido do período	10 782	12 795	15 831	10 555	10 128
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	44 312 537	48 805 611	43 824 048	44 656 705	45 505 182
Rendas emitidas	9 114 427	9 296 715	9 473 353	9 653 347	9 836 760
Subsídio à exploração	3 782 091	3 851 444	4 003 622	3 709 010	3 692 249
<b>GASTOS</b>					
Gastos com o pessoal	5 073 865	5 185 490	5 284 015	5 384 411	5 486 715
Fornecimentos e serviços externos	51 547 717	56 117 079	51 348 493	52 012 230	52 993 909
<b>BALANÇO</b>					
Total do ativo	9 024 143	9 119 705	9 085 166	9 096 755	9 137 120
Total do ativo não corrente	4 245 672	4 094 023	3 936 896	3 827 210	3 794 134
Total do passivo	7 533 181	7 615 947	7 565 577	7 566 611	7 596 848
Total do património líquido	1 490 963	1 503 758	1 519 589	1 530 144	1 540 272
<b>INDICADORES</b>					
Liquidez geral	1,15	1,19	1,23	1,26	1,27
Autonomia financeira	16,5%	16,5%	16,7%	16,8%	16,9%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	164 401	219 581	228 095	175 379	98 341



## 5. O plano de investimentos

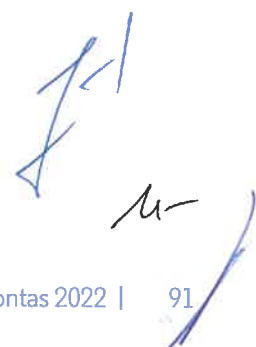


## 5. O PLANO DE INVESTIMENTOS

O quadro seguinte demonstra o investimento realizado em 2022 desagregado pelas diversas rubricas de ativos, bem como os desvios entre os valores previstos nos IGP e realizados (valores em euros).

INVESTIMENTO	Previsto	Realizado	Desvio
<b>1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	80 567,85	76 759,18	-3 808,67
Outros ativos fixos tangíveis	12 943,33	26 283,06	13 339,73
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	-9 520,30	-9 520,30
<b>subtotal</b>	<b>93 511,18</b>	<b>93 521,94</b>	<b>10,76</b>
<b>2. ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Programas de computador	414 500,00	29 488,78	-385 011,22
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00
<b>subtotal</b>	<b>414 500,00</b>	<b>29 488,78</b>	<b>-385 011,22</b>
<b>TOTAL</b>	<b>508 011,18</b>	<b>123 010,72</b>	<b>-385 000,46</b>

Na rubrica de ativos intangíveis, nomeadamente programas de computador, foi verificado igualmente um desvio motivado, sobretudo, pela não realização de alguns desenvolvimentos informáticos, nomeadamente a atualização geral do Power BI, o sistema de *Disaster Recovery*, a reformulação do portal de atendimento e a desmaterialização de processos.



## 6. O plano de recursos humanos

## 6. O PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A abordagem traçada, para o ano 2022, na área de Gestão de Pessoas da Domus Social, aportou:

- Uma Comunicação transparente e aberta: promovendo um diálogo sincero e uma escuta ativa, a fim de compreender as necessidades e expectativas dos colaboradores.
- A valorização do desenvolvimento pessoal e profissional: oferecendo programas de formação e desenvolvimento (Aposta em Ti, melhora as tuas competências), bem como oportunidades de crescimento dentro da organização.
- Foco no bem-estar e saúde dos colaboradores: oferecendo programas de saúde e qualidade de vida, através de novos protocolos, caminhada, yoga laboral e yoga do riso, entre outros.
- Incentivo à diversidade e inclusão: promovendo diariamente um ambiente de trabalho inclusivo, onde todas as pessoas se sintam valorizadas e respeitadas, independentemente de sua origem, orientação sexual, gênero, religião ou deficiência.

Mesmo sendo uma abordagem de excelência, e já com resultados francamente positivos, ainda há um longo caminho a percorrer. Estas práticas não apenas promovem a satisfação e o bem-estar dos colaboradores, mas também aumentam a sua produtividade e a eficiência para a organização como um todo. Além disso, elas ajudam a reter talentos e atrair novos colaboradores, tornando a empresa mais competitiva e atraente no mercado.

Um dos maiores desafios de 2022 foi a retenção de talento e certamente continuará no ano de 2023. A abertura de mercado acirrada de profissionais qualificados no setor da Construção tornou a retenção de profissionais ainda mais difícil.

Atentos aos objetivos estratégicos e da área de gestão de pessoas no presente capítulo apresentamos um conjunto de indicadores que permitem conhecer a realidade organizacional que esteve na base da operacionalização do desempenho da Domus Social durante o ciclo de gestão de 2022.



## Pessoas

O ano 2022 foi marcado por uma rotatividade diferente ao registado em anos transatos.

Na perspetiva de rotatividade de colaboradores, durante o exercício de 2022, a Domus Social evidenciou uma rotatividade de pessoal que resultou em 21 (vinte e um) colaboradores integrados nas seguintes situações:

Área	Categoria	Admissões
Comunicação	Técnico Superior (****) (***)	2
Sustentabilidade e Inovação	Técnico Superior (*)	1
Estudos e Planeamento	Técnico Superior (*)	1
Direção Jurídica	Técnico Superior (*)	2
Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação	Técnico Especializado (**) (****)	3
	Assistente Técnico (****)	1
Direção da Gestão do Parque Habitacional	Técnico Superior (**)	1
	Técnico Especializado (****) (*)	2
Direção de Projeto e Obras	Técnico Superior (*) (**) (****)	4
	Técnico Especializado (****)	1
Direção da Manutenção	Técnico Superior (*) (****)	2
	Assistente Técnico (*)	1

- Substituição direta de trabalhadores (\*)
- Substituição de colaborador de baixa (\*\*)
- Substituição de colaborador licença sem vencimento (\*\*\*)
- Nova Contratação (\*\*\*\*)

Total parcial	Necessidade de reforçar o quadro de pessoal (novas admissões)	14
	Substituição direta de colaboradores (colaboradores que saíram da empresa + colaboradores de baixa médica+ colaboradores em licença sem vencimento)	7
Total global		21

Saída de 20 (vinte) colaboradores distribuídos da seguinte:

Área	Categoria	Saídas
Comunicação	Técnico Superior	1
Estudos e Planeamento	Técnico Superior	1
Direção Jurídica	Técnico Superior	3
Direção Financeira	Técnico Especializado	1
Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação	Técnico Especializado	2
	Assistente Técnico	1
Direção da Gestão do Parque Habitacional	Técnico Superior	2
	Técnico Especializado	1
Direção de Projetos e Obras	Técnico Superior	7
Direção da Manutenção	Técnico Superior	1

## Quadro de Pessoal

A 31 de dezembro de 2022 a Domus Social apresentava o seguinte quadro de pessoal:

Área	Coordenação	Categorias Profissionais	Nº Colaboradores
Conselho de Administração		Presidente	1
		Vice-Presidente	1
		Vogal do Conselho de Administração	1
Apoio ao conselho de administração		Técnico Superior	1
Gestão de Pessoas		Técnico Superior	3
		Técnico Especializado	1
Comunicação		Técnico Superior	2

Área	Coordenação	Categorias Profissionais	Nº Colaboradores	
Sustentabilidade e Inovação		Técnico Superior	2	
Contratação Pública e Aproveitamento		Técnico Superior	2	
		Técnico Especializado	2	
		Assistente Técnico	1	
		Canalizador	1	
Estudos e Planeamento		Técnico Superior	2	
Direção Jurídica		Técnico Superior	3	
Direção Financeira		Técnico Superior	5	
		Técnico Especializado	2	
Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação		Técnico Superior	1	
	Gabinete do Inquilino Municipal	Técnico Especializado	9	
		Assistente Técnico	1	
	Secretaria Geral	Assistente Administrativo Especialista	1	
		Assistente Técnico	4	
	Arquivo	Técnico Superior	1	
		Assistente Técnico	2	
	Sistemas de Informação	Técnico Superior	3	
	Direção da Gestão do Parque Habitacional		Técnico Superior	2
		Gestão Administrativa	Técnico Superior	1
Técnico Especializado			1	
Assistente Administrativo Principal			2	
Assistente Técnico			1	
Gestão Processual e Fiscalização		Técnico Superior	5	
		Técnico Especializado	4	
		Técnico Contabilidade Administração 1º classe	1	
Gestão de Condomínios		Técnico Superior	7	
Gestão de Ocupações		Técnico Superior	8	
	Técnico Especializado	1		
Direção de Projeto e Obras		Técnico Superior	2	
	Gestão de Projeto	Técnico Superior	6	
		Técnico Especializado	3	
		Técnico Superior	9	
	Gestão Empreendimentos	Técnico Profissional	1	
		Técnico Especializado	2	
		Técnico Superior	3	
	Gestão da Pós-Construção e Cadastro	Assistente Técnico	1	
Técnico Especializado		1		
Técnico Superior		2		
Direção da Manutenção		Assistente Técnico	2	
		Técnico Superior	2	
	Gestão da Eletromecânica	Técnico Superior	5	
		Encarregado Operacional	2	



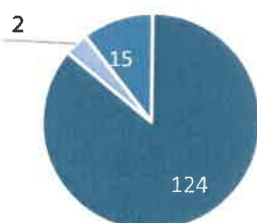
Área	Coordenação	Categorias Profissionais	Nº Colaboradores
		Assistente Operacional	2
		Assistente Técnico	3
	Gestão da Construção Civil	Técnico Superior	1
		Encarregado Operacional	5
		Técnico-Profissional	2
		Assistente Operacional	6
		Operado Qualificado	1
	<b>Total</b>		

## Vínculos Laborais

Os 141 colaboradores encontram-se vinculados a esta Empresa Municipal desta forma:

Vínculo Laboral	Nº de Colaboradores
Colaboradores com Contrato de Trabalho Sem Termo	124
Colaboradores com Contrato de Trabalho a Termo Certo e/ou Incerto	2
Colaboradores Cedência Interesse Público	15

Distribuição dos colaboradores por vínculo laboral

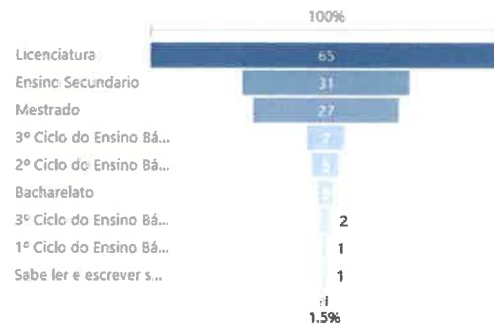


- Colaboradores com Contrato de Trabalho Sem Termo
- Colaboradores com Contrato de Trabalho a Termo Certo e/ou Incerto
- Colaboradores Cedência Interesse Público



## Habilitações Literárias

A Domus Social possui um quadro de colaboradores com as seguintes habilitações literárias:



## Formação Profissional

Em 2022 foram realizadas 44 ações de formação, o que representou 2625,18 horas. Foram envolvidos os 142 colaboradores da empresa. Para o cálculo do número de ações realizadas foram excluídas todas as ações de formação de Acolhimento e Integração.

O Plano de Formação de 2022 incidiu sobre as seguintes áreas:

- Comportamental – 2 ações;
- Jurídica – 13 ações;
- Técnica – 10 ações;
- HSST e GSGD – 10 ações;
- Seminários/ Conferências – 8 ações;
- Financeira – 6 ações.

Para além destas ações a Domus Social implementou um novo conceito de formação interna. Tendo em conta os relatórios de avaliação do clima organizacional e do *Focus-Group* realizados, foi criado um programa de autoformação de fácil acesso para todos os colaboradores, tendo como principais objetivos aumentar a oferta formativa de *future-proof skills* e, por outro lado, potenciar o *self-learning*.

Assim surgiu o Projeto Final – Aposta em Ti!.

O projeto promoveu o acesso a uma metodologia inovadora de auto-formação, para todos os colaboradores aprenderem continuamente, todos os dias, as competências que são importantes para o seu desenvolvimento

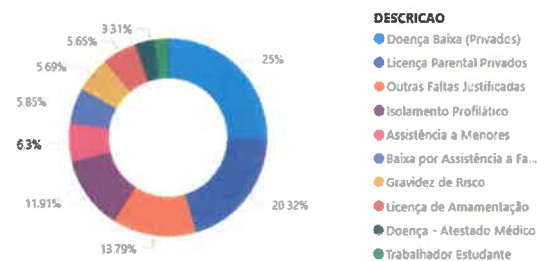
pessoal e profissional, ou seja, numa hora a indicar do seu dia pode-se dedicar a mais de 10.000 conteúdos, entre vídeos de *micro-learning* e cursos nas áreas de gestão, operações e *soft-skills*, produzidos pelas melhores *business schools*, universidades, e autores de renome a nível global.

## Taxa de Absentismo

Em 2022 a Domus Social teve uma taxa de absentismo de 7,1%. Este cálculo inclui todo o tipo de faltas (justificadas ou injustificadas) estando apenas excluídas as férias.

As principais causas de absentismo foram faltas relativas a baixa por doença e licença parental:

Motivos Absentismo (%)



## Segurança e Higiene no Trabalho

*[Handwritten signature]*

<b>Nº Acidentes 2022 [acumulado]</b>	9
Período homólogo 2021	7

Variação = 28,6%  
Taxa incidência acumulada = 6,3%

<b>Nº Dias perdidos 2022 [acumulado]</b>	11
Período homólogo 2021	27

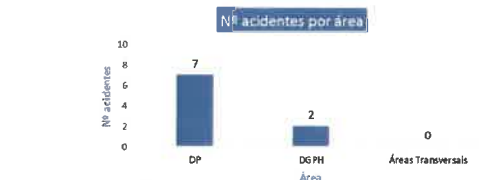
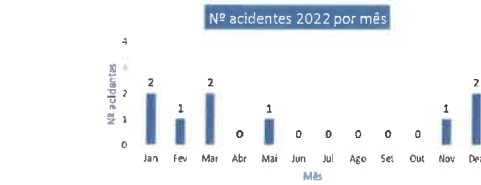
<b>Média acumulada de dias perdidos por acidente</b>	1,2
--	-----

<b>Nº Casos Positivos COVID-19 em 2022 [acumulado]</b>	108
--	-----

<b>Nº Testes Antígeno TRAG [acumulado]</b>	181
--	-----

<b>Visitas aos postos de trabalho</b>	8
---------------------------------------	---

<b>Medicina Curativa [nº acumulado de consultas]</b>	128
--	-----



Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Testes	181	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Positivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

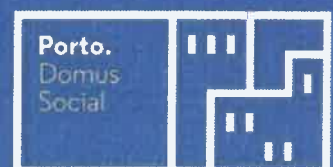
Médico do trabalho (1) Auditorias (3) Ensaios (4)  
Monitorização diária

Média de 12 consultas mensais

Distribuição de Equipamentos e EPIs [acumulado]	
Máscaras cirúrgicas	6000
Máscaras FFP2	500
Máscaras Comunitárias	0
Luvas de Nitrilo Descartáveis	0
Solução Antisséptica de Base Alcolólica (L)	160
Outros (barreiras de proteção)	7
<b>TOTAL</b>	<b>6667</b>



# 7. Proposta de aplicação de resultados



*Handwritten signature or initials in blue ink.*

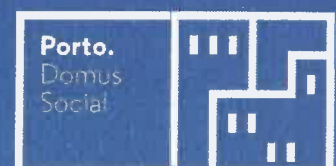
## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, nos termos das disposições legais e estatutárias, submete à Câmara Municipal do Porto a proposta de aplicação do resultado do exercício, no montante de 67 253,96 €, a qual visa o reforço dos capitais próprios da empresa e consequentemente o aumento da sua autonomia financeira:

Reserva Legal	5%	3 362,70 €
Resultados Transitados		63 891,26 €



## 8. Perspetivas futuras



*Handwritten signature or initials in blue ink.*

## 8. PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas de evolução encerram desafios ainda desconhecidos decorrentes da subsistência de diversos fatores relacionados, desde logo, com a evolução da guerra na Ucrânia, da inflação e da consequente degradação das condições socioeconómicas dos agregados familiares.

Perante todas as adversidades colocadas, a Domus Social cumpriu os objetivos que havia definido para 2022, conseguindo superar grande parte das metas que tinham sido fixadas, adaptando o seu modelo operativo às circunstâncias, com agilidade e eficácia, sem descurar o elevado nível de compromisso e execução das suas Equipas, assegurando sempre a prestação de um serviço de excelência a todos os seus clientes.

Perante o cenário de conflito internacional vivido em território europeu, que para além das trágicas consequências humanitárias em curso, provocou sérios impactos no quadro macroeconómico global e, consequentemente, nos mais diversos setores, reconhecemos que tal conjuntura poderá continuar a ter reflexos na atividade da Domus Social. Num cenário de muitas incertezas, a empresa estará comprometida na resposta a estes impactos, em linha com as diretrizes estratégicas definidas, a montante, pelo Município.

Nos últimos anos, a Domus Social tem constatado um contínuo aumento do nível da procura, uma vez que o rendimento das famílias se ressentiu e refletiu na possibilidade de encontrarem, autonomamente, uma alternativa habitacional condigna.

Cientes de que estamos na linha da frente, a atividade estratégia desenvolvida no apoio às famílias da cidade do Porto motiva-nos a fazer ainda mais e o reconhecimento claro das famílias e a confiança reforçada das pessoas que solicitam o nosso apoio é motivo de enorme orgulho e garantia de que vamos na direção certa.

É, pois, com esta postura otimista, mas, todavia, prudente, que encaramos o ano de 2023, mobilizados para continuar a liderar a gestão e manutenção do Parque Habitacional Público do Município do Porto e Edifícios Municipais.

### Princípios norteadores

---

O nosso ponto de partida é sólido e assenta:

- ✓ Numa cultura empresarial única arvorada na sua missão clara e num conjunto de valores robustos que pautam a nossa atuação;
- ✓ Em *best practices*, com origem na experiência de gestão de processos, consolidada ao longo dos anos;

- ✓ Num histórico de elevado desempenho operacional e financeiro;
- ✓ Na sustentabilidade como parte integrante do nosso ADN.

## Sustentabilidade

---

As incessantes mudanças da atualidade exigem das pessoas, e sobretudo das organizações, uma maneira de estar diferente, respeitadora de uma ética que deve estar presente em todas as dimensões de intervenção.

A estratégia organizacional deve integrar preocupações associadas não só à realização da atividade *core*, mas também ao posicionamento perante os problemas sociais e ambientais. A Domus Social, enquanto ator local estratégico, assume um papel essencial no alcance das metas de desenvolvimento sustentável. As certificações do Sistema de Gestão Ambiental e do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social conferidas pela APCER, constituem o corolário do compromisso já assumido.

Em 2022, iniciámos o processo de integração dos princípios de sustentabilidade nas práticas organizacionais. Assumimos o nosso comprometimento empresarial e estamos empenhados em fazer a diferença, transformando as mudanças climáticas em oportunidades para criar valor económico e social.

Temos uma visão de longo prazo e as metas já alcançadas, refletidas no sucesso das missões que abraçamos ao nível da responsabilidade social e ambiental, juntamente com os *stakeholders*, permitem-nos concentrar em novas práticas mais sustentáveis, quer no âmbito interno – através do reforço da preocupação com os nossos colaboradores e do recurso aos processos implementados – quer no âmbito externo – dirigidas aos nossos clientes e a comunidades frágeis e carenciadas – com vista a maiores níveis de desempenho económico e social.

## Tecnologias e Comunicação

---

A intrínseca capacidade crítica permite que a Domus Social rapidamente se adapte às novas circunstâncias, tendo em vista, sobretudo, a dinamização e reformulação de estratégias ao desafio digital.

Em 2023, manter-se-á a aposta na implementação de uma cultura de inovação, intensificando as atividades de I&D ao nível dos processos de transição digital. O sólido conhecimento dos processos e interação de atividades, os fluxos de informação assegurados por *workflows* de trabalho, são já um consistente suporte para o que queremos alcançar.

Iremos, igualmente, dinamizar a comunicação interna e externa, *online* e *offline*, perspetivando um aumento do nível de *awerness* da empresa no que toca à sua missão e atividades.

### Atividade Operacional

---

Os nossos Clientes confiam na Domus Social. Sabem quem somos e como fazemos. Este forte legado determina que queiramos mais.

Por este motivo, monitorizamos e analisamos a medição da satisfação perante a Domus Social, auscultando, sobretudo, os inquilinos sobre os serviços que lhe são diretamente prestados – atendimentos, deslocações/visitas, intervenções – o que nos permite incrementar a nossa capacidade de crescimento e elevar os níveis de desempenho.

Continuar a desenvolver boas práticas e garantir a prestação de um serviço de excelência é uma aposta para manter em 2023.

Continuaremos a assegurar a atividade de gestão (adequada atribuição, ocupação e utilização de fogos). Particularmente relevante, para os próximos anos, será a implementação do Acordo de Colaboração celebrado, em 16 de novembro de 2020, entre o MP e o IHRU, que permitirá que 1.740 famílias tenham acesso a uma habitação condigna.

Em simultâneo, consolidaremos o programa Porto Solidário e o potencial alargamento da sua influência que constitui, para uma cada vez mais alargada faixa de população residente na cidade do Porto, um importante auxílio e recurso para fazer face a imponderáveis situações, obviando, desta maneira, a circunstâncias temporalmente adversas de certos setores da população da cidade.

A estratégia de manutenção preventiva e corretiva de edifícios, equipamentos e instalações municipais e a reabilitação do "envelope" dos edifícios do Parque Habitacional Público Municipal continuará a merecer uma particular atenção, estando, nesta fase, a ser encerrado um longo período dedicado à reabilitação deste parque imobiliário. Será dada continuidade às ações de natureza estratégica que a empresa vem desenvolvendo, nomeadamente a generalização dos processos de manutenção preventiva aos imóveis que se encontram sob sua gestão.

Nos tempos mais próximos, é especialmente relevante a intervenção que se efetuará no espaço público do Parque Habitacional Público Municipal. Estas intervenções servirão para consolidar os processos de

reabilitação urbana daquele parque imobiliário e contribuirão de forma decisiva para os processos de regeneração urbana que o MP procura efetivar em áreas “em desvantagem”.

Desenvolvemos a nossa atividade enquadrada pelas orientações políticas definidas pelo MP, procurando uma utilização racional e eficiente dos meios financeiros disponíveis. A atividade da empresa é desenvolvida com absoluta salvaguarda do seu equilíbrio económico e financeiro e, conseqüentemente, da sua manutenção em continuidade.

Nos últimos 2 anos, a nossa atividade operacional ficou particularmente exposta aos impactos negativos do grave problema de saúde pública com que o país se confronta, sobretudo, nas demonstrações financeiras, nomeadamente ao nível da taxa de execução prevista nos Instrumentos de Gestão Previsional.

O empenho de todos, encabeçado pelo órgão de gestão, o Conselho de Administração, tudo tem feito para mitigar esse impacto. Dada a relação especial que a entidade tem com o MP, não é esperado que esta situação afete a manutenção da continuidade das operações da empresa.

### Pessoas & Motivação

A velocidade da evolução das formas de estar perante o trabalho não é compatível com as práticas de gestão de pessoas das últimas décadas, em que o mundo era diferente e andava muito mais lentamente.

O mundo está em grande mudança e convivemos com uma realidade em que a oferta de vagas de emprego supera a procura em muitas das áreas, criando grande dificuldade à retenção de talentos, principalmente nas posições mais qualificadas.

É necessário apostarmos de forma a inverter ou pelo menos responder a esta evolução.

Essa aposta da Domus Social, no ano de 2022, foi e continuará a ser no próximo biénio, trabalhar em três grandes áreas da gestão de pessoas: atração de talentos, formação à medida e bem-estar pessoal e organizacional.

Os próximos tempos serão decisivos na continuação da construção de uma cultura corporativa adaptada ao novo contexto laboral. No ano de 2023 continuaremos a apostar na valorização das nossas pessoas, com especial enfoque na cultura e desenvolvimento de todos os colaboradores.

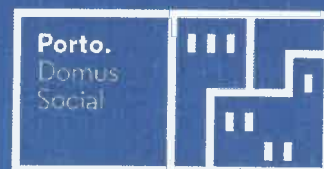


O crescimento está sempre presente em toda a atividade. As oportunidades disponibilizadas aos nossos trabalhadores destinam-se a criar sinergias para que possam alavancar as suas competências e abraçar novas oportunidades e caminhos de crescimento.





## 9. Reconhecimento público



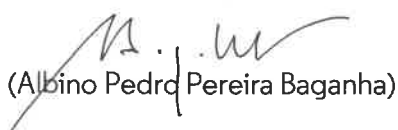
## 9. RECONHECIMENTO PÚBLICO

Neste ano, em que as dificuldades se mantiveram presentes, o Conselho de Administração reforça o seu profundo reconhecimento, por toda a colaboração, apoio e compreensão, colaborando, direta ou indiretamente, na prossecução dos objetivos da empresa:

- À Câmara Municipal do Porto pela confiança depositada na empresa e nos meios disponibilizados para a execução dos objetivos propostos.
- A todas as Direções e Departamentos Municipais bem como a todas as participadas do universo CMP, pela abertura e colaboração prestada na resolução de problemas comuns.
- Ao Revisor Oficial de Contas da empresa, pela inextinguível disponibilidade e valiosa colaboração.
- A todos os colaboradores que se dedicaram e preocuparam com a resolução de questões ligadas à atividade da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, excedendo, em muitos casos, o âmbito da sua obrigação profissional.

Terminamos com uma convicção. Sabemos que estamos no rumo certo e que temos as pessoas certas para vencer os desafios do futuro.

O Conselho de Administração,



(Albino Pedro Pereira Baganha)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

# 10. Situação económico-financeira



*Handwritten signature or initials in blue ink.*

## 10. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

### 1 – INDICADORES DE GESTÃO

Quadro A – Principais números do período

	2022	Varição 2022/21	2021
PATRIMÓNIO / CAPITAL	500 000,00	0,0%	500 000,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	1 286 681,53	5,5%	1 219 427,57
ATIVO TOTAL	9 718 474,17	22,0%	7 963 026,55
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	424 049,54	7,4%	394 883,15
Ativos intangíveis	61 599,41	-65,8%	179 976,97
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	67 253,96	95,9%	34 324,45
GASTOS DE EXPLORAÇÃO			
Gastos com o pessoal	4 058 297,44	6,5%	3 810 486,42
Fornecimentos e serviços externos (Estrutura - nota 23.2)	949 970,63	15,5%	822 564,87
Gastos de depreciação e de amortização	212 221,89	0,4%	211 321,01
AUTONOMIA FINANCEIRA	13,2%	-13,5%	15,3%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO / (PATRIMÓNIO / CAPITAL)	13,45%	95,9%	6,86%
COBERTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE POR CAPITAIS PERMANENTES	118,5%	2,8%	115,3%
NÚMERO DE TRABALHADORES (não inclui a administração)	141	0,7%	140

## 2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Quadro B – Balanço

RUBRICAS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	2.2-a), 5	424 049,54	394 883,15
Ativos intangíveis	2.2-a), 3	61 599,41	179 976,97
Outros ativos financeiros	18.2.4	3 639 359,37	3 409 081,94
		<u>4 125 008,32</u>	<u>3 983 942,06</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	2.2-d), 10	91 015,57	74 961,38
Clientes, contribuintes e utentes	13, 18.2.1	2 078 059,21	993 810,71
Estado e outros entes públicos	18.2.2, 23.4	64 046,50	98 994,88
Outras contas a receber	18.2.3	1 516 346,51	1 339 001,96
Diferimentos	23.1	77 261,73	80 719,52
Caixa e depósitos	quadro E, 18.2.4	1 766 736,33	1 391 596,04
		<u>5 593 465,85</u>	<u>3 979 084,49</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>9 718 474,17</u></u>	<u><u>7 963 026,55</u></u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital	18.14, 20.1	500 000,00	500 000,00
Reservas	quadro D	114 895,83	113 179,61
Resultados transitados	quadro D	604 531,74	571 923,51
		<u>1 219 427,57</u>	<u>1 185 103,12</u>
Resultado líquido do período	quadro D	67 253,96	34 324,45
<b>Total do Património Líquido</b>		<u><u>1 286 681,53</u></u>	<u><u>1 219 427,57</u></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		1 000,00	1 000,00
Outras contas a pagar	18.2.3	3 602 054,70	3 375 452,74
		<u>3 603 054,70</u>	<u>3 376 452,74</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18.2.1	1 306 153,38	393 987,87
Estado e outros entes públicos	18.2.2, 23.4	129 691,20	104 736,43
Fornecedores de investimentos	3, 5	650,84	0,00
Outras contas a pagar	18.2.3	2 294 846,42	1 980 960,86
Diferimentos	23.1	1 097 396,10	887 461,08
		<u>4 828 737,94</u>	<u>3 367 146,24</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><u>8 431 792,64</u></u>	<u><u>6 743 598,98</u></u>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<u><u>9 718 474,17</u></u>	<u><u>7 963 026,55</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



Quadro C – Demonstração individual dos resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas	2.2- g), 13	116 219,68	158 009,61
Prestações de serviços	2.2- g), 13	26 213 844,10	31 477 722,31
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14.2	2 780 158,44	3 040 176,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.2-d), 10	-263 548,32	-331 094,45
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-21 642 470,22	-27 891 991,55
Gastos com pessoal	2.2-e),f), 19	-4 058 297,44	-3 810 486,42
Transferências e subsídios concedidos		-2 742 975,83	-2 326 001,81
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.2.1	-103 001,98	-56 536,60
Outros rendimentos e ganhos		17 376,29	7 589,82
Outros gastos e perdas		-42 027,89	-35 380,08
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>275 276,83</b>	<b>232 006,97</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2.2-a), 3, 5	-212 221,89	-211 321,01
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>63 054,94</b>	<b>20 685,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.3	12 198,86	23 095,89
Juros e gastos similares suportados		-180,03	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>75 073,77</b>	<b>43 781,85</b>
Imposto sobre o rendimento	23.4	-7 819,82	-9 457,40
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>67 253,95</b>	<b>34 324,45</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe		<b>67 253,95</b>	<b>34 324,45</b>

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração individual dos resultados por naturezas.



Quadro D – Demonstração individual das alterações no património líquido

DESCRIÇÃO	Capital / património realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição em 1 de janeiro de 2021	500 000,00	72 820,38	38 707,28	540 536,41	33 039,05	1 185 103,12
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas no património líquido	0,00	1 651,95	0,00	31 387,10	-33 039,05	0,00
	0,00	1 651,95	0,00	31 387,10	-33 039,05	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>					34 324,45	34 324,45
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					34 324,45	34 324,45
Posição em 31 de dezembro de 2021	500 000,00	74 472,33	38 707,28	571 923,51	34 324,45	1 219 427,57
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Capital / património realizado</b>	<b>Reservas legais</b>	<b>Outras Reservas</b>	<b>Resultados transitados</b>	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>Total do património líquido</b>
Posição em 1 de janeiro de 2022	500 000,00	74 472,33	38 707,28	571 923,51	34 324,45	1 219 427,57
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas no património líquido	0,00	1 716,22	0,00	32 608,23	-34 324,45	0,00
	0,00	1 716,22	0,00	32 608,23	-34 324,45	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>					67 253,96	67 253,96
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					67 253,96	67 253,96
Posição em 31 de dezembro de 2022	500 000,00	76 188,55	38 707,28	604 531,74	67 253,96	1 286 681,53



Quadro E – Demonstração individual de fluxos de caixa

RUBRICAS	Notas	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		28 286 353,56	31 677 792,32
Pagamentos a fornecedores		-24 177 356,60	-27 759 254,35
Pagamentos ao pessoal		-3 922 278,59	-3 709 527,18
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<u>186 718,37</u>	<u>209 010,79</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9 419,56	168 074,61
Outros recebimentos/pagamentos	18.2.4	314 422,09	522 907,11
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<u>491 720,90</u>	<u>899 992,51</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-105 669,72	-222 791,47
Ativos intangíveis		-23 730,00	-13 017,60
Investimentos financeiros		-10 033,70	-8 941,46
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		8 247,46	2 521,07
Outros ativos		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		14 605,32	113,54
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<u>-116 580,64</u>	<u>-242 115,92</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		375 140,26	657 876,59
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		1 391 596,07	733 719,45
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	18.2.4	<u>1 766 736,33</u>	<u>1 391 596,04</u>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
Equivalentes a caixa no início do período		4 767 048,78	3 873 451,68
variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior		<u>4 767 048,78</u>	<u>3 873 451,68</u>
De execução orçamental		1 405 071,08	760 044,76
De operações de tesouraria		<u>3 361 977,70</u>	<u>3 113 406,92</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
Equivalentes a caixa no fim do período		5 370 531,81	4 767 048,78
variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Saldo da gerência seguinte	18.2.4	<u>5 370 531,81</u>	<u>4 767 048,78</u>
De execução orçamental		1 583 250,83	1 405 071,08
De operações de tesouraria		<u>3 787 280,98</u>	<u>3 361 977,70</u>

Quadro F – Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos

DESCRIÇÃO	2022		2021	
	%	Valor	%	Valor
REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS	100%	29 286 684,97	100%	34 833 914,71
Vendas e prestações de serviços	58,8%	17 206 018,56	64,9%	22 594 574,11
Execução de obra (ótica do terceiro):				
- <i>CMP</i>	58,4%	17 102 802,63	64,0%	22 292 858,82
- <i>Outras Entidades Grupo CMP</i>	0,1%	34 320,36	0,1%	45 598,52
- <i>Outras Entidades</i>	0,2%	68 895,57	0,7%	256 116,77
Rendas	31,2%	9 124 045,22	26,0%	9 041 157,81
Reversões de perdas por imparidade de clientes	0,5%	146 887,60	0,4%	127 320,94
Outros rendimentos	0,1%	17 376,29	0,0%	7 589,82
Subsídios	9,5%	2 780 158,44	8,7%	3 040 176,14
<i>Subsídios à exploração</i>	0,0%	0,00	2,0%	688 915,00
<i>Subsídios- Porto Solidário</i>	9,4%	2 742 975,83	6,7%	2 326 001,81
<i>Subsídios- Outras Entidades</i>	0,1%	37 182,61	0,1%	25 259,33
Juros e rendimentos similares obtidos	0,0%	12 198,86	0,1%	23 095,89
REPARTIÇÃO DOS GASTOS TOTAIS	100%	29 211 611,20	100%	34 790 132,86
Gastos operacionais	100%	29 211 431,17	100%	34 790 132,86
Transferências e subsídios concedidos (ótica do terceiro)				
- <i>Outras Entidades</i>	9,4%	2 742 975,83	6,7%	2 326 001,81
CMVMC (ótica do terceiro)				
- <i>Outras Entidades</i>	0,9%	263 548,32	1,0%	331 094,45
Fornecimentos e serviços externos - obra (ótica do terceiro):				
- <i>CMP</i>	2,4%	701 338,57	0,3%	108 043,15
- <i>Outras Entidades Grupo CMP</i>	0,2%	52 306,49	0,2%	60 564,07
- <i>Outras Entidades</i>	68,3%	19 938 854,53	77,3%	26 900 819,46
Fornecimentos e serviços externos - estrutura (ótica do terceiro)				
- <i>Outras Entidades</i>	3,3%	949 970,63	2,4%	822 564,87
Gastos com o pessoal	13,9%	4 058 297,44	2,4%	3 810 486,42
Gastos de depreciação e de amortização	0,7%	212 221,89	0,6%	211 321,01
Perdas por imparidade de clientes	0,9%	249 889,58	0,5%	183 857,54
Outros gastos e perdas	0,1%	42 027,89	0,1%	35 380,08
Juros e gastos similares suportados	0,00%	180,03	0,0%	0,00

### 3 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

##### 1.1. – Identificação da Entidade

No dia 19 de julho de 2000 foi constituída a Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM. A empresa adotou a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto. A sua sede localiza-se na Rua Monte dos Burgos, 12, Porto.

A Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM, foi constituída tendo como objeto social o exercício da atividade de manutenção de infraestruturas e equipamentos, do domínio público ou privado, cuja gestão fosse da Câmara Municipal do Porto ou de outras empresas participadas por aquela e ainda de outras entidades de direito privado que a Câmara Municipal do Porto determinasse.

No dia 8 de outubro de 2003, foi outorgada a escritura de alteração de estatutos da Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM, passando esta a assumir a denominação de Empresa Municipal de Habitação e Manutenção, E.M.. Por deliberação da Câmara Municipal do Porto foi também decidida a alteração do objeto social da empresa, passando este a incluir a gestão do parque habitacional do município, bem como a atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público ou privado, cuja gestão seja da Câmara Municipal do Porto.

Em 28 de junho de 2006, foi outorgada a deliberação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal em alterar a denominação da Empresa Municipal de Habitação e Manutenção, E.M., para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M., bem como alteração parcial dos seus estatutos.

Em 26 de março de 2009, foi outorgada a escritura de Alteração dos Estatutos da Empresa que alterou a sua designação para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.E.M. por forma a dar cumprimento na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

Em 19 de dezembro de 2011, foi aprovado pela Assembleia Municipal a alteração dos artigos 16.º e 18.º dos Estatutos da Empresa. Esta alteração visou modificar a estrutura de financiamento da atividade da empresa, passando a constituir receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do parque

habitacional municipal. O registo definitivo, na Conservatória do Registo Comercial, ocorreu a 10 de maio de 2012.

Em 18 de fevereiro de 2013 foram alterados os Estatutos da empresa que alterou a sua designação para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M., por forma a dar cumprimento na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Por deliberação do executivo municipal de 7 de outubro de 2014 foram alterados os estatutos da empresa, tendo sido alargado o seu objeto social nos termos seguintes: “e) *organizar ou apoiar atividades de natureza sociocultural e criar ou apoiar equipamentos que tenham em vista a promoção social e de qualidade de vida dos moradores.*”

Em 4 de outubro de 2016, foram novamente alterados os estatutos da empresa, alargando o âmbito de intervenção municipal da empresa, ampliando a sua missão e acrescentando novas atividades àquelas que já eram desenvolvidas na gestão do parque de habitação pública municipal e na manutenção e reabilitação de edifícios, equipamentos e infraestruturas.

Foi efetuada e aprovada pela Assembleia Municipal do Porto em 25 de fevereiro de 2019 uma revisão estatutária que consagrou no seu objeto social a “promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do Parque Habitacional Público Municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais”.

O capital estatutário da Domus Social ascende a 500 000€ o qual é detido a 100% pelo Município do Porto, NIPC 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

## 1.2. – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

A política contabilística usada a partir de 01.01.2020 no tratamento de “Depósitos de Garantias e Cauções” - Conta 13 e a sua contrapartida “Cauções recebidas de terceiros” – Conta 2771, constituem

uma derrogação das disposições do SNC, o qual preconiza a sua apresentação no Ativo Corrente e no Passivo Corrente, respetivamente. No entanto, com vista à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, o CA optou por apresentar aquelas rubricas no Ativo e Passivo não corrente.

Os pressupostos base de apresentação são o princípio da continuidade, isto é, com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Domus Social continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações e o regime do acréscimo.

As características qualitativas definidas no SNC-AP observadas na preparação dos mapas financeiros foram a relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade, a oportunidade, a comparabilidade e a verificabilidade.

## 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP (NCP 1) exige que o Conselho de Administração formule estimativas, julgamentos e pressupostos que influem na aplicação das políticas contabilísticas (NCP) utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, as quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias, formando no seu conjunto a base para as estimativas e julgamentos formulados (ver ponto 2.3).

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

### 2.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

- a) Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo do custo. Todas as aquisições e beneficiações que cumpram os critérios de reconhecimento nesta norma são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações referentes a 2022, e para os bens adquiridos até 31.12.2019, foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas médias, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009, de 14 de



setembro, uma vez a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma:

- i) Ativos intangíveis
  - Programas de computadores – 33,33%
- ii) Ativos fixos tangíveis
  - Edifícios e outras construções – 10,00%
  - Equipamento básico – 12,50% - 25,00%
  - Equipamento de transporte – 25,00%
  - Ferramentas e utensílios – 12,50% - 25,00%
  - Equipamento administrativo – 12,50% - 33,33%
  - Outros ativos fixos tangíveis – 12,50% - 33,33%

Para as aquisições de bens a partir de 01.01.2020, as taxas aplicadas foram as constantes do Classificador Complementar 2 (CC2), que regula a tipologia de bens e direitos, para efeitos de cadastro e cálculo das depreciações e amortizações. Este classificador substitui a Portaria n.º 671/2000, 17 de abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, contendo:

- a) Os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira;
- b) As respetivas vidas úteis a serem utilizadas como referência pelas entidades, nomeadamente na aplicação do método de depreciação da linha reta, em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.
- b) Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na nota 2.2 - a), são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- c) Relativamente à locação operacional, os respetivos encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- d) Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Periodicamente, são revistos os artigos com potencial perda de valor e efetuados os ajustamentos respetivos.
- e) A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí

decorrentes inerentes ao ano de 2022. Como base de cálculo utilizaram-se os salários base em vigor, não tendo sido considerados quaisquer cortes nos salários brutos.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem o gasto referente a funcionários em regime de cedência de interesse público que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde vai prestar funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12/2010, prossegue a aplicação, em 2022, do corte de 5% da remuneração do gestor público.

- f) A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O valor das entregas para o FCT ou ao ME corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME.

As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

- g) Na especialização do período, os réditos e gastos foram reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Adicionalmente, o rédito relativo a rendas recebidas do parque habitacional integra outros quantitativos recebidos, com a mesma natureza.

- h) De acordo com o Contrato de Mandato e com os Instrumentos de Gestão Previsional para o Triénio 2022-2026, a Domus Social, procede à refaturação à Câmara Municipal do Porto de todos os gastos diretamente imputáveis às obras, constantes do anexo ao referido contrato, por igual valor ao suportado.
- i) Os ativos e passivos financeiros foram mensurados usando o modelo do custo, o qual não difere do modelo do custo amortizado, dada a natureza dos saldos e dos prazos de pagamento e recebimento.
- j) A Domus Social analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento seguem a NCP 15.
- k) Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionam informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nestas. Caso existam eventos após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam na data do balanço são os mesmos objeto de divulgação no anexo.

### 2.3. – Principais estimativas e julgamentos

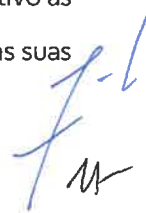
As principais estimativas, julgamentos e pressupostos estão relacionados com:

- i. Vida útil dos ativos fixos tangíveis;
- ii. Vida útil dos ativos intangíveis;
- iii. Imparidades de inventários e de clientes;
- iv. Provisões para processo judiciais em curso.

### 2.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As perspetivas de evolução encerram desafios ainda desconhecidos decorrentes da subsistência de diversos fatores relacionados, desde logo, com a evolução da guerra na Ucrânia, da inflação e da consequente degradação das condições socioeconómicas dos agregados familiares.

Perante todas as adversidades colocadas a Domus Social cumpriu os objetivos que havia definido para 2022, conseguindo superar grande parte das metas que tinham sido fixadas, adaptando o seu modelo operativo às circunstâncias, com agilidade e eficácia, sem descurar o elevado nível de compromisso e execução das suas Equipas, assegurando sempre a prestação de um serviço de excelência a todos os seus clientes.



Aos vários desafios ultrapassados em 2022 perante o cenário de conflito internacional vivido em território europeu, que para além das trágicas consequências humanitárias em curso, provocou sérios impactos no quadro macroeconómico global e, consequentemente, nos mais diversos setores. Reconhecemos, por isso, que esta conjuntura atual pode continuar a ter reflexos na atividade da Domus Social. Num cenário de muitas incertezas, certo é que a empresa estará pronta para responder a estes impactos em linha com as diretrizes estratégicas definidas, a montante, pelo Município.

Com exceção para o referido anteriormente e para a forte relação económica e financeira com o MP não foram identificadas outras situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

## 2.6. - Principais fontes de incerteza

As principais fontes de incerteza são as relacionadas com os principais julgamentos e estimativas descritas na nota 2.3 acima, assim como do assunto referido no ponto anterior.

## 3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial pelo modelo do custo, que no caso específico da Domus Social, se resume ao seu preço de compra, sendo registados no ativo se cumprirem os critérios de reconhecimento.

Não foi feita qualquer revalorização subsequente dos ativos após o reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis têm vidas finitas. As amortizações referentes às aquisições até 31.12.2019 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009, de 14 de setembro, uma vez que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma. Quanto aos bens adquiridos a partir de 01.01.2020, foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais em conformidade com o Classificador Complementar 2 como previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

<b>Ativo não corrente</b>					
<b>RUBRICA</b>	<b>Saldo inicial 01-jan-22</b>	<b>Adições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferências, regularizações e abates</b>	<b>Saldo final 31-dez-22</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador	1 264 541,14	0,00	0,00	36 900,00	1 301 441,14
Outros ativos intangíveis	57 121,12	0,00	0,00	0,00	57 121,12
Ativos intangíveis em curso	13 758,08	29 488,78	0,00	-36 900,00	6 346,86
	<u>1 335 420,34</u>	<u>29 488,78</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 364 909,12</u>
<b>Amortizações</b>					
<b>RUBRICA</b>	<b>Saldo inicial 01-jan-22</b>	<b>Reforços</b>		<b>Anulações, reversões, regularizações e transferências</b>	<b>Saldo final 31-dez-22</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador	1 098 322,25	147 866,34		0,00	1 246 188,59
Outros ativos intangíveis	57 121,12	0,00		0,00	57 121,12
	<u>1 155 443,37</u>	<u>147 866,34</u>		<u>0,00</u>	<u>1 303 309,71</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><u>179 976,97</u></u>				<u><u>61 599,41</u></u>

## 5 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial pelo modelo do custo que, no caso específico da Domus Social se resume ao seu preço de compra. Todas as aquisições e beneficiações que cumpram os critérios de reconhecimento são relevadas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Não foi feita qualquer revalorização subsequente dos ativos após o reconhecimento inicial.

Cumpra informar que existe um contrato de arrendamento do imóvel onde se desenvolve a atividade da Domus Social, sendo expetável a continuidade da sua utilização.

As depreciações referentes às aquisições até 31.12.2019 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009, de 14 de setembro, uma vez que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma. Quanto aos bens adquiridos a partir de 01.01.2020 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais em conformidade com o Classificador Complementar 2 como previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

#### Ativo não corrente

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-22	Adições	Alienações	Transferências, regularizações e abates	Saldo final 31-dez-22
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>					
Edifícios e outras construções	359 826,60	0,00	0,00	0,00	359 826,60
Equipamento de transporte	64 189,19	0,00	0,00	0,00	64 189,19
Equipamento administrativo	680 440,30	13 290,52	0,00	63 468,66	757 199,48
Outros ativos tangíveis	77 708,52	26 283,06	0,00	0,00	103 991,58
Ativos fixos tangíveis em curso	9 520,30	53 948,36	0,00	-63 468,66	0,00
	<u>1 191 684,91</u>	<u>93 521,94</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 285 206,85</u>

#### Depreciações

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-22	Reforços	Anulações, reversões, regularizações e transferências	Saldo final 31-dez-22
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Edifícios e outras construções	39 953,35	35 968,27	0,00	75 921,62
Equipamento de transporte	64 189,19	0,00	0,00	64 189,19
Equipamento administrativo	618 185,31	26 755,80	0,00	644 941,11
Outros ativos tangíveis	74 473,91	1 631,48	0,00	76 105,39
	<u>796 801,76</u>	<u>64 355,55</u>	<u>0,00</u>	<u>861 157,31</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><u>394 883,15</u></u>			<u><u>424 049,54</u></u>

## 6 – Locações

### 6.1. – Locações financeiras

A 31 de dezembro de 2022 não existiam locações financeiras ativas.

### 6.2. – Locações operacionais

Em 2018, o MP celebrou com a Leaseplan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Unipessoal, Lda um contrato para locação operacional de viaturas, para o período 2018-2022.

A rubrica de rendas e alugueres inclui os gastos com os seguintes contratos de locação operacional:



Contrato		VALOR CONTRATOS 2018 A 2023	VALOR MENSAL - após prorrogação 1/6/22 a +/- 31/3/23	DIVIDA a 30/6/22 após prorrogação de 1/6/22 até +/- 31/3/23	Periodicidade	Data inicial	Data Fim Prorrogação Contrato	N.º de contratos
6.972.809/011	VW Passat	26 317,69	479,27	1 236,51	Mensal	19/06/2018	18/03/2023	1
6.953.427/011	VW Passat	25 808,68	422,71	1 090,60	Mensal	19/06/2018	18/03/2023	1
6.958.740/010	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.975.964/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.975.971/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.975.985/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.002/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.015/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.020/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.030/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.036/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.039/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.060/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.064/009	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.896.093/010	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.068/009	Smart Eletric	18 301,29	277,10	723,24	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.976.072/010	Smart Eletric	17 814,21	222,98	581,99	Mensal	20/06/2018	19/03/2023	1
6.953.490/012	VW Golf	25 185,55	360,47	1 117,45	Mensal	04/07/2018	03/04/2023	1
6.972.989/012	VW Golf	25 185,55	360,47	1 117,45	Mensal	04/07/2018	03/04/2023	1
6.972.988/012	VW Golf	25 185,55	360,47	1 117,45	Mensal	04/07/2018	03/04/2023	1
6.828.501/009	VW Crafter	23 916,44	533,86	1 361,34	Mensal	18/09/2018	17/03/2023	1
7.171.072/009	Renault Kangoo	21 545,34	277,61	768,98	Mensal	25/09/2018	24/03/2023	1
7.171.013/009	Renault Kangoo	21 516,60	272,82	755,71	Mensal	25/09/2018	24/03/2023	1
7.156.834/009	Nissan Leaf	16 897,96	280,33	560,66	Mensal	02/11/2018	01/03/2023	1
7.155.862/009	Nissan Leaf	17 111,04	266,88	800,63	Mensal	02/11/2018	01/04/2023	1
7.163.029/006	Renault Kangoo	21 126,72	311,76	732,64	Mensal	12/11/2018	11/03/2023	1
7.166.377/006	Renault Kangoo	21 126,72	311,76	732,64	Mensal	12/11/2018	11/03/2023	1
		<b>538 624,07</b>		<b>20 263,13</b>				<b>27</b>

## 9 – Imparidades de ativos

Foram registadas imparidades relativas a contas a receber de clientes, que se encontram devidamente divulgadas nas notas 10 e 18.2.1 b., respetivamente.

## 10 – Inventários

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas até 31 de dezembro, foi determinado como segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2022	2021
Existências iniciais	97 023,77	104 390,37
Compras	279 516,89	323 727,85
Regularização de existências	85,62	0,00
Existências finais	113 077,96	97 023,77
<b>CMVMC</b>	<b>263 548,32</b>	<b>331 094,45</b>

As imparidades relativas a inventários ascendiam a 22 062,39€ em 31 de dezembro de 2022 não tendo havido qualquer reforço relativamente ao período homólogo de 2021.

### 13 – Rendimento de transações com contraprestação

#### 13.1. – Prestações de serviços e venda de mercadorias

A repartição do valor das prestações de serviços e vendas de mercadorias foi a seguinte, as quais foram registadas ao valor nominal (modelo do custo):

Tipologia	2022	2021
Serviços prestados à CMP e vendas de mercadorias		
Vendas de mercadorias	116 219,68	158 009,61
Execução de obra	16 986 582,95	22 134 849,21
Prestados a Outras Entidades (inclui auto manutenção)	69 064,88	76 991,09
<b>TOTAL</b>	<b>17 171 867,51</b>	<b>22 369 849,91</b>

### 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

#### 14.1. – Rendas

De acordo com o Artº 25º dos Estatutos, constituem receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do parque habitacional sob sua gestão. Os ativos objeto de arrendamento são propriedade do MP, tendo a Domus Social o direito de liquidar e receber as rendas, as quais constituem rédito próprio.

De acordo com a Cláusula 10ª do Contrato Programa para 2022, a Domus Social está obrigada a proceder à manutenção do parque habitacional sob sua gestão, recorrendo à receita de rendas para o financiamento destas atividades.

De acordo com a Cláusula 15ª nº1 “As rendas devidas pela utilização do parque habitacional constituem receita própria da Domus Social, que as afetará, na exata medida da sua necessidade e suficiência, à promoção

das ações de manutenção preventiva e corrente do edificado de habitação municipal e à cobertura financeira dos custos da estrutura afetos a estas ações”.

Por último, e de acordo com a Artº 25ª nº 3 dos estatutos, a CMP determina anualmente o montante da receita de rendas que lhe deverá ser entregue, o qual é concretizado nos IGP, sendo que para 2022 este montante ascende a 465 000€.

Anualmente, a Domus Social tem cumprido com o disposto na Cláusula anterior, conforme pode ser aferido no Ponto 4 deste relatório, não tendo incorrido em qualquer incumprimento.

Face ao acima descrito, a Domus Social é detentora do direito às rendas do edificado municipal sob sua gestão, o qual constitui um ativo financeiro e não um ativo intangível, tendo como condição a sua aplicação na manutenção do parque habitacional, na cobertura dos seus custos de estrutura e entrega de parte à CMP.

Consequentemente o direito às rendas é anualmente registado ao valor nominal, que não difere do justo valor, bem como são registados os correspondentes gastos subjacentes às obrigações assumidas.

O montante de rendas emitidas, registadas ao valor nominal, líquido de reforços e reversão de imparidades ascende a 9 021 043,24€. O montante de 1 097 150,17€, diferença entre a conta de clientes de rendas e respetivas imparidades acumuladas (nota 18.2.1 al.a), corresponde a valores a cobrar respeitantes, essencialmente, às rendas do mês de janeiro de 2023 emitidas em dezembro de 2022 e diferidas, conforme nota 23.1, no montante de 777 755,78€, bem como outras rendas ainda não cobradas referentes a dezembro.

## 14.2. – Subsídios

Em 28 de dezembro de 2021, o MP e a Domus Social celebraram, nos termos do disposto nos artigos 47.º e 50.º, ambos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, um Contrato-Programa para o ano de 2022 que teve por objeto a definição de objetivos setoriais da Domus Social e a correspondente comparticipação do Município do Porto. Todos os anos este contrato é objeto de atualização, mediante os objetivos setoriais fixados pelo Município do Porto, e conseqüente comparticipação pública. Esta verba reveste a forma de subsídio à exploração destinando-se a suportar parte dos encargos estruturais da Domus Social para concretizar a sua atividade.

A 19 de fevereiro de 2021, foi igualmente celebrado um Contrato Programa denominado “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social”, que constitui um programa de âmbito municipal de apoio a pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem em lista de atribuição de fogos em regime de arrendamento apoiado ou que, em função

da aplicação das regras disciplinadoras do concurso de inscrição em curso no plano da gestão do parque público municipal, não estão consideradas como prioritárias para a atribuição de uma habitação em regime de renda apoiado.

Merece ainda destaque o subsídio recebido do Programa H2020 pela operação URBINAT: Regeneration and Integration of Deprived Districts through Healthy Corridors as Drivers for the Co-creation of Social and Environmental Nature Based Solutions in Cities, liderada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que envolve, como protagonistas, as cidades do Porto, Nantes e Sónia.

Também o projeto CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities iniciado a 1 setembro de 2022 e com a duração de três anos, sendo financiado na sua totalidade pela UE (HORIZON-CL4-2021-HUMAN-01 HORIZON-CL4-2021-HUMAN-01-19 — Testing Innovative Solutions on *Local Communities Demand*), fica reconhecido nesta rubrica.

DESCRIÇÃO	2022	2021
Subsídio à exploração CMP	0,00	688 915,00
Subsídio Horizon Europe and Horizon 2020	37 182,61	25 259,33
Subsídio- Porto Solidário	2 742 975,83	2 326 001,81
<b>TOTAL</b>	<b>2 780 158,44</b>	<b>3 040 176,14</b>

#### 14.3. – Juros e rendimentos similares obtidos

Nesta rubrica, foram reconhecidos os juros obtidos das contas de depósitos bancários e das rendas pagas fora do prazo regular.

RUBRICA	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos	12 198,86	23 095,89

#### 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A conta de provisões apresenta um saldo de 1 000,00 € na sequência da aprovação pelo CA da Domus Social da constituição, em 2018, de uma provisão no âmbito da Certificação Global Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho para cobertura de riscos com matérias ambientais.

## 17 – Acontecimentos após a data do balanço

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgações adicionais nas contas do exercício, ficando as contas autorizadas para emissão na presente data.

## 18 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram mensurados usando o modelo do custo, o qual não difere do modelo do custo amortizado, dada a natureza dos saldos e dos prazos de pagamento e recebimento.

### 18.2.1. – Clientes e fornecedores c/corrente

#### a. Clientes c/corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

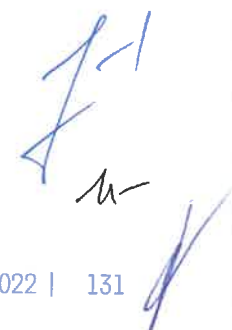
CLIENTES CONTA CORRENTE	2022	2021
Clientes empresa - mãe	979 242,36	0,00
Clientes outras partes relacionadas	1 666,68	1 658,06
Inquilinos municipais	1 097 150,17	987 562,21
Clientes gerais	0,00	4 590,44
	<u>2 078 059,21</u>	<u>993 810,71</u>

#### b. Movimento de Imparidades do Período

Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
1 172 874,74	249 889,58	146 887,60	1 275 876,72

#### c. Fornecedores c/corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:



FORNECEDORES CONTA CORRENTE	2022	2021
Fornecedores empresa - mãe	481 848,96	0,00
Fornecedores outras partes relacionadas	6,83	372,65
Fornecedores gerais	738 973,58	331 211,14
Fornecedores - fact. recep. conferência	85 324,01	62 404,08
	<b>1 306 153,38</b>	<b>393 987,87</b>

### 18.2.2.- Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

ESTADO	Saldo devedor 2022	Saldo credor 2022	Saldo devedor 2021	Saldo credor 2021
Imposto sobre o rendimento	6,34	7 819,82	37,84	9 457,40
Retenção de Impostos		38 683,50		33 357,00
Imposto sobre Valor Acrescentado	64 040,16	11 944,30	98 957,04	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social		70 295,73		61 109,22
Outras tributações		947,85		812,81
	<b>64 046,50</b>	<b>129 691,20</b>	<b>98 994,88</b>	<b>104 736,43</b>

Relativamente ao relacionamento entre o gasto de imposto e o resultado fiscal, refere-se que em virtude dos benefícios fiscais derivados do artº. 19º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não foi reconhecida estimativa para IRC, sendo o imposto a pagar derivado única e exclusivamente da tributação autónoma.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam quaisquer dívidas em mora para com o Estado e Outros Entes Públicos.

### 18.2.3. - Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	2022	2021
<b>Outras contas a receber:</b>		
Devedores por acréscimos de rendimentos	168 109,25	94 689,59
Juros a receber	0,00	14 595,21
Prestações de serviços	165 583,37	76 741,82
Outros menores que 10.000 €	2 525,88	3 352,56
Outros devedores	1 348 237,26	1 244 312,37
Cauções entregues a terceiros	125,00	125,00
Multas aplicadas	1 053 378,64	1 053 378,64
Fornecedores devedores	223 215,42	144 529,65
Subsídio Horizon Europe and Horizon 2020	56 889,71	46 279,08
Outros menores que 10.000 €	14 628,49	0,00
	<b>1 516 346,51</b>	<b>1 339 001,96</b>
Fornecedores de investimentos	650,84	0,00
<b>Outras contas a pagar:</b>		
<b>Passivo não corrente:</b>		
Depósitos de caução e retenções de garantia	3 602 054,70	3 375 452,74
	<b>3 602 054,70</b>	<b>3 375 452,74</b>
<b>Passivo corrente:</b>		
Credores por acréscimos de gastos	1 956 373,84	1 928 470,49
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e Natal e respetivos encargos	535 341,70	521 831,75
Notas de crédito a emitir:		
Serviços de obra	70 935,75	62 136,45
Multas aplicadas	1 339 209,13	1 322 251,52
Encargos gerais de gestão	0,00	22 245,00
Outros não refaturáveis	10 887,26	5,77
Outros Credores	338 472,58	52 490,37
Montantes recebidos por conta de rendas da CMP	169 238,72	13 703,59
Outros	169 233,86	38 786,78
	<b>2 294 846,42</b>	<b>1 980 960,86</b>

A rubrica de Outros devedores – Multas aplicadas, inclui o montante de 1 053 274,46€, que respeita a faturas de multas e custos de fiscalização emitidas ao fornecedor Alexandre Barbosa Borges, relativos à empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2, que não foram liquidadas por este último e cujos processos se encontram em contencioso. O saldo desta rubrica está relacionado com a rubrica do passivo corrente - Multas Aplicadas, na medida que respeita essencialmente a empreitadas executadas ao abrigo de Contratos de Mandato assinados com o MP.



A rubrica de Outros credores – cauções recebidas de terceiros, no total de 3 602 054,70€, refere-se a garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos.

Relativamente às retenções efetuadas, o reconhecimento contabilístico que ocorre naquele momento é o seguinte: débito da conta do fornecedor e crédito da conta “Cauções recebidas de terceiros”. De seguida efetua-se a transferência de fundos da conta de depósitos à ordem para a conta “Depósitos de garantias e cauções”, a qual, foi reclassificada para o ativo não corrente, conforme referido na nota 18.2.4..

#### 18.2.4. – Caixa e depósitos e outros ativos financeiros

Os saldos de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme mapa anexo.

	2022	2021
Caixa	2 124,86	2 306,09
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 564 611,47	1 289 289,95
Outras disponibilidades - depósitos a curto prazo	200 000,00	100 000,00
Caixa e Depósitos	1 766 736,33	1 391 596,04
Retenções de Garantia/depósitos de cauções	3 603 795,48	3 375 452,74
	<u>5 370 531,81</u>	<u>4 767 048,78</u>

Conforme explicado no ponto 18.2.3. – Outras contas a receber e a pagar –, parte das garantias prestadas pelos fornecedores respeitam a reforços da garantia inicial e são efetuados mediante uma retenção no momento do pagamento. No exercício em análise o total acumulado de retenções de garantia e depósitos de caução líquidos de restituições ascendia a 3 603 795,48€ e estão relevados no ativo não corrente na rubrica “Outros Ativos Financeiros”, uma vez que estes valores deverão ser restituídos findo o prazo de garantia da obra, não se encontrando classificados como disponibilidades e, por tal motivo, não relevados na rubrica “Caixa e Depósitos” (Nota 1.2). O remanescente da rubrica “Outros Ativos Financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação de Trabalho relativo ao processamento salarial cujo valor acumulado ascende a 35 563,89€

A rubrica “Outros recebimentos/pagamentos” respeita essencialmente aos subsídios recebidos ao abrigo dos contratos programa celebrados, deduzidos dos subsídios concedidos ao abrigo do contrato “Porto Solidário”, bem como ao recebimento/pagamentos relativos ao IVA.

Relativamente ao programa “Porto Solidário” a relevação dos recebimentos e pagamentos foi a seguinte:

Valor Recebido: 2 903 000€

Valor pago de apoios concedidos: 2 742 975,83€

#### 18.14. – Instrumentos de Capital próprio

O capital estatutário da Domus Social ascende a 500 000€ o qual é detido a 100% pelo Município do Porto, NIPC 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A explicação dos movimentos ocorridos, no exercício, em cada uma das rubricas dos capitais próprios pode ser analisada no quadro D – Demonstração individual das alterações no capital próprio.

O movimento ocorrido no capital próprio reflete a aplicação dos resultados, de acordo com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 26.º dos Estatutos da Domus Social, que consiste na aplicação de 5% do resultado líquido no reforço da Reserva Legal. O montante restante foi aplicado na rubrica de resultados transitados, conforme deliberação da Assembleia Geral.

#### 19 – Benefícios dos empregados

Os encargos referentes ao pessoal, registados em 2022 e 2021, referem-se exclusivamente a benefícios de curto prazo, não existindo responsabilidades com benefícios de médio/longo prazo e estão repartidos da seguinte forma:

RUBRICAS	2022	2021
Remunerações e mensualizações do Conselho de Administração	108 464,59	106 236,84
Remunerações e mensualizações do pessoal	3 057 818,97	2 851 915,65
Encargos sociais	703 361,95	660 591,38
Outros	188 651,93	191 742,55
	<b>4 058 297,44</b>	<b>3 810 486,42</b>

A empresa apresenta, no final de 2022, um quadro de pessoal de 141 colaboradores. A este quadro de pessoal acresce dois administradores executivos e um não executivo e não remunerado.

A Presidência do Conselho de Administração da empresa é exercida pelo administrador não executivo.

#### 20 – Divulgações de partes relacionadas

##### 20.1. – Divulgação de controlo

O MP, Número de Identificação Fiscal (NIF) 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto, detém na totalidade o capital social da Domus Social. O capital social da Domus Social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5€ cada.



A atividade da Domus Social para o Município do Porto é enquadrada por um contrato programa, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Este contrato-programa, revisto anualmente, tem por objeto a definição de objetivos setoriais da Domus Social e a correspondente comparticipação do Município do Porto.

## 20.2. – Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas no período com entidades do grupo CMP estão referidas no quadro F, assim como no quadro seguinte:

Transações	2022			2021		
	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Artº 25 dos Estatutos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Artº 25 dos Estatutos
Empresa-mãe	236 338,57	17 102 802,63	465 000,00	10 998,27	22 292 858,82	100 000,00
Outras partes relacionadas	52 306,49	34 320,36		60 564,07	45 598,52	

## 20.3. – Saldos entre partes relacionadas

Todos os saldos pendentes com a empresa mãe e outras empresas relacionadas estão discriminados na nota 18.2.1. e 18.2.3. deste anexo.

## 23 – Outros

### 23.1. – Diferimentos

Os saldos de 31 de dezembro têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS	2022	2021
<b>SALDOS DEVEDORES</b>		
Contratos de manutenção de software e equipamentos	46 854,25	67 254,97
Rendas e alugueres	16 848,96	0,00
Seguros	0,00	0,00
HST	0,00	0,00
Diversos	13 558,52	13 464,55
	<u>77 261,73</u>	<u>80 719,52</u>
<b>SALDOS CREDITORES</b>		
Subsídio à exploração	90 056,00	54 651,11
Rendimentos a reconhecer	1 007 340,10	832 809,97
	<u>1 097 396,10</u>	<u>887 461,08</u>

A empresa procedeu ainda, no final de 2022, ao diferimento das rendas emitidas em dezembro referentes a janeiro de 2023, no montante de 777 755,78€, rendas essas que ficaram reconhecidas na conta de clientes.

### 23.2. – Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Os FSE ascenderam a 21 642 470,22€ e 27 891 991,55€ referentes a 2022 e 2021, respetivamente, e a sua repartição é a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2022	2021
<b>GASTOS DIRETOS DE OBRA E PARQUE HABITACIONAL</b>		
FSE obras - refaturados à CMP	17 024 874,95	22 348 358,02
FSE obras - refaturados a outras entidades	54 726,37	64 020,16
FSE obras - manutenção corrente do parque habitacional	3 147 898,27	4 557 048,50
FSE- entrega da receita de rendas à CMP (artº 25, nº3 dos Estatutos)	465 000,00	100 000,00
	<u>20 692 499,59</u>	<u>27 069 426,68</u>
<b>GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS</b>		
Outros trabalhos especializados	199 601,80	111 728,74
Publicidade, comunicação e imagem	6 778,06	917,97
Vigilância e segurança	101 992,28	99 022,60
Outros honorários	22 694,00	11 234,99
Conservação e reparação	163 179,97	176 490,63
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 426,26	4 243,01
Livros e documentação técnica	661,17	332,74
Material de escritório	17 776,47	14 685,69
Combustíveis e lubrificantes	9 444,38	6 730,74
Deslocações e estadas	10 500,66	1 297,90
Transporte de pessoal	330,00	330,00
Rendas e alugueres	290 218,94	286 389,59
Comunicação	39 007,69	27 308,00
Seguros	21 716,04	27 559,91
Contencioso e notariado	15 253,36	8 852,68
Despesas de representação dos serviços	365,20	509,64
Limpeza, higiene e conforto	41 281,04	35 856,87
Outros serviços	4 944,97	5 645,59
Encargos bancários	798,34	3 427,58
	<u>949 970,63</u>	<u>822 564,87</u>
	<u>21 642 470,22</u>	<u>27 891 991,55</u>





Os gastos de estrutura totais, ou seja, os não diretamente relacionados com obra, registaram um acréscimo de 15,5% quando comparados com o período homólogo de 2021, representando uma execução de 108,7% do previsto nos IGP para o corrente ano.

Na rubrica de honorários estão incluídos gastos relativos à revisão legal de contas do exercício de 2022 no montante de 11 000,00€.

### 23.3. – Garantias prestadas por terceiros

O montante das garantias prestadas por terceiros em 31 de dezembro ascende a 11 656 165,83€ e tendo sido essas garantias prestadas no âmbito dos contratos celebrados pela Domus Social (contratos de empreitada e contratos de prestação de serviços diversos – projeto, estudos, etc.). A sua subdivisão é a seguinte:

FORMA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA	Montante
Garantias bancárias	5 956 909,62
Seguros caução	2 013 329,86
Depósitos à ordem da Domus Social	83 871,65
Depósitos de caução e retenções para reforço de garantia	3 602 054,70
	<u>11 656 165,83</u>

As garantias prestadas sob a forma de depósito de caução e retenções de garantia estão relevadas na conta de outros devedores e credores no ponto 18.2.3.

### 23.4. – Estado e Outros Entes Públicos

#### 23.4.1. - Impostos correntes

1. A Domus Social está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) que no caso do Município do Porto é de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto.
2. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, cinco anos no caso da segurança social, exceto no caso em que existam prejuízos reportados ou tenham sido utilizados benefícios fiscais. Deste modo as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021, poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora a Domus Social considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais



àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3. É ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC, que consiste na aplicação de uma taxa de imposto de 5%, 10%, 17,5%, 27,5% ou 35% a determinado tipo de gastos referidos na Lei. Na Domus Social, resume-se essencialmente aos gastos com as viaturas, sendo a sua tributação de 10%, 17,5% ou 27,5% consoante o valor da viatura seja inferior ou superior a 25.000€ e também consoante a sua motorização. Estas taxas são elevadas em 10 pontos percentuais quando o sujeito passivo apresente prejuízo fiscal no período de tributação (at.º 88º n.º 14 do CIRC).

#### 23.4.2. - Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem às diferenças temporárias entre os montantes para efeitos contabilísticos e para efeitos fiscais. Relativamente a diferenças temporárias tributáveis, não existem nos períodos de relato situações que impliquem o seu apuramento. Relativamente às diferenças temporárias dedutíveis, o seu reconhecimento depende de se verificarem expectativas razoáveis de matéria coletável positiva futura suficiente para a utilização desses ativos.

A Domus Social não tem quaisquer operações que impliquem relevar impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022.

#### 23.4.3. - Pagamento especial por conta

A Domus Social está sujeita ao pagamento especial por conta (PEC) do IRC, como estabelece o art.º 106º do CIRC, no entanto está dispensada de efetuar o pagamento deste imposto dado que reúne os pressupostos de isenção previstos na alínea e) do n.º 11 do referido artigo.

#### 23.5. - Responsabilidades e direitos não expressos no balanço

- a. As responsabilidades contratuais assumidas pela Domus Social, derivadas de concursos lançados e contratualizados até à data de 31 de dezembro de 2022 ascendem a cerca de 41 000 000€, tendo sido faturado o montante de cerca de 17 000 000€.
- b. Responsabilidades eventuais relativas ao contencioso na presente data.

Encontram-se pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal e no Tribunal Judicial do Porto, os seguintes processos:



N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Objeto do processo
1. 1227/10.2BEPRT	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	<b>2 026 397,16</b>	Bairro Fernão Magalhães
2. 3097/16.8BEPRT	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	<b>20 553,67</b>	Empreitada Reparação Fachadas do Agrupamento Habitacional do Ilhéu
3. 311/18.9BEPRT	TAFPorto- Unidade Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	<b>3 475 728,88</b>	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
4. 544/18.8BEPRT	TAF do Norte - Organica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	<b>32 029,65</b>	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
5. 2136/19.5BEPRT	TAFPorto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	<b>4 877 447,65</b>	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
6. 2640/18.2BEPRT	TAFPorto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	<b>58 319,70</b>	Reabilitação do "envelope" do Bloco 10 do Bairro do Bom Pastor
7. 1957/20.0BEPRT /19.6T8PRT	TAFPorto	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	<b>13 247,69</b>	Requalificação da Associação Cultural e Desportiva do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Falcão
8. 243/20.0BEPRT	TAF do Porto - Unidade Orgânica 1	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	<b>145 566,59</b>	Bairro do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Regado
9. 339/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	<b>532 582,82</b>	Reabilitação de Edifício Habitacional da Zona Histórica do Porto, situado na Rua Tomás Gonzaga, n.ºs 16 a 38
10. 1215/21.3BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	<b>2.130 €</b>	Obras de Remodelação do Gabinete do Inquilino Municipal   Edifício Monte dos Burgos, 12
11. 1216/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	<b>4.144, 14 €</b>	Obras de Remodelação do Arquivo da Direção do Parque habitacional     Edifício Monte dos Burgos, 12
12. 1217/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	<b>4.941,09 €</b>	Obras de Remodelação do Arquivo da Direção do Parque habitacional
13. processo 1876/21.3BEPRT	Tribunal Administrativo e	Dape, Lda.	Ação administrativa	<b>33.720,76 €</b>	Reparação de Anomalias no Bairro de Aldoar,



		Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1				Blocos 9, 11, 13, 15 e 16 - Lote 2
14	Processo 1979_21.4BEPRT (MSANTOS)	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa	<b>887.171,43</b>	Reabilitação do Bairro Monte da Bela, Blocos 1 a 7
15	Processo 2058/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	<b>821.029,65</b>	Rua Tomás Gonzaga, n.º 16 a 38
16	Processo n. 2595/21.6BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Tecnocampo, S.A.	Ação administrativa	<b>72.875,00</b>	Requalificação do Edifício da antiga escola José Gomes Ferreira para instalação do Polo III do Teatro Municipal do Porto.
17	Processo 2058/21.0BEPRT- A (apenso ao processo principal - n.º21)	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 2	Dape, Lda.	Providência Cautelar	<b>83.022,29</b>	Reabilitação de Edifício Habitacional da Zona Histórica do Porto, situado na Rua Tomás Gonzaga, n.ºs 16 a 38
18	Processo: 2382/12.2BEPRT- A	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Vodafone Portugal	Ação administrativa	<b>229 386,42</b>	

De acordo com a informação prestada pelos mandatários judiciais, não é possível estimar com fiabilidade a probabilidade de desfecho (favorável ou desfavorável) das ações, nem mensurar em caso de insucesso a responsabilidade financeira subjacente. É firme convicção da Domus Social, que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis. No entanto, na medida em que estão em causa, essencialmente, obras executadas ao abrigo dos Contratos de Mandato, a responsabilidade final cabe ao MP.

As notas omitidas no presente anexo, não são aplicáveis à Domus Social.

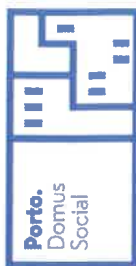
#### 4 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Quadro G - Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento				Total	
		RP	RG	.UE	EMPR	Fundos Alheios				RP	RG	.UE	Fundos Alheios		
	Saldo gerência anterior	1.405.069,43	0,00	0,00	0,00	3.261.979,35	4.667.048,78								
	Operações orçamentais (1)	1.405.069,43				0,00	1.405.069,43	D1	Despesa Corrente	28.189.692,17	0,00	0,00	0,00	28.189.692,17	
	Operações tesouraria (A)	0,00				3.261.979,35	3.261.979,35	D11	Despesas com o pessoal	4.013.045,22				4.013.045,22	
	Receita corrente	28.496.609,78	0,00	0,00	0,00	0,00	28.496.609,78	D12	Remunerações certas e permanentes	3.062.442,32				3.062.442,32	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	24.143,67					24.143,67	D13	Abonos variáveis ou eventuais	73.169,78				73.169,78	
R4	Rendimentos de propriedade	14.611,66					14.611,66	D13	Segurança social	877.433,12				877.433,12	
R5	Transferências correntes	2.942.731,87					2.942.731,87	D2	Aquisição de bens e serviços	21.419.607,90				21.419.607,90	
R51	Administração pública	54.440,63					54.440,63	D3	Juros e outros encargos	4.430,03				4.430,03	
R52	Exterior-EU	2.888.291,24					2.888.291,24	D4	Transferências e Sub. Correntes	2.742.975,83				2.742.975,83	
R6	Venda de bens e serviços	25.209.286,05					25.209.286,05	D6	Outras despesas correntes	9.633,19				9.633,19	
R7	Outras receitas correntes	305.836,53					305.836,53	D6	Despesa Capital	136.983,67	0,00	0,00	0,00	136.983,67	
	Receita capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	D7	Investimento	136.983,67				136.983,67	
R8	Venda de bens de investimento						0,00		Despesa efetiva (5)	28.326.675,84	0,00	0,00	0,00	28.326.675,84	
	Receita efetiva (2)	28.496.609,78	0,00	0,00	0,00	0,00	28.496.609,78		Despesa não efetiva (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita não efetiva (3)	8.247,46	0,00	0,00	0,00	0,00	8.247,46	D9	Outras despesas capital						
R12	Ativos financeiros	8.247,46					8.247,46	D10	Despesa com ativos financeiros						
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	29.909.926,67	0,00	0,00	0,00	0,00	29.909.926,67		Soma (7)=(5)+(6)	28.326.675,84	0,00	0,00	0,00	28.326.675,84	
	Operações de tesouraria (B)	1.628.997,34					1.628.997,34		Operações de tesouraria (C)						
									Saldo para a gerência seguinte	3.212.248,17	0,00	0,00	0,00	3.212.248,17	
									operações orçamentais (8)=(4)-(7)	1.583.250,83				1.583.250,83	
									operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	1.628.997,34				1.628.997,34	
									Saldo global (2)-(5)	169.933,94	0,00	0,00	0,00	169.933,94	
									Despesa primária					28.326.675,84	
									Saldo corrente					306.917,61	
									Saldo de capital					-136.983,67	
									Saldo primário					169.933,94	
									Receita total (1)+(2)+(3)	29.909.926,67	0,00	0,00	0,00	29.909.926,67	
									Despesas Total (5)+(6)	28.326.675,84	0,00	0,00	0,00	28.326.675,84	

Quadro H – Demonstração de execução orçamental de receita

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos por cobrar no final do período (11)
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(8)+(9)	
	<b>Receita Corrente</b>	<b>36 522 384,63</b>	<b>2 645 235,37</b>	<b>29 958 642,83</b>	<b>249 181,59</b>	<b>28 496 609,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215 347,46</b>	<b>28 281 262,32</b>	<b>28 496 609,78</b>	<b>3 858 086,83</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	8 240,00	2 184,82	27 418,24	508,32	24 143,67	0,00	0,00	2 537,53	21 606,14	24 143,67	4 951,07
R4	Rendimentos de propriedade	1 685,00	231,93	14 611,66	0,00	14 611,66	0,00	0,00	0,00	14 611,66	14 611,66	231,93
R5	Transferências correntes	54 440,63	0,00	54 440,63	0,00	54 440,63	0,00	0,00	0,00	54 440,63	54 440,63	0,00
R51	Administração pública											
R52	Exterior - UE	54 440,63	0,00	54 440,63	0,00	54 440,63	0,00	0,00	0,00	54 440,63	54 440,63	0,00
R53	Outras											
R6	Venda de bens e serviços	32 767 363,00	2 642 227,32	26 645 799,53	226 428,27	25 209 286,05	0,00	0,00	212 809,93	24 996 476,12	25 209 286,05	3 852 312,53
R7	Outras receitas correntes	3 690 656,00	591,30	3 216 372,77	22 245,00	3 194 127,77	0,00	0,00	0,00	3 194 127,77	3 194 127,77	591,30
	<b>Receita de capital</b>	<b>62,84</b>	<b>0,00</b>	<b>8 247,46</b>	<b>0,00</b>	<b>8 247,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 247,46</b>	<b>8 247,46</b>	<b>0,01</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
R9	Transferências de capital											0,01
R91	Administrações públicas											0,01
R92	Exterior - UE											0,01
R93	Outras											0,01
R12	Ativos financeiros	62,84	0,00	8 247,46	0,00	8 247,46	0,00	0,00	0,00	8 247,46	8 247,46	0,01
	Reposição não abatida aos pagamentos											
R11	<b>Receita efetiva [L]</b>	<b>36 522 447,47</b>	<b>2 645 235,37</b>	<b>29 966 890,29</b>	<b>249 181,59</b>	<b>28 504 857,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215 347,46</b>	<b>28 289 509,78</b>	<b>28 504 857,24</b>	<b>3 858 086,84</b>



Quadro I - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar períodos anteriores (1)	Dotação corrigida (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)		
	<b>Despesa corrente</b>	537 129,49	36 639 842,07	0	29 620 973,88	29 620 973,88	294 136,42	27 895 555,75	28 189 692,17	0,00	1 431 281,71
D1	Despesas com o pessoal	106 523,58	4 238 476,35	0	4 150 440,48	4 150 440,48	95 568,21	3 917 477,01	4 013 045,22	0,00	137 395,26
D11	Remunerações certas e permanentes	85 123,19	3 166 814,14	0	3 166 814,14	3 166 814,14	77 080,12	2 985 362,20	3 062 442,32	0,00	104 371,82
D12	Abonos variáveis ou eventuais	708,02	84 038,72	0	80 389,56	80 389,56	293,95	72 875,83	73 169,78	0,00	7 219,78
D13	Segurança social	20 692,37	987 623,49	0	903 236,78	903 236,78	18 194,14	859 238,98	877 433,12	0,00	25 803,66
D2	Aquisição de bens e serviços	429 789,47	29 361 813,03	0	22 712 677,91	22 712 677,91	198 568,21	21 221 039,69	21 419 607,90	0,00	1 293 070,01
D3	Juros e outros encargos	0,00	4 550,00	0	4 430,03	4 430,03	0,00	4 430,03	4 430,03	0,00	0,00
D4	Transferências correntes								0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	2 995 700,00	0,00	2 742 975,83	2 742 975,83	0,00	2 742 975,83	2 742 975,83	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	816,44	39 302,69	0	10 449,63	10 449,63	0,00	9 633,19	9 633,19	0,00	816,44
	<b>Despesa de capital</b>	0,00	624 854,00	0	137 644,97	137 644,97	0,00	136 983,67	136 983,67	0,00	661,30
D7	Investimento	0,00	624 854,00	0	137 644,97	137 644,97	0,00	136 983,67	136 983,67	0,00	661,30
D8	Transferências de capital								0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas capital								0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros								0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros								0,00	0,00	0,00
	<b>Total</b>	537 129,49	37 264 696,07	0	29 758 618,85	29 758 618,85	294 136,42	28 032 539,42	28 326 675,84	0,00	1 431 943,01

Quadro J – Demonstração da execução do plano plurianual de investimento

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rúbrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível Execução financeira anual (%)	Nível Execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano n	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano n	Total		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)	(19)
Funcionamento de serviços	2	Atualização geral do Power BI	D7	(O)		55 350			2022	2022	55 350	0	55 350	0	0	0	0%	0%
Funcionamento de serviços	20220006	Sistema de "Disaster Recovery"	D7	(O)		159 900			2022	2022	159 900	0	159 900	0	0	0	0%	0%
Funcionamento de serviços	20220010	App disponibilização de serviços	D7	(O)		24 600			2022	2022	24 600	0	24 600	0	0	0	0%	0%
Funcionamento de serviços	20220011	Reformulação portal de atendimento (1)	D7	(O)		36 900			2021	2022	36 900	0	36 900	11 070	25 830	36 900	70%	100%
Funcionamento de serviços	20220012	Desmaterialização de processos	D7	(O)		73 185			2021	2022	73 185	0	73 185	3 100	4 219	7 319	6%	10%
Funcionamento de serviços	20220013	Ref. e expansão rede comunicações (2)	D7	(O)		73 185			2021	2022	73 185	0	73 185	10 978	62 207	73 185	85%	100%
Funcionamento de serviços	20220017	Atualização geral do software	D7	(O)		246 000			2023	2026	0	246 000	246 000	0	0	0	n/a	0%
		<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>669 120</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>423 120</b>	<b>246 000</b>	<b>669 120</b>	<b>25 147</b>	<b>92 256</b>	<b>117 404</b>	<b>21,8%</b>	<b>17,5%</b>

(1) O montante previsto nos IGP's 2022-2026 era de 12.300€, tendo sido este valor atualizado para o constante da adjudicação.

(2) O montante previsto nos IGP's 2022-2026 era de 79.950€, tendo sido este valor atualizado para o constante da adjudicação.



M- 

## 5 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

### 1 - Alterações orçamentais da receita

Rúbrica	Tipo	Receita						Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas		
			Inscrições/Reforço	Diminuições/anulações	Créditos Especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	=(7)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	
R5	M	0,00	54 440,63			54 440,63		
R6	M	32 590 097,00	5 909 936,00	5 732 670,00		32 767 363,00		
R7	M	4 335 677,00	253 000,00	898 021,00		3 690 656,00		
<b>Total</b>		<b>36 925 774,00</b>	<b>6 217 376,63</b>	<b>6 630 691,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36 512 459,63</b>		

### 2 - Alterações orçamentais da despesa.

Rúbrica	Tipo	Despesa						Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas		
			Inscrições/Reforço	Diminuições/anulações	Créditos Especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	=(7)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	
D1	P	4 214 267,00	370 377,48	346 168,13	0,00	4 238 476,35		
D2	P/M	29 306 008,00	8 895 209,83	8 839 404,80	0,00	29 361 813,03		
D3	P	0,00	4 550,00	0,00	0,00	4 550,00		
D5	P/M	2 650 000,00	346 000,00	300,00	0,00	2 995 700,00		
D6	P	39 214,00	62,80	-25,89	0,00	39 302,69		
D7	P	624 854,00	79 068,82	79 068,82	0,00	624 854,00		
<b>Total</b>		<b>36 834 343,00</b>	<b>9 695 268,93</b>	<b>9 264 915,86</b>	<b>0,00</b>	<b>37 264 696,07</b>		



### 3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável

### 4 – Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0713	Constituição e Reforço Cauções e Garantias	3 160 822,27	984 853,89		4 145 676,16
071223	Recebimento de rendas anteriores a 01/01/2012 e FDZH	42 154,56	190 203,16		232 357,72
0717	Recebimentos/Pagamentos Duplicados				0,00
0719	Outras receitas	259 002,62	453 952,19	12,00	712 942,81
072223	Devolução de rendas anteriores a 01/01/2012 e FDZH		7 803,48	-202 357,55	-194 554,07
0723	Devolução de Cauções e Garantias			-756 511,26	-756 511,26
07291	Outras despesas de oper. Tesouraria			-216 060,58	-216 060,58
07299	Pagamentos a Regularizar		98 629,90	-235 199,70	-136 569,80
	<b>Total</b>	<b>3 461 979,45</b>	<b>1 735 442,62</b>	<b>-1 410 117,09</b>	<b>3 787 280,98</b>

## 5 – Contratação administrativa

### 5.1 – Situação dos contratos

Entidade	Contrato				Visto Tribunal de Contas	Data 1º pagamento	Pagamentos no período							Pagamentos acumulados						
	Objeto	Data	Valor	Preço			N.º Registo	Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos complementares	Suprimento de erros ou omissões	Outros incluindo trabalhos a menos	Total	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos complementares	Suprimento de erros ou omissões	Outros incluindo trabalhos a menos	Total
CONSTRUÇÃO, S.A.	Cerco do Porto (Gigante - Lote 2 - 7, 8, 10, 15, 17, 19 e 20)	28/06/2019	3 749 791,10	3 749 791,10	2302 / 2019	04/09/2019	63 118,85	11 759,48	0,00	0,00	6 433,54	81 311,87	3 505 068,52	205 159,50	8 777,60	218 926,86	6 433,54	3 944 366,0		
CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação dos blocos 2 a 9, 11, 13 e 15 do Conjunto de Habitação Pasteleira	20/10/2020	3 544 625,03	3 544 625,03		23/03/2021	1 081 224,10	279 434,32	0,00	89 674,88	42 597,13	1 492 930,43	3 349 701,41	396 291,32	0,00	124 910,07	68 596,43	3 939 499,2		
CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação dos blocos 10, 12, 14 e 17 a 22 do Conjunto de Habitação Pasteleira	16/10/2020	3 412 218,22	3 412 218,22		23/03/2021	1 332 213,75	246 076,41	0,00	114 252,63	134 274,77	1 826 817,56	3 144 540,54	337 782,25	0,00	170 262,81	134 274,77	3 786 860,3		
CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação dos blocos 10 e 12 a 15 do bairro do falcão	10/07/2020	2 849 997,93	2 849 997,93		16/12/2020	568 796,98	158 152,31	8 154,77	12 162,23	0,00	747 266,29	2 635 245,00	271 794,91	93 192,44	102 329,49	0,00	3 102 561,8		
3EFEBAL II, S.A.	Reabilitação do bairro São João de Deus Volumes 22 a 38 e H1	21/09/2020	2 159 929,00	2 159 929,00		30/12/2020	1 104 731,62	364 816,18	55 710,17	148 589,22	90 474,48	1 764 321,67	2 290 757,77	364 816,18	75 249,07	210 099,54	97 780,38	3 038 702,9		

CONSTRUÇÃO DE CORTE RECTO - ENG.ª E CONSTRUÇÃO, S.A.	Cerco do Porto (Gigante - Lote 1 - 1, 2 e 3)	06/08/2019	1 594 960,58	1 594 960,58	2791 / 2019	15/10/2019	12/12/2019	0,00	2 804,04	1 901,73	0,00	0,00	4 705,77	1 426 872,16	73 408,33	8 115,03	126 729,67	0,00	1 635 125,1
CONSTRUÇÃO DE CONFERSOC, JNIPESSOAL, D.A.	Acordo Quadro Brigada - Lote 8	03/08/2018	414 229,13	414 228,67			09/11/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	263 067,41	263 067,41	1 271 596,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1 271 596,5
IL SILVA FARIA, D.A.	Maceda (7, 8, 9)	13/09/2019	991 094,47	991 094,47	3069 / 2019	15/11/2019	12/12/2019	15 751,17	70 311,85	0,00	0,00	187 279,70	273 342,72	973 604,38	90 360,41	1 067,60	60 504,74	0,00	1 125 537,1
RMÃOS VIOREIRAS, S.A.	Acordo Quadro Brigada - Lote 3	30/07/2018	675 525,12	675 525,00			09/11/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	229 481,22	229 481,22	1 025 772,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1 025 772,8
ZOFRIEL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO JNIPESSOAL, S.A.	Acordo Quadro Brigada - Lote 2	30/07/2018	996 108,51	996 108,00			09/11/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	189 759,25	189 759,25	940 918,54	0,00	0,00	0,00	0,00	940 918,5
REVICALCADA JNIPESSOAL, D.A.	Acordo Quadro Brigada - Lote 1	03/08/2018	996 108,51	996 108,00			31/10/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	193 946,81	193 946,81	907 564,41	0,00	0,00	0,00	0,00	907 564,4
NEW MAGINATION PROJECT, LDA.	Reabilitação de edifícios na Rua da Arménia n.º 75/ Rua de Miragaia n.º 58, Rua da Arménia n.º 73/ Rua de Miragaia n.º 56	06/10/2020	627 052,25	627 052,25			17/12/2020	40 671,02	83 662,43	7 913,58	65 628,00	226 003,01	423 878,04	614 611,73	97 723,41	15 440,72	55 085,76	65 628,00	848 489,6
NEW MAGINATION PROJECT, LDA.	Obras de manut. Ext.do Bairro do Carrical - Lote 1	23/10/2020	752 100,00	752 100,00			17/12/2020	0,00	565,76	0,00	0,00	0,00	565,76	736 116,23	24 718,54	6 338,15	8 025,90	0,00	775 198,8
JMCS, JNIPESSOAL, D.A.	Reabilitação Agrupamento Habitacional das Condominhas Blocos B1, C1, C2, C3, C7	07/01/2022	782 431,94	782 431,94			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	763 988,94	763 988,94	763 988,94	0,00	0,00	0,00	0,00	763 988,9

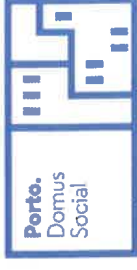
CONSTRUÇÃO 3 CORTE RECTO - ENG.º E CONSTRUÇÃO, S.A.	Falcão (Lote 1 - 11)	26/11/ 2019	774 879,58	774 879,58	774 879,58	4012 / 2019	04/02/ 2020	27/12/ 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 366,09	0,00	6 824,51	0,00	731 449,0
BERMOINHOS	Acordo Quadro Brigada - Lote 4	04/10/ 2018	470 224,99	470 224,99	470 224,99			12/12/ 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	719 202,8
ENGENHARIA, JNIPESOA, LDA.	Rua das Carvalheiras, 153, 157, 161 e 163	15/05/ 2019	611 276,00	611 276,00	611 276,00	1780 / 2019	25/07/ 2019	15/11/ 2019	0,00	0,00	0,00	4 654,65	4 654,65	23 075,99	32 870,18	16 067,25	4 654,65	679 900,3
EDP COMERCIAL - COMERC. DE ENERGIA, S.A.	Aquisição de energia elétrica para zonas comuns dos edifícios habitação Social	21/10/ 2019	838 250,05	1 022 665,06	1 022 665,06			30/01/ 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607 792,1
RMÃOS MOREIRAS, S.A.	Acordo quadro para a execução de intervensões de manutenção com carro grua	15/07/ 2020	900 000,04	900 000,04	900 000,04			30/09/ 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545 633,3
CONSTRUÇÃO 3 CORTE RECTO - ENG.º E CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação dos blocos 16 e 23 a 27 do Bairro da Pasteleira	19/10/ 2021	2 648 954,04	2 648 954,04	2 648 954,04			15/06/ 2022	50 014,24	2 592,00	0,00	0,00	529 477,38	50 014,24	2 592,00	0,00	0,00	529 477,3
TELHADOS DE ÁGUA - CONSTRUÇÃO 3, JNIPESOA, LDA.	Requalificação do abrigo dos pequenos para as Reservas Municipais	16/04/ 2021	1 230 774,74	1 230 774,74	1 230 774,74	1250 / 2021	20/08/ 2021	29/10/ 2021	37 771,91	18 367,68	0,00	0,00	356 436,82	40 419,91	18 367,68	0,00	0,00	423 660,3
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Reabilitação e edificação na Rua D. João IV, 792 e 800	23/06/ 2020	547 965,39	547 965,39	547 965,39			07/08/ 2020	6 498,76	0,00	0,00	0,00	6 498,76	4 687,50	30 946,41	445,90	390 096,5	
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Manutenção exterior dos blocos 6 a 11 dos edifícios	07/01/ 2021	375 000,00	375 000,00	375 000,00			15/04/ 2021	311,88	0,00	0,00	0,00	311,88	14 033,27	14 637,05	6 140,14	0,00	382 586,4

ANTONIO MANUEL DE JESUS ROCHA, JUNIPESSOAL, LDA.	01/08/2018	505 426,64	505 426,50	09/11/2018	73 651,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376 902,21	0,00	0,00	376 902,2
ACORDO QUADRO BRIGADAS - LOTE 5																			
RIOBOCO - SERVICOS SERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	26/03/2019	267 800,00	329 394,00	31/07/2019	102 735,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356 656,84	0,00	0,00	356 656,8
FISCALIZAÇÃO DE CASAS DEVOLUTAS - LOTE 1																			
SIGNINUM - GESTÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL, LDA.	01/09/2020	316 198,39	316 198,39	15/03/2021	0,00	153,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316 198,39	0,00	0,00	355 602,5
REABILITAÇÃO DE COBERTURAS E DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA CASA DO INFANTE																			
REC - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.	08/04/2021	284 770,70	284 770,70	30/07/2021	171 235,06	28 480,43	10 591,46	19 896,28	2 300,67	232 503,90	282 367,01	32 334,14	10 591,46	19 896,28	2 300,67	282 367,01	10 591,46	19 896,28	347 489,5
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DA VITÓRIA, N.º 281/283 e escadas da Vitória s/ n.º																			
OPENLINE FACILITY SERVICES, S.A.	30/07/2018	309 587,00	309 587,00	09/11/2018	99 415,93	0,00	0,00	0,00	0,00	99 415,93	333 739,08	0,00	0,00	0,00	0,00	333 739,08	0,00	0,00	333 739,0
ACORDO QUADRO BRIGADAS - LOTE 9																			
MEIKEGEST - ENGENHARIA, LDA.	26/03/2019	274 200,00	337 266,00	14/08/2019	77 050,37	0,00	0,00	0,00	0,00	77 050,37	303 898,01	0,00	0,00	0,00	0,00	303 898,01	0,00	0,00	303 898,0
FISCALIZAÇÃO DE CASAS DEVOLUTAS - LOTE 2																			
NEW MAGINATION PROJECT, LDA.	08/02/2022	248 347,95	248 347,95	12/05/2022	220 438,65	4 845,32	26 951,00	4 923,50	29 160,68	286 319,15	220 438,65	4 845,32	26 951,00	4 923,50	220 438,65	4 845,32	26 951,00	29 160,68	286 319,1
REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO NA RUA DR. BARBOSA DE CASTRO N.º 10/14																			
PEMI - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.	30/08/2021	235 208,14	235 208,14	18/11/2021	108 859,01	20 188,19	0,00	25 696,69	0,00	154 743,89	227 111,93	20 188,19	0,00	25 696,69	0,00	227 111,93	0,00	25 696,69	272 996,8
REABILITAÇÃO DO AGRUPAMENTO HABITACIONAL DAS CONDOMÍNIAS - BLOCO A1/C5 - LOTE N.º 6																			



PEMI - ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, S.A.	Ampliação dos balneários centrais nas Oficinas Gerais da Câmara Municipal do Porto, Carvalhido	22/11/2021	659 860,16	659 860,16	245 877,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252 929,4
PEMI - ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação do Agrupamento Habitacional das Condominhas - Bloco C5/B3 - Lote n.º 8	30/08/2021	241 034,21	241 034,21	186 781,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212 428,9
EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	Aquisição de Serviços de Vigilância do Edifício da Domus Social	15/04/2021	203 914,56	250 814,91	114 956,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 623,2
PEMI - ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação do Agrupamento Habitacional das Condominhas - Bloco B2/C4 - Lote n.º 7	30/08/2021	245 730,34	245 730,34	171 859,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177 294,4
CLEAN BREEZE ENGENHARIA DE SERVIÇOS, S.A.	Acordo Quadro Brigadas - Lote 7	02/08/2018	309 586,97	380 791,97	8 443,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167 747,2
PEMI - ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, S.A.	Beneficiação do recreio da EB das Condominhas	11/06/2021	161 328,13	161 328,13	0,00	792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167 074,6
RIOBOCO - SERVIÇOS SERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	Acordo Quadro Brigadas - Lote 6	30/07/2018	155 174,73	190 864,92	33 028,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153 233,8
SIS 2048 - SISTEMAS INFORMATICO S E COMUNICAÇÕ ES, S.A	Licenciamento de produtos Microsoft	06/10/2021	181 194,87	222 869,69	76 491,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 781,0





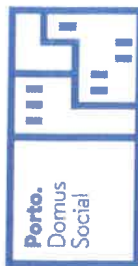
ENGENHARIA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.	iscação da empreitada de reabilitação do bairro S. João Deus Volumes 22 a 38 e H1	06/11/2020	71 969,01	88 521,88		28/12/2020	7 205,34	0,00	28 821,36	0,00	16 127,76	52 154,46	92 981,24	0,00	28 821,36	0,00	23 333,10	145 135,7
ENGENHARIA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.	Fiscalização da empreitada de reabilitação dos blocos 10 e 12 a 15 do Falcão	16/09/2020	113 970,01	140 183,11		28/12/2020	41 303,40	0,00	0,00	0,00	0,00	41 303,40	138 467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	138 467,2
ROBOCO - SERVIÇOS SERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	Fiscalização empreitada nos blocos 10, 12, 14 e 17 a 22 da Pasteleira-Lote 2	28/11/2020	99 242,51	122 068,29		15/03/2021	51 993,62	0,00	0,00	0,00	0,00	51 993,62	122 068,26	0,00	0,00	0,00	0,00	122 068,2
REAL MILENIUM CONSTRUÇÃO S. S.A.	Construção do ramal de saneamento para o Horto Municipal	25/08/2021	114 556,28	114 556,28		17/12/2021	86 526,81	6 838,46	0,00	0,00	0,00	93 365,27	114 326,28	6 838,46	0,00	0,00	0,00	121 164,7
MVCC - VEIRA E CAMILO CORTESÃO, ARQUIT., LDA.	Elaboração de projeto de arranjo urbanístico do espaço Público das Campinas	17/02/2020	91 700,00	112 791,00		30/09/2020	39 124,76	0,00	39 124,76	0,00	0,00	78 249,52	67 322,51	0,00	39 124,76	0,00	0,00	106 447,2
EDIVALOR - CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, S.A.	Substituição do Revestimento em Fibrocimento da Cobertura da EB do Lagarteiro	29/07/2020	98 000,00	98 000,00		09/09/2021	0,00	433,95	0,00	0,00	0,00	433,95	98 000,00	5 561,21	0,00	0,00	0,00	103 561,2
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Manutenção exterior edifícios do Bairro Pio XII Blocos A, B, C - Lote 1	17/06/2022	346 188,51	346 188,51		30/09/2022	99 598,90	0,00	0,00	0,00	0,00	99 598,90	99 598,90	0,00	0,00	0,00	0,00	99 598,9
POUTERMICA ENGENHARIA, S.A.	Reformulação do sistema de aquecimento da Casa Tait	07/03/2022	89 036,13	89 036,13		30/06/2022	86 566,13	4 281,31	5 179,17	5 179,17	0,00	96 026,61	86 566,13	4 281,31	5 179,17	0,00	0,00	96 026,6
SECURITAS - SERVIÇOS E	Manutenção de	18/09/2018	82 632,00	101 637,36		27/12/2018	10 174,04	0,00	0,00	0,00	0,00	10 174,04	93 078,37	0,00	0,00	0,00	0,00	93 078,3











Manutenção geral em sistemas AVAC em edifícios municipais	17/03/2022	217 742,88	267 823,74	30/05/2022	60 344,52	60 344,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 344,5
Obras de Beneficção Interior em Habitações Municipais Devolutas no Bairro da Pasteleira																
bloco 14 - entrada 133 - casa 21, bloco 16 - entrada 96 - casa 22, bloco 16 - entrada 130 - casa 54, bloco 21 - entrada 42 - casa 13 e bloco 22 - entrada 12 - casa 14	18/08/2022	66 027,01	66 027,01	28/10/2022	59 826,07	59 826,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 826,0
Reabilitação dos Blocos 13 e 26 do Bairro do Cerco do Porto - Lote 2	26/08/2022	1 001 270,45	1 001 270,45	30/12/2022	58 366,21	58 366,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 366,2
Fiscalização empreitada nos blocos 2 a 9, 13 e 15 da Pasteleira - Lote 1	28/11/2020	99 242,51	122 068,29	15/03/2021	51 993,64	51 993,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 020,6
Reabilitação e adaptação na Unidade Empresarial de Paranhos	11/03/2022	609 351,65	609 351,65	29/09/2022	57 682,42	57 682,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 682,4
Reabilitação da Casa de Ferro de Magalhães	05/07/2021	54 406,40	54 406,40	12/10/2021	0,00	54 406,40	1 709,78	0,00	0,00	0,00	1 709,78	0,00	0,00	0,00	0,00	56 116,1

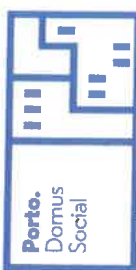



RIOBOCO - SERVIÇOS SERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	30/08/2021	119 275,00	146 708,25		30/05/2022	55 605,24	55 605,24	55 605,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55 605,2
Aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo da obra Obras de Reabilitação e Beneficiação dos Blocos 16 e 23 a 27 do conjunto de Habitação Social da Pasteleira																	
MANATA E FERNANDES ARQUITECTOS, LDA.	04/11/2020	49 650,00	61 069,50		28/12/2020	24 427,80	24 427,80	24 427,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54 962,5
ELABORAÇÃO projeto de reabilitação e adaptação de edifício para Escola de artes do Espetaculo																	
ZARAVELA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	28/12/2021	54 240,85	54 240,85		05/01/2022	54 240,85	54 240,85	54 240,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54 240,8
AQUISIÇÃO de serviços de seguros ano 2022 - Lote 1																	
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	28/12/2021	66 323,13	66 323,13		31/01/2022	52 945,77	52 945,77	52 945,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 945,7
AQUISIÇÃO de Serviços de Seguros saúde 2022 - Lote 2																	
JOSE GIGANTE ARQUITECTO, LDA.	17/02/2020	80 000,00	98 400,00		16/10/2020	21 894,00	21 894,00	21 894,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 261,5
ELABORAÇÃO de projeto reabilitação e remodelação parcial do Palácio dos Correios																	
NDRÁ SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	27/08/2021	40 000,00	49 200,00		17/12/2021	18 450,00	18 450,00	18 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 200,0
BOLSA de horas de serviços de apoio à exploração do esigma																	
FARPROTEC - COMERC. UNIFORMES E EQ. PROT. IND., LDA.	15/05/2020	74 945,00	92 182,35		07/08/2020	13 251,16	13 251,16	13 251,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 242,5
MANUTENÇÃO de equipamentos de combate a incêndio																	
RIOBOCO - SERVIÇOS SERAIS, S.A.	23/06/2019	0,01	0,01		29/11/2019	0,00	18 599,05	18 599,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 203,9
DIREITO de Opção - Fiscalização de casas																	









ANNATA E FERNANDES ARQUITECTOS, LDA.	Projeto de reabilitação/re novação da ilha Pêgo Negro	26/08/2016	30 000,00	36 900,00		30/12/2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 118,00	8 118,00	31 365,00	0,00	0,00	0,00	8 118,00	39 483,00
PRODEDEF, JUNIPESSOAL, LDA.	Obras de Beneficiação Interior em Habitações Municipais Devolutas	15/09/2022	39 215,00	39 215,00		28/10/2022	39 215,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	39 315,00	39 215,00	0,00	100,00	0,00	0,00	39 315,00
OUTSIDE WORKS, LDA.	Instalação e certificação de linhas de vida em coberturas de bairros	17/02/2022	43 041,06	43 041,06		31/08/2022	38 767,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38 767,73	38 767,73	0,00	0,00	0,00	0,00	38 767,7
DUOLINEA - ARQUITECTURA E ENGENHARIA, LDA.	Projeto de requal. das casas de ponto no bairro das Campinas, Ervilha, Fernão Magalhães e Bom Sucesso	28/12/2018	19 500,00	23 985,00		29/03/2019	1 630,23	0,00	0,00	0,00	3 223,08	4 853,31	24 491,01	24 491,01	0,00	0,00	0,00	14 091,36	38 582,3
REAL MILENIUM CARMAGE - CONSTRUÇÃO, S.A.	Reabilitação do R/C do edifício Rua São Sebastião n.º 43 e Pena Ventosa n.º 46	25/08/2022	47 919,71	47 919,71		30/11/2022	37 278,07	0,00	0,00	0,00	0,00	37 278,07	37 278,07	37 278,07	0,00	0,00	0,00	0,00	37 278,0
ICTIL - SMARTCODE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, LDA.	Desenvolvimento do Portal de Atendimento e Portal do Inquilino/Munícipe	29/10/2021	30 000,00	36 900,00		21/12/2021	25 830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 830,00	36 900,00	36 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 900,0
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Manutenção exterior dos edifícios 1 e 3 do Bairro de Contumil	03/10/2022	695 974,00	695 974,00		13/12/2022	36 890,89	0,00	0,00	0,00	0,00	36 890,89	36 890,89	36 890,89	0,00	0,00	0,00	0,00	36 890,8
BRACA CORREIA, LDA.	Projeto de arranjo urbanístico do espaço público	19/09/2019	49 470,00	60 848,10		30/01/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	6 150,00	6 150,00	30 424,06	30 424,06	0,00	0,00	0,00	6 150,00	36 574,0





ACORDO QUADRO SINGULAR PARA A EXECUÇÃO DE INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM INFRAESTRUTURAS DESTINADAS À HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ZONA OCIDENTAL DO MUNICÍPIO DO PORTO	11/08/2022	29 999,99	29 999,99	29 987,47	29 987,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 987,4
ACORDO QUADRO SINGULAR PARA A EXECUÇÃO DE INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO EM INFRAESTRUTURAS DO MUNICÍPIO DO PORTO	13/08/2022	29 999,99	29 999,99	29 922,29	29 922,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 922,2
ACORDO QUADRO SINGULAR PARA A EXECUÇÃO DE INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM INFRAESTRUTURAS DESTINADAS À HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ZONA ORIENTAL DO MUNICÍPIO DO PORTO	11/08/2022	29 999,99	29 999,99	29 897,28	29 897,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 897,2
ACORDO QUADRO TRABALHOS DE	20/09/2022	30 000,00	30 000,00	29 522,74	29 522,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 522,7



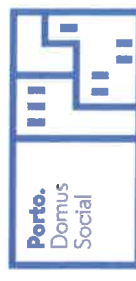




municipais ocupadas																				
CONSTRUCOES REFINANCIAMENTO SA, LDA.	Obras no Muro de Contenção no Bairro da Pasteleira	01/10/2021	28 845,27	28 845,27	28 845,27	0,00	0,00	0,00	0,00	28 845,27	28 845,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 845,2
AMG SERVICES, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza em garagens de edifícios de habitação social	19/12/2019	28 135,98	34 607,26	5 767,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5 767,88	28 839,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 839,4
EASEPLAN PORTUGAL- COM.F ALUG AUT E EQ., LIMOUSINE JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW PASSAT AUT E EQ., LIMOUSINE JNIP, LDA.	05/06/2018	21 180,48	25 431,40	3 200,99	0,00	2 758,45	0,00	0,00	5 959,44	25 195,75	0,00	0,00	0,00	2 994,10	0,00	0,00	0,00	0,00	28 189,8
EASEPLAN PORTUGAL- COM.F ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	21 180,48	25 431,40	3 137,97	0,00	2 443,40	0,00	0,00	5 581,37	25 258,77	0,00	0,00	0,00	2 616,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27 874,8
MANUEL VIEIRA E VUNES, LDA.	Obras de reabilitação no interior de habitações municipais ocupadas	24/09/2021	27 129,39	27 129,39	0,00	751,35	0,00	0,00	0,00	751,35	27 129,36	751,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 880,7
3+ CONSULTING, LDA.	Projeto de execução para obras de reabilitação do Agrupamento Rainha D. Leonor	25/09/2017	22 500,00	27 675,00	249,08	0,00	0,00	0,00	0,00	249,08	27 675,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 675,0
EASEPLAN PORTUGAL- COM.F ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 99-UQ-92	05/06/2018	21 201,12	25 456,18	3 068,78	0,00	2 077,35	0,00	0,00	5 146,13	25 305,14	0,00	0,00	0,00	2 077,35	0,00	0,00	0,00	0,00	27 382,4
EASEPLAN PORTUGAL- COM.F ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 00-UR-04	05/06/2018	21 201,12	25 456,18	3 068,78	0,00	2 077,35	0,00	0,00	5 146,13	25 305,14	0,00	0,00	0,00	2 077,35	0,00	0,00	0,00	0,00	27 382,4



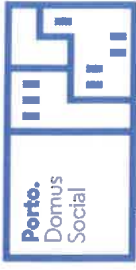
*Handwritten signature*



ANTONIO SIMOES E SIMOES, LDA.	Beneficiação acústica de gabinetes de atendimento ao público na CPCJ Ocidental	16/07/2021	26 340,00	26 340,00	26 340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	592,18	26 340,00	592,18	0,00	0,00	0,00	26 932,1
LEASEPLAN PORTUGAL - COM LE ALUG AUT E EQ, JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 11-VA-82	05/06/2018	21 201,12	25 456,18	3 068,78	0,00	2 077,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 774,48	5 146,13	2 077,35	0,00	0,00	26 851,8
ARTICULA ESPIRAL - JNIPessoal, LDA.	Requalificação da Casa de Ponto do Bairro das Campinas	27/01/2022	25 071,16	25 071,16	25 071,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 348,03	25 071,16	26 419,19	0,00	0,00	0,00	26 419,1
COMUNICAÇÃO S, S.A.	Serviços de comunicações	25/03/2020	29 305,31	36 045,53	12 538,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 321,44	12 538,27	0,00	0,00	0,00	26 321,4
ZEFERINO BANDEIRA, LDA.	Acordo Quadro Manutenção Construção Civil Parque Escolar outras infraestruturas	04/10/2022	29 999,99	29 999,99	26 318,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 318,98	26 318,98	0,00	0,00	0,00	26 318,9
IRURGIAS JRBANAS II - ARQUITECTURA E REABILIT, LDA	Elaboração de projeto de reabilitação da Colónia Operária Viterbo Campos	13/03/2020	23 150,00	28 474,50	11 389,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 627,05	11 389,80	0,00	0,00	0,00	25 627,0
CASTRO CALAPEZ - ARQUITECTOS, LDA.	Elaboração de projeto de execução para complementar os projetos do bairro Falcão	25/05/2018	22 930,00	28 203,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 383,51	0,00	0,00	0,00	0,00	25 383,5
SCHMITT - ELEVADORES, LDA.	Intervenção corretiva no elevador da Rua do Molhe	10/05/2021	20 940,00	25 756,20	36,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 350,30	36,90	0,00	0,00	0,00	25 350,3
CONICA VINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UN, LDA	Serviços de manutenção de equipamento de impressão	20/02/2020	26 000,00	31 980,00	1 955,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 938,29	1 955,70	0,00	0,00	0,00	24 938,2



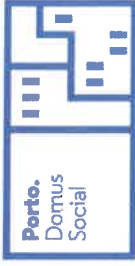
MEIDIGICS - SERVIÇOS MEDICOS, S.A.	Aquisição de serviços de medicina e saúde no trabalho	23/10/2019	23 853,00	23 853,00	23 853,00	06/12/2019	7 288,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 852,88	0,00	23 852,8
COTEFIS - GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Inpeção, diagnóstico e projeto de correção de anomalias nos blocos 1 a 9 Falcão	05/11/2019	21 490,00	26 432,70	26 432,70	13/03/2020	17 181,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 789,44	0,00	23 789,4
EASEPLAN PORTUGAL- COM.E ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	20 551,67	24 676,39	2151 / 2018	10/08/2018	2 792,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 121,94	0,00	23 756,4
EASEPLAN PORTUGAL- COM.E ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	20 551,68	24 676,40	2151 / 2018	10/08/2018	2 786,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 116,04	0,00	23 721,0
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, S.A.	Fiscalização e controlo da empreitada de Reabilitação do Bairro São João de Deus	17/10/2022	19 107,00	23 501,61			23 501,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 501,61	0,00	23 501,6
EASEPLAN PORTUGAL- COM.E ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	20 551,68	24 676,40	2151 / 2018	10/08/2018	2 833,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 418,86	0,00	23 260,0
EASEPLAN PORTUGAL- COM.E ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	13/07/2018	20 551,68	24 676,40	2151 / 2018	10/08/2018	2 833,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 390,75	0,00	23 231,9
SONÇALVES E NOVAIS, LDA.	Obras de Impermeabilização da Cobertura da Biblioteca e Atrio da EB Costa Cabral	09/11/2021	22 230,58	22 230,58			22 230,58	601,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 230,58	601,30	22 831,8



OBRAS DE BENEFICIAÇÃO INTERIOR EM HABITAÇÕES MUNICIPAIS DEVOLUTAS NO AGRUPAMENTO HABITACIONAL DA PASTELEIRA, RUA VIEIRA DA SILVA entrada 142 - casa RCC, Bairro da Pasteleira bloco 10 - entrada 37 - casa 32 e bloco 14 - entrada 121 - casa 41	07/10/2022	22 776,00	22 776,00	22 776,00	22 776,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 776,00	0,00	0,00	22 776,00
	15/11/2022	22 776,00	22 776,00	22 776,00	22 776,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 776,00	0,00	0,00	22 776,00
Acordo Quadro Singular para a Execução de intervenções de Manutenção em Infraestruturas do Município do Porto Solar Térmico	13/08/2022	29 999,99	29 999,99	22 623,68	22 623,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 623,68	0,00	0,00	22 623,68
	29/09/2022	29 999,99	29 999,99	22 623,68	22 623,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 623,68	0,00	0,00	22 623,68
LOCAÇÃO OPERACIONAL DE VIATURAS	12/07/2018	18 223,20	22 414,54	2 691,52	2 691,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 669,30	0,00	0,00	2 377,4
	31/01/2019	18 223,20	22 414,54	2 691,52	2 691,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 669,30	0,00	0,00	2 377,4
LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DOS IDOSOS ISOLADOS. PORTO IMPORTA-SE	23/12/2021	54 000,00	66 420,00	22 140,00	22 140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 140,00	0,00	0,00	22 140,00
	29/09/2022	54 000,00	66 420,00	22 140,00	22 140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 140,00	0,00	0,00	22 140,00
REABILITAÇÃO E REFORÇO estrutural do bloco 24 do bairro Cerco do Porto - Lote 1	26/08/2022	873 449,12	873 449,12	21 286,72	21 286,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 286,72	0,00	0,00	21 286,7
	30/12/2022	873 449,12	873 449,12	21 286,72	21 286,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 286,72	0,00	0,00	21 286,7



	30/11/2022	21 121,76	21 121,76	21 121,76	21 121,76	21 121,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 121,7
Demolição de várias habitações na Rua dos Plátanos	30/11/2022	21 121,76	21 121,76	21 121,76	21 121,76	21 121,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 121,7
REVICALÇADA quadro execução trabalhos construção civil - Zona Oriental	14/11/2022	110 000,00	110 000,00	110 000,00	20 964,00	20 964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 964,0
AFONSO VIARQUES - ENGENHARIA, LDA.	11/04/2019	16 940,00	20 836,20	20 836,20	2 083,62	2 083,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 836,2
REPARAÇÃO E danos causados por queda de grua na Rua da Corticeira, n.º 14, 16	26/04/2021	19 988,18	19 988,18	19 988,18	0,00	531,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 519,5
MEIKEGEST - ENGENHARIA, LDA.	26/03/2019	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 482,6
REABILITAÇÃO Interior em Habitações Municipais situadas na Rua S. Bento da Vitória, nº 64 - casa 3ª e Praça da Ribeira, nº 20 - casa M	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	19 253,08	2 217,25	3 751,80	0,00	1 534,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 938,8
EDITAVANCA - CONSTRUÇÃO	28/11/2022	19 724,17	19 724,17	19 724,17	19 724,17	19 724,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 724,1



DL CWS - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LDA.	Elaboração do projeto de reabilitação parcial do Palacete Viscondes Balsemão	20/02/2020	49 000,00	60 270,00		29/06/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 664,13	7 664,13	0,00	0,00	12 054,00	7 664,13	19 718,1
ZLMI - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL	Aquisição de Serviços de Consultadoria Jurídica	05/11/2021	16 000,00	19 680,00		30/12/2021	9 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 840,00	0,00	0,00	19 680,00	0,00	19 680,0
PROF. ENG.º VASCO VEIXOTO DE FREITAS, LDA.	Projeto para tratamento das patologias associadas à humidade em São João Deus	13/05/2022	19 950,00	24 538,50		30/12/2022	19 630,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 630,80	0,00	0,00	19 630,80	0,00	19 630,8
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-33	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,18	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-41	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-36	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-73	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-28	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UO-43	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1
EASEPLAN PORTUGAL-COME ALUG AUT E EQ., JNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	16 034,88	19 253,08	2151 / 2018	10/08/2018	2 163,13	0,00	1 263,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3 427,08	0,00	1 263,95	18 350,17	0,00	19 614,1







SOCIEDADE COMERCIALIZAÇÃO PRODUTOS DE ARAME, S.A.	sanitárias em habitações ocupadas	27/07/2022	18 623,40	18 623,40	18 623,40	18 623,40	18 623,40	18 623,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 623,40
LUMAVE-EQUIPAMENTOS ELECTROMECÁNICOS, LDA.	Manutenção de infraestruturas do município do Porto - AVAC	01/09/2022	5 000,00	6 150,00	18 597,60	18 597,60	18 597,60	18 597,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 597,60
RIPORTICO ENGENHARIA, LDA.	Fiscalização da empreitada de manutenção exterior do bairro Pio XII D, E, F	28/06/2022	31 250,00	38 437,50	18 529,95	18 529,95	18 529,95	18 529,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 529,90
RIPORTICO ENGENHARIA, LDA.	Fiscal. da empreitada de manut. Ext. do bairro Pio XII A, B, C	28/06/2022	31 250,00	38 437,50	18 529,95	18 529,95	18 529,95	18 529,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 529,90
FABRIQUE ENGENHARIA, LDA.	Fiscalização da empreitada de reab. da Unid. Empres. Paranhos	24/05/2022	45 540,00	56 014,20	18 468,05	18 468,05	18 468,05	18 468,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 468,00
PLMJ - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL	Aquis. serviços c atribuição de mandato forense	18/12/2020	30 000,00	36 900,00	15 067,50	15 067,50	15 067,50	15 067,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 450,00
EASEPLAN PORTUGAL - COM. E ALUG AUT E EQ., JUNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas (NISSAN LEAF- BOLA VIATURA 17)	05/06/2018	16 000,80	19 212,16	2 225,30	2 225,30	3 837,30	16 674,66	0,00	1 612,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 612,00	0,00	18 286,60
EASEPLAN PORTUGAL - COM. E ALUG AUT E EQ., JUNIP, LDA.	Locação Operacional de Viaturas (NISSAN LEAF- BOLA)	05/06/2018	16 000,80	19 212,16	2 209,10	2 209,10	3 740,05	16 658,46	0,00	1 530,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 530,95	0,00	18 189,40
EXPANDING WORLD, LDA.	Aquisição de serviços de	23/11/2022	14 450,00	17 773,50	17 773,50	17 773,50	17 773,50	17 773,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 773,50



Acordo Singular para a Execução de Intervenção de Manutenção das Infraestruturas do Município do Porto	18/08/2022	29 999,99	29 999,99	29 999,99	16 330,79	16 330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 330,7
Substituição de portas dos espaços comerciais dos blocos 33 e 34 do Cerco do Porto	03/12/2021	19 014,56	19 014,56	19 014,56	16 243,25	16 243,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 243,2
Obras de Adaptação de Habitação Municipal Ocupada	07/04/2021	15 123,70	15 123,70	15 123,70	0,00	795,60	795,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 919,3
Aquisição de bilhetes (Full Pass)	18/03/2022	15 000,00	18 450,00	15 900,00	15 900,00	15 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 900,0
Acordo para execução de intervenções no Parque Escolar e outros edifícios	07/12/2022	109 999,98	135 299,98	15 840,00	15 840,00	15 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 840,0
Manutenção dos sistemas de bombagem instalados nos edifícios municipais	05/11/2021	31 137,60	38 299,25	12 370,36	12 370,36	12 370,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 647,6
Manutenção preventiva de geradores	12/12/2019	14 377,53	17 684,36	4 821,04	4 821,04	4 821,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 129,9
Aluguer de 3 viaturas automóveis	12/07/2022	12 813,48	15 760,58	14 320,90	14 320,90	14 320,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 320,9

ANDRE EDUARDO FAVARES ARQUITECTO, D.A.	Projeto de requalificação do bairro da Tapada sito na Rua da Corticeira	12/04/2022	58 110,00	71 475,30	29/09/2022	14 295,06	14 295,06	14 295,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 295,0
IOTUNILD, JNIPESOOAL, D.A.	Colocação de rampa no bairro do Carriçal bloco 4 - entrada 86 - casa 12	14/09/2021	13 993,77	13 993,77	17/12/2021	0,00	271,11	271,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 264,8
IOTUNILD, JNIPESOOAL, D.A.	Adaptações de instalações sanitárias em habitações municipais ocupadas	11/03/2022	14 254,54	14 254,54	15/06/2022	14 254,54	14 254,54	14 254,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 254,5
HABIROBIM - CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO LDA.	Instalação de plataforma elevatória no fação bloco 10 - entrada 64 - casa 12	09/07/2021	13 410,50	13 410,50	30/12/2021	0,00	481,23	481,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 891,7
AGENDA JRBANA - ESTUDOS E CONSULT. SOC JNIP, LDA.	Elaboração da carta municipal de habitação	18/08/2022	74 000,00	91 020,00	30/12/2022	13 653,00	13 653,00	13 653,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 653,0
ANTO E CRUZ - ENERGIA E SISTEMAS, S.A.	Serviços de responsável p/ exploração dos PT's geradores e instalações elétricas utilização edifícios municipais na cidade do Porto	08/09/2020	19 639,50	24 156,59	28/12/2020	5 367,70	5 367,70	5 367,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 250,9
GILOMETER - LOW COST, S.A.	Manutenção preventiva de equipamentos de carregamento de viaturas elétricas	08/01/2021	10 700,00	13 161,00	30/11/2021	6 580,50	6 580,50	6 580,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 161,0

MANUEL IOAQUIM AZEVEDO - CONSTRUÇÃO, JNIP., LDA.	Obras de Reabilitação Interior em Habitções Municipais Devolutas situadas na Rua Fonte Taurina, nº 88 - casa 3ª e Rua da Reboleira, nº 23A - casa 1ª e	24/11/ 2022	12 958,33	12 958,33	12 958,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 958,33	12 958,33
RAADICALEXPO ENTE - JNIPESOOAL, .DA.	Adaptações de instalações sanitárias em habitções municipais ocupadas	27/12/ 2021	12 455,63	12 455,63	12 938,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 455,63	12 938,6
SERDIAL VENDING, S.A.	Aquisição de serviços de vending para a Domus Social	15/06/ 2021	36 600,00	45 018,00	8 913,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 913,21	12 864,1
PETROGAL, S.A.	Fornecimento de combustíveis rodoviários	30/10/ 2020	17 000,02	20 910,02	5 762,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 762,58	12 705,1
ALFREDO PENICHE, LDA.	Obras de Adaptações de Instalações Sanitárias em Habitções Municipais Ocupadas	27/05/ 2022	13 944,27	13 944,27	12 503,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 503,30	12 503,3
OMEGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, .DA.	Projeto de reabilitação das lavagens da Oficina Monte dos Burgos	19/08/ 2020	11 000,00	13 530,00	6 765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 765,00	12 177,0



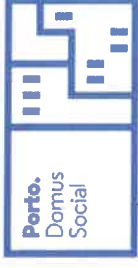
WART.E, LDA.	Produção série documental 10 episódios, sobre histórias e memórias moradores	08/10/2021	9 850,00	12 115,50	05/08/2022	12 115,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 115,50
MANUEL VIEIRA E VAINES, LDA.	Obras de Adaptações de Instalações Sanitárias em Habitacões Municipais Ocupadas	02/05/2022	11 816,96	11 816,96	18/08/2022	11 816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 816,90
LONGO PLANO-SEGURANÇA INTEGRADA E FESTÃO EDIF.,SA.	Manutenção sistemas automáticos de deteção e extinção em edifícios municipais	10/09/2021	28 671,00	35 265,33	31/03/2022	11 755,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 755,10
CASAPLANO, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.	Obras de Subst. da Imperm da Cobertura do refeitório, sala de Educação Física e Cozinha da EB do Covelo	28/09/2022	30 266,00	30 266,00	13/12/2022	11 726,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 726,70
EGOR CONSULTING - DESENV. PESSOAS E NEGOCIOS, LDA.	Serviços de formação em saúde mental	30/05/2022	9 500,00	11 685,00	30/12/2022	11 685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 685,00
SEPECTROFA-SABINETE EST - PROJ ENG CIVIL TROFA, LDA	Elaboração do projeto de reabilitação parcial da Torre dos Paços Concelho	13/05/2021	10 500,00	12 915,00	11/02/2022	11 623,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 623,50
AFONSO VIARQUES - ENGENHARIA, LDA.	Elaboração de projeto para a reabilitação do edifício da Rua de S. Bras	22/04/2021	18 880,00	23 222,40	30/11/2021	6 966,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 611,20





OTUNILD, JNIPESSOAL, DA.	Obras de Adaptações Sanitárias em Habitações Municipais Ocupadas - casa 1.1	07/06/2022	10 383,01	10 383,01	10 383,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 148,43	9 148,43	0,00	0,00	0,00	0,00	9 148,4
CASAPLANO, ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, DA.	Pintura dos corredores do Hospital Joaquim Urbano	25/08/2022	8 992,81	8 992,81	8 992,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 992,81	8 992,81	0,00	0,00	0,00	0,00	8 992,8
VAUTILUS S A	Aquisição de 100 vitrines	16/03/2022	7 309,00	8 990,07	8 990,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 990,07	8 990,07	0,00	0,00	0,00	0,00	8 990,0
3RESIMAR - AUTOMAÇÃO, S.A.	Ferramentas de medição energética	16/12/2022	8 795,45	10 818,40	8 799,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 799,54	8 799,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8 799,5
EARNINGHUB Z, LDA.	Instalação e disponibilização de plataforma de formação colaborativa online	30/05/2022	7 000,00	8 610,00	8 610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 610,00	8 610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 610,0
OTUNILD, JNIPESSOAL, DA.	Obras de Adaptações de Instalações Sanitárias em Habitações Municipais Ocupadas	11/08/2022	8 601,72	8 601,72	8 601,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 601,72	8 601,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8 601,7
PCIT4ALL - S.A. PORTUG. COMPUT., NOV. TECNOLOGIA, LDA.	Serviços de manutenção do sistema de Recursos Humanos	20/06/2022	56 760,00	69 814,80	8 511,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 511,60	8 511,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8 511,6
MANUEL VIEIRA E VUNES, LDA.	Adaptações de instalações sanitárias em habitações ocupadas	30/08/2022	8 380,91	8 380,91	8 380,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 380,91	8 380,91	0,00	0,00	0,00	0,00	8 380,9
CASA DAS AMPADAS, S.A.	Material Elétrico para a reformulação do 3.º piso da DMRH na Rua do Bolhão	20/05/2022	6 600,32	8 118,39	8 118,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 118,39	8 118,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8 118,3





ENCKE - ENGINEERING E CONSULTING, LDA.	Revisão do projeto de reabilitação do edifício da Rua São Miguel 45 a 51	04/07/2022	5 695,00	7 004,85	7 004,85	7 004,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 004,8
MANUEL VEIRA E VUNES, LDA.	Obras de Adaptações Sanitárias em Habitações Municipais Ocupadas	07/06/2022	6 869,96	6 869,96	6 869,96	6 869,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 869,9
HABIROBIM - CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO LDA.	Reparações pontuais e entaipamento dos vãos do edifício na Rua S. Dionísio	09/11/2021	9 280,00	6 280,00	6 711,01	6 280,00	131,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	6 711,0
MANUEL VEIRA E VUNES, LDA.	Obras de Adaptações de Instalações Sanitárias em Habitações Municipais ocupadas	18/07/2022	6 513,44	6 513,43	6 513,43	6 513,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 513,4
MATOS SOELHO - SABINETE DE ENGENHARIA, LDA.	Projeto para obras de melhorament o do cemitério de Agra monte	23/08/2022	10 500,00	6 457,50	6 457,50	6 457,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 457,5
SGS/INTERNAT ONAL CERTIFICATIO N SERVICES, LDA.	Aquisição de Serviços de Certificação do Sistema de Gestão da Domus Social	15/02/2022	17 024,46	5 903,78	5 903,78	5 903,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 903,7
POTUNILD, JUNIPESOAL, LDA.	Obras de adaptações de instalações sanitárias	03/05/2021	5 644,64	0,00	133,24	5 644,64	133,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 777,8
TURBOMAR ENERGIA - EQUIP. DE PRODUÇÃO E SERV., LDA	Manutenção preventiva dos grupos geradores em edifícios municipais - Consumíveis	12/12/2019	6 974,34	2 791,91	2 791,91	5 883,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 883,8





Elaboração Projeto Reabilitação da envolvente e espaço exterior da Fundação Guerra Junqueiro	26/06/2019	9 000,00	11 070,00	15/11/2019	2 767,50	2 767,50	5 535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 535,00
IOÃO FONSECA E SISELA PINTO, ARQUIT. E DESIGN, LDA	01/07/2022	11 100,00	13 653,00	29/09/2022	5 461,20	5 461,20	5 461,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 461,20
Obras de adaptações de instalações sanitárias em habitações municipais ocupadas	21/05/2021	5 275,51	5 275,51	31/08/2021	0,00	150,76	5 275,51	150,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 426,20
QUADRANTE PRIMORDIAL, .DA.															
Elaboração de projeto de edifício polivalente na EB1/JI de Costa Cabral	19/04/2022	14 470,00	17 798,10	28/10/2022	5 339,43	5 339,43	5 339,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 339,40
COLECTIVOPA ROUR - ARQUITETOS SRL															
Manutenção de sistemas CCTV em edifícios municipais - Lote 2	19/11/2021	12 600,00	15 498,00	05/08/2022	5 166,00	5 166,00	5 166,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 166,00
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.															
Obras de Adaptações de Instalações Sanitárias em Habitações Municipais Ocupadas	23/07/2021	4 933,71	4 933,71	11/11/2021	0,00	164,46	4 933,71	164,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 098,10
BERMOINHOS ENGENHARIA, JUNIPESSOAL, .DA.															
Elaboração projeto reabilitação da torre Rua de Baixo n.º 5 e 9 e Vela Buraco	13/09/2022	19 760,00	24 304,80	21/12/2022	4 860,96	4 860,96	4 860,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 860,90
IOÃO FONSECA E SISELA PINTO, ARQUIT. E DESIGN, LDA															



ACORDO - SOCIIDADE DE CONSTRUÇÃO S, JNIPESOAAL, DA	15/12/ 2022	109 999,96	109 999,96	109 999,96	4 851,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 851,00	4 851,00	0,00	0,00	0,00	4 851,00
ACOMPANHAM ENTO TÉCNICO DO PROJETO, IMPLEMENTAÇ O E ARRANQUE DAS UPACs	31/03/ 2022	15 000,00	18 450,00	18 450,00	4 612,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 612,50	4 612,50	0,00	0,00	0,00	4 612,50
REMOÇÃO DE REVESTIMENTO DA COBERTURA EM FIBROCIMENTO NO CAMPO DA ERVIÇA	09/08/ 2022	4 160,00	4 160,00	4 160,00	4 160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 160,00	4 160,00	0,00	0,00	0,00	4 160,00
PROJETO PARA REMODELAÇÃO DA BIBLIOTECA SONORA DO PORTO	18/02/ 2021	6 500,00	7 995,00	7 995,00	479,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479,70	3 677,70	0,00	0,00	0,00	4 157,40
INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS IPATIMUP	04/08/ 2022	8 704,80	8 704,80	8 704,80	3 937,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 937,20	3 937,20	0,00	0,00	0,00	3 937,20
REFORMULAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DOS ATELIERS DA LADA	01/06/ 2022	15 787,10	19 418,13	19 418,13	3 883,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 883,63	3 883,63	0,00	0,00	0,00	3 883,63
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ASSESSORIA JURÍDICA	13/09/ 2022	19 000,00	23 370,00	23 370,00	3 690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 690,00	3 690,00	0,00	0,00	0,00	3 690,00
ACORDO QUADRO SINGULAR PARA A EXECUÇÃO DE INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO EM INFRAESTRUTURA S DO MUNICÍPIO DO PORTO - GÁS	13/08/ 2022	5 000,00	5 000,00	5 000,00	3 625,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 625,40	3 625,40	0,00	0,00	0,00	3 625,40

IOÃO	Levantamento fotográfico do parque habitacional sob gestão da Domus Social	13/12/2022	9 780,00	12 029,40	30/12/2022	3 608,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 608,82	3 608,82	0,00	0,00	0,00	3 608,8
FERRAND-SOCIEDADE JNIPESSOAL, LDA.	Abertura das janelas do último piso para ventilação na ilha da Bela Vista	20/10/2021	5 060,00	5 060,00	11/02/2022	3 080,00	72,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 152,04	3 080,00	72,04	0,00	0,00	3 152,0
MANUEL FEIRA E NUNES, LDA.	Serviços de análises físico químicas e microbiológica s da água de consumo humano	15/03/2022	7 302,96	8 982,64	30/06/2022	2 994,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 994,22	2 994,22	0,00	0,00	0,00	2 994,2
VIAS VIDA RED, SL, SUCURSAL EM PORTUGAL	Aquisição de serviços de apoio psicológico aos colaboradores e promoção do seu bem-estar pessoal	16/03/2022	3 432,00	4 221,36	30/05/2022	2 969,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 969,22	2 969,22	0,00	0,00	0,00	2 969,2
CAIZEN NSTITUTE PORTUGAL, TRAINING, JNIP, LDA.	Serviços de consultoria na área de atendimento telefónico	12/10/2022	8 850,00	10 885,50	21/12/2022	2 721,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 721,38	2 721,38	0,00	0,00	0,00	2 721,3
MARIA ELIZABETH MOREIRA FERNANDEZ	Serviços de assessoria jurídica à DGPH	01/07/2022	24 000,00	29 520,00	13/12/2022	2 460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 460,00	2 460,00	0,00	0,00	0,00	2 460,0
BOBOCO - SERVICOS ENGENHARIA E MANUT. S.A	Acordo Quadro Singular para a Execução de intervenções de Manutenção em Infraestruturas do Município do Porto - AVAC	11/08/2022	5 000,00	5 000,00	29/09/2022	2 078,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 078,40	2 078,40	0,00	0,00	0,00	2 078,4

DTIS ELEVADORES, LDA.	Manutenção dos elevadores instalados na Lapa	09/06/2021	3 240,00	3 985,20	30/09/2021	1 328,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 937,25	1 328,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1 937,2
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Manutenção de equipamentos de CCTV - lote 3	18/09/2018	4 752,00	5 844,96	30/04/2019	11,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 906,46	11,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1 906,4
IOÃO FONSECA E SISELA PINTO, ARQUIT. E DESIGN, LDA	Projeto para impermeabilização do terraço da creche da Nossa Senhora das Candeias	02/02/2021	1 500,00	1 845,00	29/06/2021	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 845,00	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1 845,0
SORAIA RAQUEL SILVA SANTOS DE SOUSA FERNANDES	Projeto para alteração de interiores para a instalação da Associação Abraço	13/06/2022	5 450,00	6 703,50	18/08/2022	1 340,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 340,70	1 340,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1 340,7
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Inclusão SADI/SADIR do Armazém da DGPH no Agrupamento Habitacional do Falcão	01/10/2022	3 795,40	4 668,34	14/04/2022	1 303,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 303,80	1 303,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1 303,8
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Inclusão de equipamentos SADI e SADIR Reservas do Hipercentro, Domusocial e ED. Habitacional da Lapa	27/01/2022	3 150,00	3 874,50	14/04/2022	1 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 230,0
GUILHERME IOSE RODRIGUES FERREIRA	Aquisição de serviços de design e copy	01/06/2022	4 000,00	4 000,00	04/08/2022	1 035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 035,00	1 035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 035,0
SCHMITT-ELEVADORES, LDA.	Man. plataformas elevat.escadas instaladas na EB da Torrinha, EB Constituição e EB Flores	13/01/2021	520,00	639,60	28/06/2021	98,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,60	98,40	0,00	0,00	0,00	0,00	639,6

SCHMITT - ELEVADORES, S.A.	Inclusão do elevador instalado na Casa Museu Marta Ortigão Sampaio	01/05/2019	510,00	627,30		14/08/2019	36,90	627,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	627,3
SCHMITT - ELEVADORES, S.A.	Inclusão do Home-lift e da plataforma elevatória vertical na EB Corujeira	14/10/2020	375,00	461,25		29/12/2020	61,50	461,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	461,2
IK PORTUGAL, JNIPESAL, S.A.	Inclusão de elevadores no contrato de manutenção	01/07/2022	2 263,68	2 784,33		29/09/2022	386,70	386,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386,7
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Inclusão de equipamentos CCTV no Quartel do Batalhão Sapadores Bombeiros Porto	27/01/2022	840,00	1 033,20		30/06/2022	344,40	344,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344,4
SCHMITT - ELEVADORES, S.A.	Inclusão de dois elevadores na casa Rainha D. Leonor	19/05/2021	270,00	332,10		30/07/2021	73,80	332,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332,1
SCHMITT - ELEVADORES, S.A.	Inclusão do elevador instalado no Museu Vinho do Porto II	01/10/2020	255,00	313,65		28/12/2020	36,90	313,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,6
SCHMITT - ELEVADORES, S.A.	Inclusão do elevador da EB Fonte da Moura	05/03/2021	150,00	184,50		30/07/2021	36,90	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184,5
HIDMA - HIDRAULICA E AUTOMAÇÃO, S.A.	Inclusão do grupo de drenagem de águas residuo CROA	01/04/2022	384,00	472,32		31/08/2022	157,44	157,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,4
HIDMA - HIDRAULICA E AUTOMAÇÃO, S.A.	Inclusão do grupo de pressurização balneario Martins Sarmento	05/03/2022	300,00	369,00		31/08/2022	123,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,0

SCHMITT - ELEVADORES, LDA.	21/09/2021	75,00	92,25	26/01/2022	92,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,25	0,00	0,00	92,2
ARPROTEC-COMERC. JUNIFORMES E EQ. PROT. IND., LDA.	17/12/2021	237,90	237,90	30/12/2022	50,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,29	0,00	0,00	50,2

### 5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento											
	Concurso Público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Acordo quadro		Ajuste Directo		Consulta Prévia	
	N.º de contratos	Preço Contratual	N.º de contratos	Preço Contratual	N.º de contratos	Preço Contratual	N.º de contratos	Preço Contratual	N.º de contratos	Preço Contratual	N.º de contratos	Preço Contratual
Aquisição de imobilizado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de serviços	14	1 799 976,93	1	59 398,96	0	0,00	2	873 300,00	31	731 009,29	16	608 453,53
Empreitadas e obras públicas	28	30 357 954,87	0	0,00	0	0,00	0	0,00	27	570 113,56	49	1 946 997,66
Fornecimento de bens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	34 836,80	0	0,00

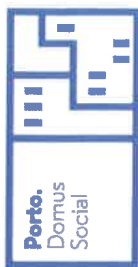


## 6- Transferências e subsídios

### 6.1 – Transferências e subsídios concedidos

Tipo de Subsídio	Disposição Legal (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7)=(5)-(6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)
Município do Porto- Contrato Programa	Art.º 50 n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto	Implementação e operacionalização do programa municipal Porto Solidário- Fundo Municipal de Emergência Social	Apoios compreendidos no programa "Porto Solidário"	2 903 000,00	2 742 975,83	2 742 975,83	0,00	0,00
<b>Total Transferências Correntes</b>				<b>2 903 000,00</b>	<b>2 742 975,83</b>	<b>2 742 975,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Transferências de Subsídios</b>				<b>2 903 000,00</b>	<b>2 742 975,83</b>	<b>2 742 975,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*



6.2 – Transferências e subsídios recebidos

Tipo de Subsídio	Disposição Legal (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
União Europeia	European Commission-Horizon 2020-Grant Agreement-776783-URBINAT	Criação de corredores saudáveis entre bairros	U.E. - Horizonte 2020	0,00	7 536,24	-7 536,24	0,00	
União Europeia	European Commission-Horizon 2021-Grant Agreement-101070325-CommuniCity	Soluções inovadoras que respondem às necessidades das cidades e comunidades	U.E. - Horizonte 2021	54 440,63	54 440,63	0,00	0,00	
Município do Porto- Contrato Programa	Art.º 50 n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto	Subsídio à exploração	Câmara Municipal do Porto	0,00	0,00	0,00	-22 245,00	
Município do Porto- Contrato Programa	Art.º 50 n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto	Implementação e operacionalização do programa municipal Porto Solidário- Fundo Municipal de Emergência Social	Câmara Municipal do Porto	2 903 000,00	2 903 000,00	0,00	0,00	
<b>Total Transferências Correntes</b>				<b>2 957 440,63</b>	<b>2 964 976,87</b>	<b>-7 536,24</b>	<b>-22 245,00</b>	
<b>Total Transferências de Subsídios</b>				<b>2 957 440,63</b>	<b>2 964 976,87</b>	<b>-7 536,24</b>	<b>-22 245,00</b>	

Porto, 31 de março de 2023

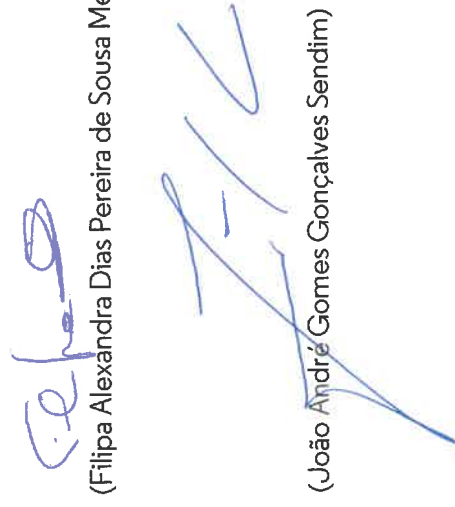
O Conselho de Administração,

  
(Albino Pedro Pereira Baganha)

O Contabilista Público,

  
(Jaime Manuel Velho Canteiro)

(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)

  
(João André Gomes Gonçalves Sendim)